

**O papel dos *media* na representação e inclusão das minorias:
A cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ na RTP**

Miguel Filipe Rita Rodrigues

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

Março, 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica da
Professora Dora Santos Silva

Equality, in contrast to all that is involved in mere existence, is not given to us, but is the result of human organization insofar as it is guided by the principle of justice. We are not born equal; we become equal as members of a group on the strength of our decision to guarantee ourselves mutual equal rights.

(Hannah Arendt)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, um grande agradecimento à minha família, particularmente aos meus **pais, irmã e avós** por me incentivarem a mergulhar em mais conhecimento, salientando sempre o valor e importância da informação e educação. Obrigado pela confiança e apoio.

Tenho uma grande sorte de partilhar ideias com um excelente grupo de **amigos**, que sempre demonstraram o seu apoio no processo de escrita desta tese. Um grande obrigado a todos. Por vezes acreditam mais no meu potencial do que eu mesmo.

Agradeço também à minha orientadora, **Dora Santos Silva**, por todo o apoio, tempo, dedicação e revisão ao longo da escrita deste trabalho. E obrigado também por acreditar na relevância deste tema.

A toda a equipa da **Rádio e Televisão de Portugal (RTP)**, particularmente da **Informação Multimédia**, que me acompanhou durante os três meses de estágio. Um obrigado por todo o tempo, atenção e por me ensinarem mais sobre a cultura jornalística.

Às associações de defesa dos direitos LGBTI – **IGLA Portugal** e **Opus Gay** – pela colaboração e disponibilidade imediata.

Às instituições de ensino superior **Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FCSH)** e **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FLUL)** por fazerem de mim uma pessoa mais informada e crítica.

O PAPEL DOS MEDIA NA REPRESENTAÇÃO E INCLUSÃO DAS MINORIAS:

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA COMUNIDADE LGBTI+ NA RTP

MIGUEL FILIPE RITA RODRIGUES

RESUMO

O presente relatório de estágio tem como objetivo perceber o papel dos *media* na representação e inclusão das minorias, particularmente a cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero, intersexo e outras orientações sexuais, identidades e expressões de género) na Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Em 2018, a estação de serviço público português recebeu o prémio Arco-Íris da ILGA Portugal pela a defesa dos direitos LGBTI+ na informação e entretenimento. No entanto, de que forma é que a informação da RTP, enquanto serviço público de rádio e televisão, se distingue na representação deste grupo minoritário? De modo a investigar a cobertura de acontecimentos ligado a esta comunidade, utilizou-se uma metodologia baseada na análise de forma e conteúdo dos artigos publicados no site RTP Notícias, complementada com entrevistas à direção das associações ILGA Portugal e Opus Gay, bem como a jornalistas da RTP. No total, ao longo de 2018, foram analisados 105 conteúdos jornalísticos. Concluiu-se que, embora exista espaço na informação da RTP para esta comunidade, a cobertura ainda pode ser melhorada ao nível da utilização de ferramentas multimédia, terminologia adequada e criação de mais reportagens. No geral, salvo raros casos, a informação da RTP é rigorosa. No entanto, é necessário apostar em mais jornalistas com formação nesta temática, de modo a criar mais artigos exclusivos e menos de agência.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias, Comunidade LGBTI+, *Media*, Serviço Público de Rádio e Televisão, Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Jornalismo Digital, Direitos Humanos.

THE ROLE OF MEDIA IN THE REPRESENTATION AND INCLUSION OF MINORITIES:

THE NEWS COVERAGE OF THE LGBTI+ COMMUNITY IN RTP

MIGUEL FILIPE RITA RODRIGUES

ABSTRACT

This internship report aims to understand media's role in the representation and inclusion of minorities, particularly the coverage of the LGBTI+ (lesbian, *gay*, bisexual, transgender, intersex and other sexual orientations, identities and gender expressions) community in RTP. In 2018, ILGA Portugal awarded Rádio e Televisão de Portugal (RTP) for the defense of LGBTI+'s rights in information and entertainment. However, how does RTP's information, as a public service network, represent this minority group? To investigate the coverage of this community during 2018, we used a methodology based on form and content analysis of articles published on the RTP Notícias, complemented with interviews (ILGA Portugal, Opus Gay and RTP's journalists). In total, we analyzed 105 journalistic contents. We concluded that the coverage of this community is increasing in RTP's information. However, the coverage can still be improved with the use of multimedia tools, adequate terminology, and the creation of more reportages. In general, with rare exceptions, the news is accurate. Still, there is a need for more specialized journalists to create more exclusive content.

KEYWORDS: Minorities, LGBTI+ Community, Media, Public Service Broadcasting, Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Digital Journalism, Human Rights.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	5
1. RTP, Serviço Público de Televisão	5
2. Informação digital – RTP Notícias.....	7
CAPÍTULO II – ESTÁGIO CURRICULAR	10
1. Estágio na redação multimédia	10
2. Experiência de estágio.....	11
3. Atividades desenvolvidas	13
3.1. Criação de artigos.....	13
3.2. Trabalho na plataforma de vídeo e áudio.....	16
3.3. Criação de galerias e imagem do dia	17
4. Balanço crítico	18
CAPÍTULO III – MINORIAS & MEDIA	20
1. Minorias: definição e enquadramento do conceito.....	20
1.1. Formação da identidade e reconhecimento do «outro».....	21
1.2. Preconceitos, exclusão social e discriminação.....	22
2. Os <i>media</i> como fonte de conhecimento	24
2.1. Construção de um discurso desviante	25
2.2. Mudança da representação do analógico para os novos <i>media</i> digitais.....	27
2.3. Responsabilidade social: Defesa dos Direitos Humanos.....	30
CAPÍTULO IV – COMUNIDADE LGBTI+ & MEDIA.....	34
1. Comunidade LGBTI+	34
1.1. A emergência do movimento e poder social LGBTI+	34
1.2. Pluralismo e diversidade sexual: Identidade «desviante» da norma	37
1.3. Revindicação pela cidadania sexual	39
2. A representação mediática da comunidade LGBTI+	44

2.1.	Desvio, invisibilidade ou estereótipo	45
2.2.	Representação no discurso jornalístico	48
2.3.	Expressão da identidade em ambiente digital.....	52
2.4.	Impacto da representação mediática na sociedade	53
CAPÍTULO V - A COBERTURA JORNALÍSTICA DA COMUNIDADE LGBTI+ NA RTP		56
1.	Objetivos e pertinência do tema	56
1.1.	Questões de investigação	57
2.	Metodologia	57
2.1.	<i>Corpus</i>	59
2.2.	Variáveis de Análise.....	60
3.	Análise e discussão dos resultados.....	61
3.1.	Análise referente à forma.....	61
3.2.	Análise referente ao conteúdo.....	66
CONCLUSÕES.....		80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Análise SWOT – Redação Multimédia	19
Tabela 2. Principais categorias de Representação Social	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Categorias dos artigos publicados durante o período de estágio	16
Gráfico 2. Variação ao longo do ano	61
Gráfico 3. Variação ao longo da semana	62
Gráfico 4. Artigos por secção.....	63
Gráfico 5. Autoria dos artigos.....	64
Gráfico 6. Géneros jornalísticos e digitais dominantes	65
Gráfico 7. Origem geográfica da informação	67
Gráfico 8. Temática dos artigos	68
Gráfico 9. Tom predominante nas peças	69
Gráfico 10. Utilização de vídeo, imagem e áudio nos artigos	71
Gráfico 11. Destaque concedido à comunidade LGBTI+ na peça.....	73
Gráfico 12. Comunidade como fonte	73
Gráfico 13. Sigla da comunidade e respetiva definição	74
Gráfico 14. As peças informam, explicam ou contextualizam?	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Logótipo da RTP (2018).....	5
Figura 2. Página principal do portal <i>RTP Notícias</i> (outubro de 2018)	8
Figura 3. Mapa Arco-Íris da Europa (Fonte: Rainbow Europe/ILGA)	42

INTRODUÇÃO

All young people, regardless of sexual orientation or identity, deserve a safe and supportive environment in which to achieve their full potential.

(Harvey Milk)

A complexidade do movimento LGBTI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero, intersexo e outras orientações sexuais, identidades e expressões de género) apresenta desafios para os *media*, educação, lei, política, medicina e outras instituições. As minorias sexuais enfrentam o *status quo* da sociedade, questionando as normas relativamente à sexualidade, corpo, género, sexo, identidade, reprodução e família, entre outros.

Em muitas sociedades, a heterossexualidade ainda é apresentada, muitas vezes, como a norma e a única orientação social aceite. Como consequência, a fobia contra as minorias sexuais ainda está muito presente. Devido à falta de proteção legal adequada, pessoas ou grupos que se identificam como LGBTI+ são mais prováveis de experienciar discriminação, intolerância, violação, assédio e outras formas de violência devido à sua orientação sexual, identidade e expressão de género, em comparação com pessoas que se identificam como heterossexuais ou cisgénero¹. Em muitos países, a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade são ilegais, podendo ser puníveis com tortura, prisão e até morte. Neste contexto, em 2018, ainda existem cerca de 76 países onde relações entre pessoas do mesmo sexo são ilegais e em pelo menos cinco países a pena de morte a pessoas LGBTI+ é legal e praticada.

Existe uma ligação entre a aceitação das minorias sexuais, expondo as violações de direitos e dignidade humana, e a sua representação nos *media*. Muitos jornalistas ainda têm dificuldades em representar a complexidade e pluralidade das ideologias hegemónicas sobre identidade, género e sexualidade. Porém, cada vez mais, são necessárias representações justas e reais.

¹ Cisgénero refere-se a pessoas cujo género é concordante com o sexo que lhes foi atribuído à nascença.

Os *media*, a religião e as escolas são, muitas vezes, instituições que fazem as pessoas sentir-se culpadas ou humilhadas por explorar as suas identidades, corpos e sexualidade. Neste seguimento, tendo em conta que o estágio em Jornalismo se relacionou com o meio digital (RTP Notícias), a pertinência da questão das minorias neste ambiente é fundamental. Vivemos em um mundo globalizado, onde a informação digital pode ser um meio de fortalecimento da pluralidade e diversidade.

Por essa razão, foi escolhido o tema “O papel dos *media* na representação e inclusão das minorias: a cobertura jornalística da comunidade LGBTI+² na RTP”. Embora Portugal seja um dos principais países europeus que mais respeitam os direitos da comunidade LGBTI+³, existe ainda um longo caminho a percorrer de modo a que a inclusão e a diferença sejam celebradas e não silenciadas. Precisamente neste âmbito, o serviço público de rádio e televisão tem um papel acrescido – principalmente na representação das minorias - em comparação com outros veículos de informação.

Em 2018, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) ganhou o Prémio Arco-Íris, na 16.^a edição da ILGA Portugal, pela luta contra a discriminação das minorias sexuais na informação e entretenimento. Segundo Ana Aresta, vice-presidente da ILGA:

Sentimos que, numa altura complexa na carga que é colocada sobre o jornalismo e sobre a informação e sobre os serviços públicos, queremos destacar o trabalho que [a RTP] desenvolveu durante 2018 ao dar visibilidade às pessoas LGBTI+ e ao promover conteúdos criados e representados por pessoas LGBTI. ⁴

No entanto, de que forma é que a informação da RTP, enquanto serviço público de rádio e televisão, se distingue na representação deste grupo minoritário?

² Nesta investigação será utilizado o termo LGBTI+, de modo a integrar lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e intersexuais, bem como outras orientações sexuais, identidades e expressões de género.

³ De acordo com o relatório *Rainbow Europe* (2016) da ILGA-Europa, que analisa de que forma é que 49 países europeus respeitam a comunidade LGBTI+. Disponível em <https://rainbow-europe.org/country-ranking> [Consultado: 10/02/2019]

⁴ Disponível em <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/ilga-uma-chuva-de-premios-arco-iris-011119> [Consultado 10/02/2019]

Organização da tese

A investigação encontra-se estruturada em cinco capítulos. A descrição da entidade de acolhimento – Rádio e Televisão de Portugal (RTP) – pertencerá ao Capítulo I. Além de a instituição ser apresentada de forma breve, também será descrita a redação multimédia (RTP Notícias). Seguidamente, o Capítulo II descreve a experiência do estágio curricular, incluindo as atividades desenvolvidas e um balanço crítico relativamente à observação participante durante os três meses de estágio.

Além dos capítulos mencionados anteriormente, esta investigação analisa a cobertura das minorias na Rádio e Televisão de Portugal (RTP), especificamente o caso da comunidade LGBTI+. Neste seguimento, os capítulos III e IV fazem uma contextualização da relação entre minorias e *media*, com principal foco no movimento LGBTI+ ⁵ e na cobertura mediática. Dentro disto, é também estabelecida uma relação entre a representação dos grupos minoritários no contexto digital.

Por fim, o capítulo V diz respeito à a cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ na RTP. Tendo em conta que as atividades do estágio foram na redação de informação do site RTP Notícias, a análise foca-se, em grande parte, na cobertura digital da temática. Desta forma, esta investigação tem dois objetivos: primeiro, contribuir para o estudo da relação entre *media* e minorias, particularmente a comunidade LGBTI+; e segundo, entender de que forma é que a RTP, enquanto serviço público, representa esta comunidade.

Neste seguimento, estas são as questões de investigação:

Q1. Quais são as características editoriais da cobertura da comunidade LGBTI+ na RTP, enquanto serviço público?

Q2. Quais as representações sociais da comunidade LGBTI+ construídas pela RTP?

⁵ Ao longo da investigação, serão utilizados os termos mais atualizados sobre sexualidade, género e identidade.

A conclusão é de que embora exista espaço na informação do serviço público de rádio e televisão para esta comunidade, o número de conteúdos ainda se encontra longe do desejável. Neste sentido, encontraram-se 105 conteúdos jornalísticos relacionados com a comunidade LGBTI+, em 2018, no *website* da RTP Notícias. Além disso, a cobertura pode ser aperfeiçoada, através da utilização de ferramentas multimédia, terminologia adequada e criação de mais reportagens e outros géneros jornalísticos. Todavia, no geral, salvo raros casos, a informação presente no *website* da RTP Notícias é credível e rigorosa. No entanto, ainda assim, é necessário investir em mais jornalistas com formação em questões minoritárias e Direitos Humanos, de modo a criar mais artigos exclusivos. Verificou-se que a página informativa contem mais artigos redigidos pela agência LUSA do que pela RTP. Além disso, é também necessário que sejam publicados mais artigos com tom positivo sobre esta comunidade.

CAPÍTULO I – ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

1. RTP, Serviço Público de Televisão

Na maior parte dos países da União Europeia, os Estados devem ter condições para o exercício de um serviço público que satisfaça os direitos democráticos, sociais e culturais dos cidadãos. Neste âmbito, o serviço público “deve garantir a qualidade e a diversidade da oferta, procurando a inclusão de todos os segmentos populacionais e explorando novos formatos e novas linguagens” (RTP, 2018). A ideologia deste serviço deve basear-se em três objetivos: informar, formar e distrair.

Nesta perspetiva, em Portugal, de acordo com a Constituição da República Portuguesa (Artigo 38), dedicado à liberdade de imprensa e meios de comunicação social, “o Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e televisão”, financiado pelo público (via taxa ou orçamento do Estado). Neste contexto surge a Rádio e Televisão de Portugal S.A. (RTP), uma empresa estatal que integra um universo “rico e diversificado de serviços de televisão, rádio e multimédia” (RTP, 2017) de serviço público de Portugal.



Figura 1. Logótipo da RTP (2018)

Em 1935, a então Emissora Nacional começou com as primeiras emissões de rádio. Vinte e dois anos depois, em 1957, surgiram as primeiras transmissões de televisão em território nacional pela Radiotelevisão Portuguesa. No entanto, foi apenas em 2004 que a Radiodifusão Portuguesa (RDP) e a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) – ambas as empresas públicas do estado – se fundiram, formando a Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Embora a sede da empresa seja localizada em Lisboa, existe ainda um estúdio de produção no Porto e várias delegações regionais.

De acordo com os objetivos apresentados no Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão, a RTP deve apostar numa programação que promova a

educação cultural e cívica da audiência, certificando-se que todos têm acesso à informação, à educação e ao entretenimento.⁶ Deste modo, tem como “missão ser de todos e para todos” e chegar “à maioria, às minorias, ao público com necessidades especiais e [estar] próximo de todos os portugueses, onde quer que estejam” (RTP, 2017).

O órgão de comunicação social com autoridade e responsabilidade do Estado demonstra ser importante não só em território nacional como também internacional. Afinal, como refere Nilza Mouzinho de Sena (2011), este serviço do Estado “deve produzir programas que sirvam todos os públicos, inclusive os interesses específicos de determinadas regiões” (p.27). Neste âmbito, existem dois canais regionais dedicado aos arquipélagos (RTP Açores e RTP Madeira), um canal em língua portuguesa disponível em qualquer ponto do globo (RTP Internacional), um canal destinado aos residentes dos países lusófonos africanos (RTP África), um canal de informação (RTP3), um canal temático desenvolvido para cabo (RTP Memória) e o segundo canal generalista (RTP2). Além dos canais televisivos, existem ainda oito canais de rádio: Antena 1, 2 e 3, RDP África, RDP Internacional, RDP Açores Antena 1, RDP Madeira Antena 1 e RDP Madeira Antena 3.

O desenvolvimento e concorrência dos canais privados – como a SIC e a TVI - consagrou a crise da estação de televisão de serviço público. Sena (2011) sugere que “a legitimidade, o financiamento e a identidade sofreram um golpe inusitado e a progressiva aproximação ao serviço comercial colocou em causa os fundamentos, as funções e os recursos do serviço público” (p. 27).

No entanto, de acordo com um estudo realizado pela revista *Seleções do Reader's Digest* (2018), a estação pública portuguesa foi eleita como o canal televisivo em que a população portuguesa mais confia, segundo 31% dos inquiridos. Numa escala de 1 a 5, a estação pública obteve a melhor pontuação dos últimos quatro anos nesta categoria. Um outro estudo da Reuters Institute (2018), *Digital News Report 2018*, também mostrou que a estação sob presidência de Gonçalo Reis e administração de

⁶ Disponível em <http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/11/Lei-n%c2%ba-27-2007-30-de-Junho.pdf> [nº 1 do artigo 51º da Lei da Televisão] [Consultado: 25/10/2018]

Nuno Artur Silva, desde 2015, é a marca de confiança dos portugueses, sobrepondo-se ao *Expresso*, *Público*, *SIC* e *Jornal de Notícias*, por exemplo.

Além do serviço público de rádio e televisão, a RTP aposta ainda na multimédia e no mundo digital. Em 2011 foi lançado a RTP Play, um serviço para visualização e escuta de emissões *online*, assim como de programas em *on-demand*. Além dos conteúdos que disponibiliza no mundo digital, a RTP tem também uma forte presença nas redes sociais. Segundo dados referentes a outubro de 2018, existem mais de 500 mil seguidores na conta oficial do *Facebook* e mais de 400 mil seguidores no *Twitter*.⁷

2. Informação digital – RTP Notícias

Numa altura em que o jornalismo é fundamentalmente digital, a publicação de conteúdos no meio *online* é indispensável para os utilizadores. Em 1997, a operadora de serviço público lançou o *website* geral da RTP. Porém, o separador RTP Notícias, que se encontra disponível através do endereço *rtp.pt/noticias*, apenas surgiu em 2001. O separador é uma extensão do domínio original e pode também ser acedido através da barra de navegação onde estão presentes os separadores “Notícias”, “Desporto”, “Televisão”, “Rádio”, “RTP Play”, “ZigZag” e “Arquivos”.

Em agosto de 2018, a redação da secção multimédia da RTP era composta por profissionais que trabalham exclusivamente para o meio *online*: três editores (Alexandre Brito, Carlos Santos Neves e António Louça), mais 15 jornalistas e uma infografista. De junho a agosto, estiveram também presentes mais três estagiárias de jornalismo. Os jornalistas encontram-se distribuídos por diferentes turnos e horários, trabalhando de segunda-feira a domingo.

⁷ Disponível em <http://twitter.com/rtppt> e <http://www.facebook.com/rtp> [Consultados: 14/10/2018]

Relativamente ao conteúdo da página, muitas das peças jornalistas são escritas pela redação multimédia e outra parte pela agenda Agência Lusa. A plataforma é atualizada todos os dias. Neste sentido, os jornalistas da Rádio e Televisão de Portugal devem “proporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais” (nº2 do artigo 51º da Lei da Televisão).⁸ Afinal, “a RTP é a estação que tem mais deveres relacionados com o cumprimento de regras e exigências pluralistas no tratamento da informação, em geral, e no tratamento das questões políticas, em particular” (Sena, 2011, p. 170). A página *web* tem peças noticiosa que englobam um vasto leque de categorias: mundo, país, desporto, cultura, economia e política.



Figura 2. Página principal do portal *RTP Notícias* (outubro de 2018)

O *website* da RTP Notícias aposta na multimodalidade, principalmente, através da utilização de texto, imagem e áudio. Na página principal do site, existem algumas notícias em destaque, sempre acompanhadas por um título e uma fotografia. Na lateral direita da página inicial da *RTP Notícias*, existe ainda uma coluna que inclui as últimas notícias que foram publicadas, as mais lidas e as mais comentadas. Além de notícias, é

⁸ Disponível em <http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/11/Lei-n%c2%ba-27-2007-30-de-Junho.pdf> (Consultado 25/10/2018)

também possível aceder a galerias, imagem do dia, vídeos, áudios, entre outros. A plataforma oferece ainda a possibilidade de adicionar comentários e partilhar os artigos da página diretamente no *Facebook*, *Twitter*, *Google+* e *LinkedIn*.

Outro fator importante da página corresponde à publicação de programas televisivos no *online*, disponibilizando os conteúdos do operador de serviço público não só no momento de transmissão, mas em qualquer altura e lugar, desde que exista ligação à *Internet*. No âmbito da informação, são publicados vídeos do *Jornal da Tarde* e *Telejornal*, por exemplo, bem como peças de áudio criadas pela emissora de rádio Antena 1.

A equipa também investe na divulgação dos artigos nas redes sociais, de forma a amplificar a audiência do *site*. A aproximadamente cada 15 a 30 minutos é publicado um novo artigo no *Facebook* da RTP Notícias (com mais de 450 mil seguidores) e *Twitter* (com mais de 310 mil seguidores).⁹ A utilização de redes sociais como forma de ferramenta de trabalho é apoiada pela instituição. Segundo o Código de Ética da Rádio e Televisão de Portugal, “a utilização das redes sociais durante o horário de trabalho não pode interferir com as funções profissionais, mas apenas funcionar como uma ferramenta de informação” (RTP, 2017).

Em 2014, a RTP Notícias disponibilizou uma aplicação para *smartphones* e *tablets* com sistemas Android ou iOS, que oferece alertas sempre que há notícias de última hora e permite que os utilizadores estejam sempre informados sobre o país e mundo. Além da aplicação, a secção multimédia aposta ainda no lançamento diário de uma *newsletter*.

Segundo o *Digital News Report de 2018* da Reuters, a RTP Notícias é um dos 16 sites de informação que os portugueses mais utilizam. No entanto, encontra-se atrás de marcas como a *TVI*, *SIC*, *Público*, *Correio da manhã*, *Observador*, *Diário de Notícias* e *Sapo*, por exemplo.

⁹Disponível em <http://facebook.com/rtpnoticias> e <http://twitter.com/rtpnoticias> (Consultadas: 14/10/2018)

CAPÍTULO II – ESTÁGIO CURRICULAR

1. Estágio na redação multimédia

O interesse em estagiar nesta instituição surgiu da vontade de conhecer melhor o trabalho de um órgão de comunicação social e concluir o mestrado de Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Reconheci a importância da qualidade e rigor da informação na RTP, enquanto serviço público, para aplicar e expandir os meus conhecimentos adquiridos a nível académico.

A imprensa, aplicada no contexto digital, desencadeou a minha preferência e interesse, após alguns trabalhos realizados para unidades curriculares do mestrado. Inicialmente estava mais inclinado para o jornalismo cultural, uma vez que a minha licenciatura em Artes e Humanidades abrangia conhecimentos relacionados com a cultura, mas a RTP fez-me sair da minha zona de conforto e abraçar outras especialidades. Esta foi a minha experiência profissional na área do jornalismo e não poderia ter escolhido um local mais rico para estagiar.

A experiência do estágio curricular na Rádio e Televisão de Portugal (RTP), mais concretamente na redação multimédia, teve início no dia 4 de junho e fim no dia 31 de agosto de 2018. Durante os três meses de estágio, foram realizadas oito horas diárias (das 8:00 até as 16:00 horas, de segunda a sexta-feira) num regime *full-time*, o que correspondeu a um total de 400 horas.

Este estágio curricular teve como principais objetivos compreender como funciona a redação digital da Rádio e Televisão de Portugal (RTP); desenvolver e evoluir na escrita de trabalhos digitais; propor e elaborar peças jornalísticas com diferentes temáticas para possível publicação na página da RTP Notícias; e trabalhar na plataforma de vídeo e áudio do site.

2. Experiência de estágio

Na primeira semana de estágio, em junho de 2018, foi possível realizar uma visita guiada à instituição, com destaque para as redações de multimédia, televisão e rádio, uma vez que o estágio esteve ligado à informação. No dia de apresentação, todos os estagiários receberam uma folha com os dados de acesso a todas as plataformas necessárias, bem como um email da instituição com validade até aos últimos dias de estágio. Afinal, na Rádio e Televisão de Portugal, os estagiários não ficam simplesmente a observar. Trabalham como qualquer outro jornalista. Além disso, acredito que a assiduidade, o cumprimento de horários e a pressão do tempo foram fundamentais para o meu crescimento profissional.

Todos os profissionais da Rádio e Televisão de Portugal com os quais me cruzei mostraram-se sempre disponíveis para ajudar e responder a qualquer dúvida. A secção multimédia não foi diferente. Recebeu os estágios de forma harmoniosa, existindo sempre entajuda, colaboração e confiança no trabalho dos novos elementos da equipa, até mesmo com peças mais complexas.

Na RTP Notícias, os jornalistas escrevem sobre todos os temas da atualidade, embora cada profissional tenha áreas de interesse diferentes. A redação multimédia utiliza como meio de comunicação o *software* The Electronic News Production System (ENPS), que permite conferir o alinhamento dos programas televisivos de informação da estação, enviar mensagens pessoais e encontrar notícias da atualidade proveniente de correspondentes e agências de notícias (como a *Reuters* e a *Lusa*). A redação digital é ainda responsável pela atualização do *ticker*¹⁰.

A equipa da secção multimédia ensinou todas as técnicas necessárias para que o texto jornalístico fosse escrito com rigor. Os jornalistas corrigiam e explicavam as mudanças textuais necessárias, bem como escutavam e analisavam as sugestões dos estagiários. Além disso, nunca se cansaram de mencionar a importância da pesquisa e escrita do contexto de uma notícia, de modo a garantir que toda a informação pertinente fosse transmitida ao leitor. Neste âmbito, foram incutidos valores editoriais

¹⁰ *Ticker* – texto que passa em rodapé durante os programas televisivos

e códigos de conduta baseados em princípios como a imparcialidade, o respeito pelo outro e pelas diferentes culturas, direito à privacidade, entre outros.

Ao longo dos três meses de estágio, foi possível conferir todo o processo de recolha de informação, criação de artigos e publicação na página da RTP Notícias. Através desta formação ganhei uma maior aprendizagem do jornalismo digital e desenvolvi a minha escrita. Enquanto nas primeiras semanas as notícias tinham três a quatro parágrafos, nos últimos dias de estágio as peças continham mais de dez parágrafos, vários entretítulos, utilização de caixas¹¹ e múltiplas citações, contrastando diversas fontes. Além disso, passou a existir uma maior verificação de factos e descodificação de *fake news*.

Este estágio permitiu ainda o acompanhamento da agenda mediática e a escrita de peças que pensava que estavam fora do meu alcance. Um exemplo foi a notícia “Neutrino. Partícula encontrada na Antártida agita astrónomos”¹², cuja complexidade do tema permitiu estimular as minhas capacidades e renovar os meus interesses. Através deste estágio, percebi que não tenho receio de escrever sobre qualquer tema. Afinal, as unidades curriculares do mestrado em Jornalismo educaram-me para estar preparado para escrever sobre diversos assuntos. Neste seguimento, adquiri interesse em escrever sobre ciência, política internacional, ambiente e tecnologia, por exemplo. Antes de iniciar o estágio, nunca pensei que escreveria tanto sobre o atual Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, catástrofes naturais ou avanços científicos.

Por vezes, existiram dificuldades em encontrar termos corretos e em fazer a tradução de determinados conceitos para a língua portuguesa. Algumas das dificuldades durante o estágio depararam-se, por exemplo, com a escolha do título para as notícias – muitas vezes demasiado académicos -, o não conhecimento da função dos líderes partidários e da terminologia específica para determinados temas.

Em relação aos pontos fracos da experiência de estágio, deve apontar-se o procedimento da rotina jornalística, por ser bastante repetitivo e aborrecido. Acho que

¹¹ Do ponto de vista gráfico e de estrutura da página, refere-se ao texto secundário em destaque que acompanha a peça principal.

¹² Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/ciencias/neutrino-particula-encontrada-na-antartida-agita-astronomos_n1087324 (Consultado: 22/10/2018)

faltou mais ritmo durante o estágio. Afinal, o trabalho jornalístico desta secção é feito sobretudo a partir da secretária.

Outro aspeto que deveria ser melhorado corresponde ao trabalho produzido pelos estagiários. Neste seguimento, os estagiários deveriam poder praticar outro género jornalístico que não, sobretudo, a notícia. A entrevista como género foi pouco explorado, o que gerou uma falta de registo de informação inédita. A falta de escrita de mais artigos sobre a situação política, económica, social e cultural do país, bem como a não possibilidade de realizar reportagens devem também ser apontadas como obstáculos ao desenvolvimento profissional do estagiário.

3. Atividades desenvolvidas

3.1. Criação de artigos

A principal tarefa realizada durante o período de estágio foi a redação de notícias. Dentro dos géneros jornalísticos, a escrita de notícias foi o estilo predominante em contraste com entrevistas ou reportagens, por exemplo. O processo de criação de artigos passou por três fases: escolha das fontes, criação das peças e publicação. Habitualmente, o processo de criação de um artigo demorava entre uma a três horas.

As peças de comunicação eram redigidas no *Microsoft Word* e depois adicionadas ao *backoffice*¹³ da plataforma da *RTP Notícias*, isto é, o Internet Content Manager (ICM). Os estagiários apenas tinham os privilégios de escrever e editar, mas não de publicar diretamente no *site*.

Todos os dias eram publicava entre um a três artigos na plataforma de notícias da instituição. Muitas vezes os temas eram sugeridos pelos editores, que indicavam diversas fontes que pudessem ajudar na criação das notícias, através da conta de email da instituição ou do *software* Electronic News Production System (ENPS). Outras vezes, os artigos eram escritos por iniciativa própria, após a consulta de outros órgãos de comunicação social, tendo em consideração o interesse público, pertinência dos temas

¹³ *Backoffice* – núcleo de gestão e administração de conteúdos da página *web*.

e dois constrangimentos importantes: o espaço e o tempo. A peça jornalística “Malásia. Ministro ordena que retratos LGBT sejam removidos de exposição”¹⁴ foi escrita por iniciativa própria, após a consulta da *British Broadcasting Corporation (BBC)*, por exemplo.

Neste âmbito, há que realçar a importância da utilização de fontes de informação, sejam agências de notícias, cidadãos comuns, oficiais estatais, especialistas sejam cientistas, por exemplo. É sempre importante contrastar várias fontes, de modo a que a peça jornalística fique enriquecida e não demonstre uma tomada de posição, isto é, seja objetiva e imparcial. A utilização de várias fontes torna o artigo mais fiável e completa informação, oferecendo pontos de vista diferentes, mas necessários. Muitas vezes foram consultados órgãos de comunicação social como fonte como por exemplo: *The Guardian*, *BBC*, *CNN*, *The New York Times* e *EL País*. Em outras ocasiões foi possível utilizar as redes sociais como portador de informação, como em casos de catástrofes naturais, por exemplo. Um jornalista deve estar sempre atento às redes sociais, porque tanto podem oferecer informações de cidadãos comuns como de câmaras municipais, sindicatos e partidos políticos, por exemplo. Para artigos de ciência, como a peça “Centenas de glaciares do Ártico em risco de desaparecer”¹⁵, foram utilizadas fontes documentais como relatórios e estudos. Outras vezes, foram utilizadas *press releases* enviados via e-mail para a redação multimédia, o que aconteceu mais em temáticas relacionadas com a cultura, como por exemplo sobre o “Festival Internacional de Artes percorre o Alentejo”.¹⁶

Em termos de produção, as notícias utilizavam recursos tradicionais do jornalismo. Por norma, o *lead* tinha de tentar responder às perguntas *Quem?*, *O quê?*, *Quando?*, *Onde?*, *Como?* e *Porquê?*, averiguando o máximo de pormenores de uma estória. No meio dos artigos, eram também utilizados entretítulos de modo a condensar e separar a informação.

¹⁴ Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/mundo/malasia-ministro-ordena-que-retratos-lgbt-sejam-removidos-de-exposicao_n1092278 (Consultado: 22/10/2018)

¹⁵ Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/ambiente/centenas-de-glaciares-do-artico-em-risco-de-desaparecer_n1088228 (Consultado: 27/10/2018)

¹⁶ Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/cultura/festival-internacional-de-artes-percorre-o-alentejo_n1080670 (Consultado: 20/10/2018)

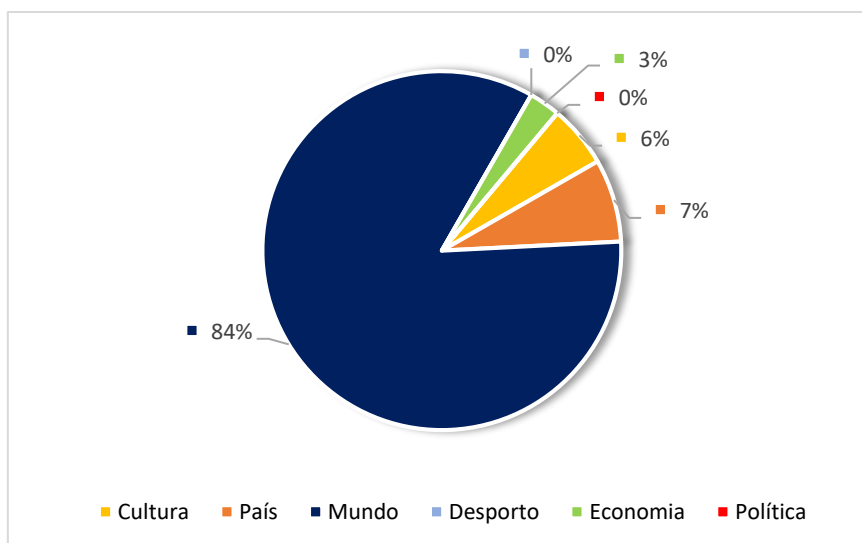
Para ilustrar e dar sentido aos artigos são necessárias fotografias, aproveitadas de repositórios de imagens da *Reuters* e da *Lusa* e, por vezes, de redes sociais. Para cada artigo era necessário comprar uma imagem relacionada com a temática em questão, o que muitas vezes foi uma tarefa difícil: quer pela dificuldade em encontrar fotografias, quer pelas imagens que podiam ou não ser utilizadas. Muitas vezes as imagens são do próprio acontecimento, enquanto outras vezes são meramente ilustrativas. As fotografias eram processadas através do *software* de imagem Adobe Photoshop, de modo a obterem as dimensões preferenciais da plataforma de notícias, sem alterar o seu significado principal.

Para além da foto principal para ilustrar o artigo, muitas vezes foram também selecionados vídeos, *gifs* e áudios – gravados pela *Atena 1* – de modo a garantir multimodalidade e um maior dinamismo às notícias. Para criar um maior entendimento de dados mais extensos recorria-se à infografia, através da criação de gráficos e tabelas.

Na publicação dos artigos também interessava utilizar *tags* referentes à notícia, adicionar artigos relacionados, legenda da imagem e *lead* para destaque das principais notícias do dia da plataforma virtual da RTP. Muitas vezes eram também adicionadas caixas com informação secundária na lateral direita dos textos.

Ao longo do estágio foram redigidos mais de 110 artigos de diferentes temáticas, tendo em consideração as seis categorias principais do site da *RTP* (mundo, política, economia, país, cultura, saúde e desporto). Neste seguimento, 84% dos artigos foram associados à categoria “Mundo”, que engloba vários temas como ciência, tecnologia, política internacional, sociedade, etc. Em contraste, 7% dos temas publicados corresponderam à categoria “País”, que diz respeito a acontecimentos inerentes a Portugal. Por outro lado, 3% dos artigos destinaram-se à categoria “Economia” e 6% a “Cultura”. Para a categoria “Desporto” e “Política” (correspondente a questões políticas do país) não foram escritos artigos, porque raramente eram da responsabilidade dos estagiários.

Gráfico 1. Categorias dos artigos publicados durante o período de estágio



A grande maioria dos artigos, após revisão dos editores, foram publicados na página da *RTP Notícias*. Muitas das revisões consistiam na alteração de determinados vocábulos, diferenças relativamente ao acordo ortográfico, diminuição do tamanho do título e eliminação de repetição de palavras, por exemplo.

3.2. Trabalho na plataforma de vídeo e áudio

Outra das tarefas realizada ao longo do estágio foi a publicação de vídeos na RTP Notícias, através da plataforma *Video to Web*. Esta tarefa consistiu na transposição da informação do/a pivô de televisão para o digital. Afinal, a linguagem utilizada em jornalismo televisivo não é a mesma que se utiliza no *online*.

Durante o período de estágio, os vídeos publicados pertenceram ao “Jornal da Tarde”, transmitido em direto do Porto. É extremamente importante que os conteúdos que passam na televisão possam, posteriormente, ser acedidos na internet, de modo a garantir o dinamismo da plataforma. Todos os dias, após as peças passarem na televisão, a plataforma de vídeos do site é atualizada com novos conteúdos.

Além da criação de um pequeno texto e *lead*, era também necessário adicionar um título, bem como ter atenção às imagens presentes no vídeo, na medida em que

algumas não podiam ser partilhadas por pertencerem a terceiros. Era ainda necessário fazer uma captura de ecrã que representasse a peça.

A edição de áudio foi uma tarefa muito rara durante o período de estágio. No entanto, algumas peças – maioritariamente relacionadas com assuntos nacionais - precisavam de entrevistas para ilustrar as peças.

Uma das peças em que foi necessário utilizar a plataforma de áudio relacionou-se com a “Proibição de lâmpadas de halogéneo na Europa a partir de setembro”¹⁷, que precisou de utilizar gravações de áudio realizadas pela Antena 1. Para a edição de áudio foi utilizado software *Audacity*.

3.3. Criação de galerias e imagem do dia

Uma outra tarefa realizada durante o período de estágio consistiu na criação de foto galerias e imagem do dia. Após ser encontrado um tema atual que pudesse ser divulgado através de imagens, eram utilizados os repositórios de imagem de agências notícias que a secção multimédia tem acesso (*Reuters* e *Lusa*).

Com recurso ao *software* de edição de imagem *Adobe Photoshop*, as fotografias eram redimensionadas para terem o tamanho apropriado para publicação na plataforma de notícias. Não eram realizadas alterações como correção de cor ou outras, de modo a manter a integridade das imagens originais.

Além das fotografias, era ainda necessário adicionar um título e uma pequena descrição. Uma das galerias realizadas durante o estágio retratou “As imagens do encontro histórico de Donald Trump com Kim Jong-uh”, enquanto um exemplo de uma imagem do dia foi sobre “Um aperto de mão para a história” entre os dois líderes políticos.

¹⁷ Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/lampadas-de-halogeneo-proibidas-na-europa-a-partir-de-setembro_n1094801 (Consultado: 28/10/2018)

4. Balanço crítico

Com base na experiência de três meses de estágio curricular, decidi recorrer a uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) com o objetivo de examinar o site da *RTP Notícias* e a redação multimédia.

Esta ferramenta de diagnóstico estratégico tem a finalidade de sintetizar as observações ao ambiente interno (forças e fraquezas) e ambiente externo (oportunidades e ameaças) da empresa. Por ser simples de utilizar e útil para produzir estratégias, este tipo de análise pode ser aplicado desde a criação de um *site* à gestão de uma multinacional. Neste sentido, a *Tabela 1. Análise SWOT – Redação Multimédia* mostra os elementos-chave que resultaram da minha análise.

Relativamente à navegação na página, embora a plataforma da RTP Notícias seja intuitiva e acessível, muitas vezes apresenta publicidade excessiva, o que pode levar à perda de audiência e credibilidade. Por vezes, surgem janelas *pop-up* com publicidade em cima do texto dos artigos que dificultam a leitura. Em relação ao *design* da página web, o *layout* é pouco apelativo e desorganizado. Existe bastante conteúdo, mas como a maior parte esta sobreposta a um fundo branco, as divisões não são claras. A par disso, devido ao motor de pesquisa disfuncional, é complicado encontrar diversos conteúdos como artigos jornalísticos ou vídeos.

Acredito que o conteúdo da RTP Notícias ainda tem muito para melhorar, embora grande parte da informação tenha qualidade, devido à excelente equipa de profissionais. A *Internet* contribui para o sedentarismo da prática jornalística, que é visível na redação da RTP Notícias. Muitas vezes as notícias têm como base outros veículos de comunicação. Como consequência, não existe conteúdo diferente daquele que é publicado noutros jornais – nacionais ou internacionais – de referência. Assim sendo, a criação de mais conteúdos feitos exclusivamente para o *online* é uma necessidade. Porém, para que isso aconteça, a equipa precisa de mais profissionais que se consigam dedicar à produção de peças que não sejam de agenda. São também necessários mais equipamentos.

Além disso, enquanto serviço público, a RTP deveria dar voz a temas que as outras empresas jornalísticas não dão. Afinal, o serviço público obedece a obrigações

que as empresas privadas necessariamente não têm. Para muitos portugueses, a RTP, enquanto serviço público, representa a informação de referência e qualidade. O serviço público de rádio e televisão deve continuar a apostar na pluralidade e diversidade. Neste sentido, é necessário que exista mais peças com conteúdo relacionado com minorias, acontecimentos regionais e cultura, por exemplo.

Durante os três meses de estágio, reparei também que existe muita falta de comunicação entre as diferentes redações da RTP. De certa forma, é como cada redação fosse autónoma e não trabalhasse para um organismo comum.

Positivo		Negativo	
FORÇAS		FRAQUEZAS	
Interno	Experiência dos profissionais (método e técnicas jornalísticas); Marca de confiança; Atualização constante do <i>site</i> ; Qualidade e rigor da informação; Aplicação para dispositivos móveis.	<i>Backoffice</i> com falhas; Estrutura do <i>site</i> pouco apelativa; Escassez de conteúdo exclusivo; Falta de equipamento e <i>softwares</i> desatualizados; Publicidade dentro dos artigos; Motor de pesquisa do site disfuncional.	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	
Externo	Marketing digital e redes sociais; Criação de mais conteúdo informativo exclusivo (reportagens e entrevistas). Apostar na oferta de mais informação dedicada a acontecimentos regionais, cultura, minorias e tecnologia; Mais correspondentes para uma melhor análise e cobertura de acontecimentos globais; Conteúdos multimédia; Melhorar o <i>design</i> do site.	Elevada concorrência de jornais nacionais (Público, Expresso, Correio da Manhã, Diário de Notícias, por exemplo); Atraso na adaptação às novas tecnologias; Atual conjuntura socioeconómica do país.	

Tabela 1. Análise SWOT – Redação Multimédia

CAPÍTULO III – MINORIAS & MEDIA

1. Minorias: definição e enquadramento do conceito

O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* define o termo “minoria” como: “inferioridade em número; a parte menos numerosa (de um corpo deliberativo)”¹⁸. Nas sociedades modernas, devido aos processos de globalização e multiculturalismo, questões relativas às minorias (étnicas, raciais, mulheres, religiosas, idosos, sexuais ou LGBTI+, refugiados, pessoas com deficiência, entre outros) têm muitas vezes o papel de dividir indivíduos e comunidades. As minorias encontram-se numa situação de inferioridade ou subordinação relativamente à maioria ou estrato social dominante. No entanto, em termos numéricos, nem sempre em quantidade inferior à totalidade populacional¹⁹.

As minorias podem apresentar características ou comportamentos que não são habituais para a maior parte das pessoas. Consequentemente, têm a sua voz e intervenção na sociedade restringidas pelo grupo dominante. Os desequilíbrios de poder fazem com que as minorias não tenham as mesmas oportunidades que a maior parte das pessoas, assim como indicam Budarick & Han (2017) na seguinte citação:

The term ‘minority’ is helpful in its acknowledgement of power imbalances. At its broadest level, it can be used to refer to any group in society that is systematically marginalized and made relatively powerless in economic, political, social or cultural arenas. (p. 9)

A opressão das minorias divide a população e tenta reduzir uma sociedade plural, fazendo com que as minorias sirvam como uma forma de resistência à cultura dominante ou *status quo*. Estas ideias de divisão são reforçadas por Wolf (2009):

Homophobic, sexist, racist, nationalist, and other divisions in modern society reflect the interests of the dominant class in society. This class—the ruling class—constitutes a small minority of the population; it therefore must use the

¹⁸ Disponível em <https://dicionario.priberam.org/minoria> [Consultado: 08/02/2019]

¹⁹ As minorias, muitas vezes, podem pertencer à maioria populacional, como é o caso das mulheres e idosos.

institutional and ideological tools at its disposal to divide the mass of the population against itself in order to prevent the majority from uniting and rising in unison to take back what is rightfully theirs. (p. 10)

Na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1960, o sexismo, a homofobia, a misoginia e o racismo têm traçado caminho para movimentos de protesto com o objetivo de alcançar direitos civis e afirmação de identidades.

1.1. Formação da identidade e reconhecimento do «outro»

A Identidade é a interação entre um indivíduo e o contexto social em que vive. Kathryn Woodward (2000) defende que a identidade é relacional. Neste sentido, é através da diferença, de um processo de auto-categorização e do nosso diálogo com os outros que estabelecemos a nossa identidade e negociamos valores e significados. Afinal, a identidade não é fixa, mas problemática e multidimensional. Stuart Hall (1990) define esse conceito através de uma teoria não essencialista, mas de uma construção socialista. Segundo este sociólogo, a pós-modernidade determina um momento de crise de identidade. Para Hall (1990), a identidade não é “transparente ou problemática” (p. 222) e nunca está completa, uma vez que está sempre em processo e é sempre constituída dentro, não fora da representação.

É certo que para obter reconhecimento social, a ligação entre identidade, a diferença é necessária. No entanto, Charles Taylor (1998, p.45), alerta que a nossa identidade é “formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros”. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto “podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe” (Taylor, 1998, p.45), levando à exclusão social como acontece com as minorias. Assim, ainda de acordo com Taylor (1998), o discurso do reconhecimento depende de dois níveis: na esfera íntima e através das nossas reações dialógicas com os outros (esfera pública). Este autor menciona duas políticas diferentes, baseadas na noção de respeito

pelo igual, mas que entram em conflito: política de diferença e política de igualdade universal.

Neste contexto, em busca pela dignidade humana, os grupos sociais minoritários pretendem que as suas identidades sejam reconhecidas e negociadas. Na luta pela justiça económica e social, as minorias têm o objetivo de promover a diferença e não ser discriminadas. Woodward (2000) sugere que a diferença “a diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” (p. 50). No entanto, também “pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo visto como enriquecedora” (Woodward, 2000, p.50).

1.2. Preconceitos, exclusão social e discriminação

At the end of the day it doesn't matter which group is most oppressed or whether they are identically oppressed, what matters is that no group be oppressed.

(Keith Boykin, Presidente da National Black Justice Coalition)

As relações de poder ainda existem entre culturas, nações, povos, etnias, raças, orientações sexuais e género. Através de oposições binárias que criam classes assimétricas – e que privilegiam um dos lados da polarização - a opressão, a dominação e exclusão do outro tornam-se uma realidade. A existência desta dualidade sublinha duas identidades coletivas distintas que reforçam um sentimento de pertença: a existência de uma identidade “nós” por oposição a uma identidade negativa ou estigmatizada, o “outro”. Na seguinte expressão, Adorno (1998) aborda este contraste:

The formation of stereotypes promotes collective narcissism. Those qualities with which one identifies oneself, the essence of one's own group, imperceptibly become the good itself and the foreign group, the others, bad (p. 205)

O sistema de oposição binária pode ser verificado através dos contrastes homossexual/heterossexual, homem/mulher e branco/negro, por exemplo. Já na década de 1960, o pensamento do sociólogo Norbert Elias (1965) introduzia na sua análise a ideia de “representação” do outro, ou seja, a construção de imagens que

reforçam o papel dos grupos dominantes ou «estabelecidos» (designados pelo autor como “*the established*”) face aos outros (“*the outsiders*”). Contudo, através desta relação de poder surge um grande problema: o pressuposto de que uma ideia de “normalidade” pertence à identidade dos grupos hegemónicos. Seguindo esta abordagem, os *outsiders* são vítimas de estigmatização devido aos desequilíbrios nas relações de *status* e poder. Estas pessoas podem contar com menos tolerância e são frequentemente vistas como ameaçadoras. Por outro lado, os grupos «estabelecidos» têm acesso a recursos de poder que o outro grupo não tem e, desta forma, mobiliza esses recursos para colocar o grupo estigmatizado em segundo plano e para afirmar a posição de seu próprio grupo.

Muitas vezes, os grupos minoritários são desvalorizadas e discriminadas, devido a preconceitos. Há mais de 60 anos, Allport (1954) definiu o preconceito como “uma atitude hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence aquele grupo e, portanto, presume-se que tenha as qualidades condenáveis atribuídas ao grupo” (p. 9).²⁰ O preconceito é uma atitude que prejudica o diálogo. Podem existir diferentes ideias desde que exista um denominador comum entre todas as partes, de modo a existir um diálogo e valores universais. Porém, alguns grupos são avaliados mais negativamente ou positivamente do que outros, resultando em hierarquias de preconceito (Hagendoorn, 1995).

Se considerarmos a noção de estigma cunhada por Goffman (1963), um indivíduo estigmatizado é aquele que foi reduzido de uma “criatura comum e total para uma pessoa estragada e diminuída” (p. 3).²¹ Neste sentido, devido à sua aparência física ou comportamento, os indivíduos podem ter atributos que as façam ser estigmatizadas, variando consoante diferentes grupos ou sociedades. Por exemplo, uma mulher de etnia cigana, e que se identifique como lésbica, poderá sofrer um duplo preconceito: primeiro por ser mulher, segundo por pertencer a uma minoria étnica e terceiro por pertencer à uma minoria sexual. Como consequência, estes grupos estigmatizados

²⁰ Tradução livre do autor. No original, “a hostile attitude toward a person who belongs to a group, simply because he belongs to that group, and is therefore presumed to have the objectionable qualities ascribed to the group” (Allport, 1954, p. 9).

²¹ Tradução livre do autor. No original, “from a whole and usual person to a tainted, discounted one” (Goffman, 1963, p.3).

enfrentam a tarefa de “stigma management”, de modo a ser “aceites” pelos “normais”²²(Goffman, 1963). Muitos indivíduos *desacreditados* praticam “controle de informação” durante interações sociais, como medo de reações hostis que podem, muitas vezes, surgir pela procura de respeito e cidadania. Por exemplo, nas sociedades ocidentais, a homossexualidade e a transsexualidade têm ganho um *status* menos estigmatizado, mas em muitos países ainda são vistas à luz de ideias preconceituosas como doença ou perversão. Estes grupos minoritários continuam à procura de igualdade.

2. Os *media* como fonte de conhecimento

No final do século XX, já o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1991) afirmava que os *mass media* têm o poder de “construir a realidade”, intercetando diferentes artefactos culturais. Como principal veículo de informação, os meios de comunicação têm uma forte influência sobre as crenças, comportamentos, opiniões e atitudes das audiências, em particular para quem não têm contato direto com outras culturas ou identidades.

Estes meios chegam a muitas pessoas e têm o poder não apenas de decidir o que se torna notícia, mas também como essa notícia é enquadrada (McQuail, 1994). Na obra *Frame Analysis* (1974), Goffman define enquadramento como uma ideia organizadora central que dá entendimento a acontecimentos relevantes e sugere o que é um tema. Para Entman (1993), o enquadramento envolve a seleção de certos aspetos de uma questão, elevando a sua relevância, “de forma a promover uma definição particular para um problema, uma interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (p. 52).²³ Também para Kress’s (2010), este conceito

²² Neste contexto, o conceito “normal” diz respeito ao individuo ou grupo que não são, pelo menos na maior parte das situações, estigmatizados.

²³ Tradução livre do autor. No original, to frame is “to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation” (Entman, 1993, p. 52).

como princípio de escolha de informação e saliência é crucial, uma vez que “não há significado sem enquadramento” ²⁴(p. 10)

As estruturas de significado podem ser introduzidas por aqueles que estão no poder como os políticos e os *media* (Rodriguez e Blumell, 2014), de modo a encorajar ou desmoralizar interpretações, influenciando a forma como as audiências se posicionam perante pessoas e eventos. A perspectiva do enquadramento é ainda mais relevante quando aplicada aos movimentos sociais. Aplicada ao contexto dos movimentos sociais, o conceito de *framing* apresenta três componentes principais:

(1) a diagnosis of some event or aspect of social life as problematic and in need of alteration; (2) a proposed solution to the diagnosed problem that specifies what needs to be done; and (3) a call to arms or rationale for engaging in ameliorative or collective action (Snow and Benford, 1988, p. 199).

No discurso jornalístico, o enquadramento corresponde às escolhas do jornalista e implica uma complexa negociação de valores. O conceito de *media frame* inclui também práticas e rotinas inconscientes dos jornalistas (Horsti, 2016). Para além de serem positivas ou negativas, as estruturas de significado podem ser neutras ou equilibradas (Haskell, 2007). Neste sentido, a influência do *emotional appeal*, como o tom das notícias, pode ter impacto nos comportamentos e atitudes das audiências, influenciado se apoiam ou não um determinado tema (Lee and Basnyat, 2013).

2.1. Construção de um discurso desviante

Ao influenciarem o modo como as pessoas consomem a informação, os meios de comunicação podem contribuir ou destacar as desigualdades da sociedade (Dines & Humez, 2015). A polarização entre “nós” e “eles” propagada pelos *media* traduz “a opinião que temos sobre quem nos é estranho e suas crenças, valores, costumes e tradições” (Empinotti através de Cádima & Silva, 2017, p.96). Neste sentido, nas representações da “sexualidade”, todas as identidades são comparadas à norma

²⁴ Tradução livre do autor. No original, “there is no meaning without framing” (Kress, 2010, p. 10).

“heterossexual”. O mesmo pode ser aplicado nas representações da “raça”, onde a camada social “branca” é a norma.

Muitas vezes, as representações divulgadas pelos meios de comunicação podem sustentar a homofobia ou o racismo, por exemplo. Na verdade, a forma como os grupos sociais são apresentados culturalmente pode ser sinónimo de como são tratados no quotidiano (Richard Dyer, 1993). Afinal, a expressão discursiva dos *media* reforça a realidade cultural e socialmente produzida (Pointignant e Strefff-Fenart, 1997), uma vez que os textos mediáticos estão inseridos no dia-a-dia e implicam transformações na vida sexual e social.

Ao longo das décadas, os grupos minoritários têm sido sub-representados e estereotipados nos *media*. De acordo com Richard Dyer, um estereótipo "é utilizado para expressar um consenso geral sobre um grupo social, como se esse consenso tivesse surgido antes, e independentemente do estereótipo" (Dyer, 1993, p. 16).²⁵ A marginalização das minorias étnicas, por exemplo, ocorre não apenas em termos de deturpação da representação, como também através da ausência de representação nas notícias (Philips, 2011). A par disso, Budarick & Han (2017) sublinham que existe uma tendência para não dar voz a indivíduos ou grupos minoritários:

Research has revealed that there is a tendency amongst mainstream news *media* to rely on the same narrow group of sources when reporting stories about ethnic communities with a concomitant failure to adequately include the voices of ethnic minorities in stories about them (p. 166).

Os grupos marginalizados requerem mudanças nas estruturas de poder de modo a assegurar os seus direitos. Ao sentirem-se intimidados pela “maioria dominante” (Giddens, 2004), as minorias encaram o discurso e as imagens estereotipadas dos *media* como uma forma de exclusão social e discriminação. Por isso mesmo, com o surgimento das novas tecnologias, as minorias conseguiram expressar a sua voz e transformar as representações dos *media* tradicionais.

²⁵ Tradução livre do autor. No original, a stereotype “is taken to express a general agreement about a social group, as if that agreement arose before, and independently of the stereotype” (Dyer, 1993, p. 16).

2.2. Mudança da representação do analógico para os novos *media* digitais

De acordo com Serroy e Lipovetsky (2010), vivemos numa época de *Grande Desorientação*, onde “as forças de unificação global vão progredindo ao mesmo ritmo que as de diversificação social, mercantil e individual” (p. 21). A “aldeia global”, que Marshall McLuhan (1968) referia há décadas atrás, é uma realidade que caracteriza o nosso mundo atual. Com o crescimento do processo de globalização e evolução tecnológica, a interação entre as diferentes identidades e a aceleração dos fluxos comunicacionais tornou-se uma prática comum. Dominique Wolton (2004) reforça que anteriormente, “o Outro era uma realidade etnológica, distante; hoje, ele é uma realidade sociológica, com a qual temos de coabitar”, uma vez que “as distâncias já não são físicas, são culturais” (p.9).

O surgimento das novas tecnologias fez com que as barreiras de espaço e tempo desmoronaram e mundializaram a terra, tornando como ponto principal a desterritorialização e individualização dos seres humanos. Os novos *media* digitais impulsionaram o avanço de um novo modelo cívico que permite uma forma de comunicação direta. Os indivíduos ganharam uma maior visibilidade e agenciamento em comparação com os *media* analógicos, cujo os consumidores encontravam-se numa situação de passividade e isolamento:

Whereas analogue *media* provided limited and structured opportunities for access to information and communication with the political structure, online digital *media* expand the set of tools monitorial citizens have at their disposal, so that may monitor developments and mobilize if necessary (Papacharissi, 2009, p. 36)

Lay & Thomas (2012) acreditam que a internet facilitou a forma como as minorias contam as suas histórias e partilham informação. Desde o final do século XX, as minorias têm-se ligado a este meio, de modo a desenvolverem as suas próprias discussões, celebrar as suas identidades e fazer frente às *mainstream news*. Os grupos minoritários passaram a têm acesso a veículos informativos e de entretenimento com conteúdo mais

especializado, assim como guia e apoio. Os portais de conteúdo digitais proporcionam aos cidadãos comuns uma oportunidade de se envolverem diretamente na esfera pública, de uma maneira anteriormente ausente nas democracias representativas (Papacharissi, 2009). Neste contexto, o cidadão “recupera qualidades de cidadania perdidas pela expansão dos *mass media*” (Sá, 2002).

Ciberespaço: ativismo e alteração das representações sociais

De acordo com Nettleton (2015), as representações de género, sexualidade e raça tornaram-se mais influentes nos novos formatos digitais em comparação com os *legacy media*, como descreve seguidamente:

The evolving digital format of current and future journalism dissemination allows *media* representations of gender, sexuality, and all identities to be swiftly generated, almost instantly circulated, and ultimately consumed by audiences of larger numbers than print journalism ever reached. This speed of broadcasting and breadth and width of audience may make new *media* representations even more powerful and influential than those found in *legacy media*. (p. 130)

Afinal, o contacto entre grupos ou indivíduos que partilham ideias similares tornou-se mais simples e rápido. Em comparação com os média analógicos, o ciberespaço, através das redes sociais, permitiu a criação de comunidades virtuais que favorecem o ativismo ou desenvolvimento de movimentos sociais, trilhando caminho para o ativismo e enfraquecendo o isolamento social:

The Internet has done more than simply change the distribution of information and reduce the cost of movement activity and development. Perhaps the most significant contribution the Internet offers social movements is the expansion of where activism happens. The Internet has developed into more than a tactic or tool social movements employ: it has become a space-albeit a virtual one-within which organizing, and activism can happen. (Shapiro 2004, p. 172)

No entanto, embora as novas redes de comunicação digital tenham “fortalecido as minorias e os *media* alternativos, ainda existem muitos casos de marginalização”

(Budarick & Han, 2017, p.10)²⁶. Além disso, numa entrevista concedida a Kalinke e Rocha (2016), Henry Jenkins alerta que “não devemos presumir que as novas tecnologias de *mídia* são inerentemente democratizantes” (p. 179). Muito pelo contrário, “devemos vê-las como instrumentos por meio dos quais podemos lutar para alcançar mais plenamente as potencialidades de uma sociedade mais diversificada e democrática” (Jenkins, Kalinke & Rocha, 2016, p. 179).

Vivemos numa época onde qualquer pessoa pode criar um *blog* ou *website* e contribuir para o fluxo de notícias globais. O acesso fácil a imagens e informação oferece a possibilidade de contruir qualquer tipo de representações. Neste sentido, “o meio ambiente técnico/tecnológico pode produzir uma variedade de pequenas narrativas que dão a sensação de uma aparente diversidade social”, porém “é algo falso e potencialmente perigoso pois mascara ainda mais a homogeneização gerada por eles” (Pinto, 2017, p. 160). As identidades estão a tornar-se cada vez mais superficiais, uma vez que qualquer pessoa pode assumir uma identidade falsa no ciberespaço:

National, religious, racial and gender identities are becoming increasingly superficial insofar as a person of any background, creed or gender can operate a computer with equivalent performance. People of different cultures and languages use the same technological gadgets that utilize the same internal and specialized language to mediate basic life activities (Wagenfuhr, 2013, p. 238)

É neste aspeto que o papel do jornalista é fundamental: descobrir a verdade e partilhá-la, através do enquadramento correto. Muitas vezes as discussões sobre o futuro do jornalismo centram-se em novos modelos económicos, formas de distribuição digital e na atração da audiência. Contudo, “embora a *performatividade* da informação – velocidade e abundância ilimitada, tivesse dado um salto em frente excecional, não sucedeu o mesmo com a compreensão do mundo, nem com a compreensão dos seres humanos” (Serroy e Lipovetsky, 2010, p.28). Afinal, um maior acesso à informação não garante um aumento do interesse político ou cidadãos mais bem informados (Papacharissi, 2009). “Cada vez mais, [o jornalismo] é um quarto poder que ninguém

²⁶ Tradução livre do autor. No original, “While new digital communications networks have empowered minority and alternative *media*, there are still many instances of marginalization”

controla e o paradigma do controlo será substituído pelo paradigma do caos” (Traquina, 2014, p. 21).

De certa forma, o controlo da informação e da população tornou-se mais complicado devido às novas tecnologias. Porém, o jornalismo, particularmente no contexto digital, tem a possibilidade de utilizar géneros e modalidades capazes de dar uma representação mais fiel da realidade social:

New media ecology shapes journalistic content, production, consumption and dissemination in ways that might have an impact also on framing. Affordances of participation, accessibility, connectivity, mobility, and convergence of modalities, representations, productions and dissemination have shaped the communicative field, including journalism (Horsti, 2016, p. 2)

Papacharissi (2009) reforça que o futuro do jornalismo passa pela criação de modelos que envolvam “a tensão entre o significado da informação privada e pública, na medida em que estes definem os papéis e modos jornalísticos” (p. 40).²⁷ Neste seguimento, será o rigor das representações sociais uma resposta para a crise do jornalismo? A interpretação, a investigação, a contextualização e a análise das estórias – principalmente hoje em dia - é crucial, de modo a produzir representações corretas de corretas dos grupos minoritários e garantir os direitos do ser humano.

2.3. Responsabilidade social: Defesa dos Direitos Humanos

Segundo Wolton (2004), a cultura jornalística tem o dever de explicar de maneira simples e correta a complexidade do mundo atual. Afinal, embora existam muitas informações sobre todos os assuntos, a capacidade do público de receber e compreender essas informações é limitada. Uma informação, que descontroladamente dá a volta ao mundo, “tem todas as hipóteses de encontrar públicos cujas opções políticas, culturais e religiosas podem eventualmente entrar em conflito com ela e, portanto, rejeitá-la”. (Wolton, 2004, p. 37-38). Por isso mesmo, instituições como os

²⁷ Tradução livre do autor. No original, “future models of journalism should directly engage the tension between meaning of private and public information, as they define journalistic roles and modes” (Papacharissi, 2009, p. 40).

meios de comunicação têm um papel de autoridade e responsabilidade fundamental, na medida em que as construções que divulgam têm influência na forma como pessoas interpretam situações ou pessoas:

Structures are sequences of frames that shape how we think and what we do through *repetition*. Sociologists talk about structures of capitalism, gender and sexuality, colonialism, racism – when we analyze regular patterns in the frames that guide actions. But as these examples suggest, structures are more than *just ideas*: they organize resources, moral and material. In terms of moral resources, authority – the ability to persuade people to think and act in certain ways – is what is most important to the realization of human rights. (Nash, 2015, p. 10-11)

De modo a compreender a crise de identidades, o papel de mediação dos meios de comunicação é fundamental para o funcionamento da democracia. Segundo Barbosa (2012), “devemos, pois, contar com os *media* na modelação de atitudes e condutas em relação aos outros culturalmente diferentes e, sobretudo, na construção de uma cidadania mais inclusiva” (p. 232). Neste seguimento, aliada ao exercício da cidadania, as construções dos meios de comunicação podem ter impacto na forma como as audiências entendem problemáticas que englobem os Direitos humanos, que Weiss *et al* (1994) definem da seguinte forma:

Human rights are fundamental entitlements of persons, constituting means to the end of minimal human dignity or social justice. If persons have human rights, they are entitled to a fundamental claim that others must do, or refrain from doing, something. (p. 105)

Se os meios de comunicação sentirem que já não há necessidade de ativismo relativamente à desigualdade racial, de género ou sexual, os artigos noticiosos serão contaminados pelo julgamento de que a opressão e subordinação é uma preocupação irrelevante e passada (Nettleton, 2015). O reconhecimento do outro tratar-se de uma questão de dignidade humana. Como assegura a Declaração Universal dos Direitos Humanos, "o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2019, para. 1).

O relatório “Os direitos humanos que ainda não se podem comemorar em Portugal” da Amnistia Internacional (2018), conclui que problemas de direitos humanos ainda persistem em Portugal. Este documento indica que as pessoas afrodescendentes, as comunidades ciganas e LGBTI+ continuaram a enfrentar diferentes formas de discriminação.

No futuro, o espaço académico e profissional do jornalismo não pode aceitar sem críticas e observações a complexidade das representações dos grupos minoritários. Cada vez mais, existe a necessidade de educar os jornalistas sobre Direitos Humanos, de modo a representarem corretamente e eticamente estas problemáticas. As origens sociais dos jornalistas influenciam aquilo que pensam da profissão, como funciona e como deve ser praticada (Santos-Sainz, 2013). Além do impacto das escolas de jornalismo, existem outras questões sociológicas, económicas e culturais que desempenham um papel decisivo, como “os hábitos de consumo mediático no seio familiar, as práticas culturais e o património ideológico” (Santos-Sainz, 2013, p. 140)²⁸. Neste seguimento, embora nem todos os jornalistas tenham uma sensibilidade para estes tópicos, o tom, a interpretação dos factos e, especialmente, o enquadramento influenciam a forma como as audiências vão entender a informação divulgada.

Embora os pontos de vista dos leitores moldem a informação, os jornalistas podem encontrar no contexto digital mais recursos para promover os Direitos Humanos. Através da contextualização, novos géneros, formatos multimédia e, principalmente, ao dar visibilidade e voz a testemunhos dos grupos minoritários, as representações poderão ser mais credíveis politicamente e eticamente mais relevantes do que nunca.

Serviço público de rádio e televisão: cidadão como foco central

O papel da informação do serviço público de *media* tem ainda mais importância e responsabilidade na cobertura dos Direitos Humanos, na medida em que deve

²⁸ Tradução livre do autor. No original, “family media habits, cultural practices, and ideological heritage” (Santos-Sainz, 2013, p. 140).

“favorecer a coesão social, valorizar a identidade coletiva, acolher as diferentes realidades, contextos e expressões” (Ascensão através de Cádima & Silva, 2017, p. 48).

Neste contexto, a informação do serviço público de rádio e televisão “só realiza plenamente a sua missão se responder à multiplicidade de públicos que veem televisão, de modo a promover o exercício da cidadania” (Brandão, 2010, p. 153). Este serviço deve “considerar o telespectador como “cidadão” e não como um mero “consumidor”, contrariando a lógica das televisões comerciais (Brandão, 2010, p. 153).

Além disso, embora a televisão e rádio continuem a ser poderosas, a informação do serviço público deve estar preparada para o lidar com o desenvolvimento e potencialidades dos novos *media*. Para Ascensão (através de Cádima & Silva, 2017, p. 44), “num mundo altamente marcado pela globalização, mas onde um novo conceito de “localidade” vai ganhando terreno e novas territorialidades vão sendo construídas, o serviço público tem de estar à altura destas mudanças” (p. 44).

Independentemente do local onde os diferentes cidadãos vivam, o serviço público de *media* deve contribuir obrigatoriamente para a diversidade e pluralidade, pois exerce um papel fundamental na coesão social.

CAPÍTULO IV – COMUNIDADE LGBTI+ & MEDIA

1. Comunidade LGBTI+

Vários investigadores sugerem que já não é apropriado (se é que alguma vez foi) falar da existência de uma “comunidade *gay*” ou “comunidade lésbica e *gay*” (Cronin e King, 2010). De modo a escapar de terminologias essencialistas, esses termos foram substituídos por uma série de siglas baseadas em identidade²⁹ como: LGBT (lésbica, *gay* e bissexual e transgénero) ou LGBTQ (mais queer), por exemplo. Nesta exposição, a sigla LGBTI+ será utilizada como designação principal, de modo a abranger todas as minorias baseadas na sexualidade e género. Assim sendo, representa pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero, intersexo e outras orientações sexuais, identidades e expressões de género.

1.1. A emergência do movimento e poder social LGBTI+

A normalidade é uma estrada pavimentada: é confortável, mas nenhuma flor cresce.

(Vicente Van Gogh)

Os movimentos sociais são uma parte importante do panorama político. De acordo com Goodwin e Jasper (2003, p.3), movimentos sociais são “esforços conscientes, concertados e sustentados por pessoas comuns para mudar algum aspeto da sociedade, usando meios institucionais adicionais”.³⁰

Os anos 1960’s são associados como uma era de convulsão social contra a ordem racial, imperial e sexual. Antes da emergência dos movimentos de libertação *gay* e lésbico e do movimento transgénero, na década de 60, existiam uma grande falta de

²⁹ As opiniões sobre a terminologia correta diferem. Muitos autores e ativistas utilizam outras siglas como: LGBTQQ (mais em questionamento), LGBTQQU (mais inseguro) e LGBTQQUI (mais intersexo).

³⁰ Tradução livre do autor. No original, “conscious, concerted and sustained efforts by ordinary people to change some aspect of society by using extra institutional means” (Goodwin and Jasper, 2003, p.3).

vocabulário para identidades não-heterossexuais. Os considerados bares *gays* – como o Stonewall Inn - eram locais onde pessoas com diversas orientações sexuais e identidades de género poderiam escapar e evitar a violência, assédio e discriminação. Nas primeiras horas de 28 de junho de 1969³¹, em Nova York, milhões de membros da comunidade LGBT manifestaram-se violentamente contra um ataque policial. As Manifestações de Stonewall duraram seis noites e impulsionaram a questão da libertação sexual.

O papel de liderança desempenhado por alguns dos agrupamentos mais desprezados e oprimidos da comunidade LGBT durante as Manifestações de Stonewall foi fundamental:

Most eyewitness reports recount the leading role played by some of the most despised and oppressed groupings within the LGBT community. A multiracial lot of poor *gay* teens, many living on the streets because they had been tossed out of homes or had run away from abuse, taunted the cops with abandon. Transvestites who camped and mocked the cops while striking blows with spiked heels showed that defiance and humor could be complementary. And some reports credited at least one butch lesbian with a furious display of resistance that shamed some of the men present into shedding their passivity and fighting back that first night. (Wolf, 2009, p. 125)

Nesta época, a homossexualidade e a bissexualidade eram tratadas como *tabu* social e raramente discutidas em público. A perseguição e discriminação era recorrente tanto de cidadãos comuns, como do Estado, médicos e grupos religiosos, por exemplo. A existência de terapia de choque eram uma constante. No entanto, esta situação mudou no contexto da epidemia do vírus HIV / AIDS. A segunda metade da década de 1980 foi caracterizada por um maior debate público sobre a sexualidade. Em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais.

³¹ Muitas vezes é utilizada dia 27 de junho de 1969 (sexta-feira) como data. No entanto, os protestos ocorreram após a meia-noite.

Movimento transgênero

Numa comunidade já marginalizada, os indivíduos transgênero sofrem ainda mais de preconceitos e estereótipos. Embora os movimentos lésbico, *gay* e transgênero tenham tido começos similares, os direitos das pessoas transgênero só começaram a entrar no movimento LGBT na década de '90. Embora ambos os movimentos trabalhassem contra formas semelhantes de opressão, as organizações que defendiam os direitos de *gays* e lésbicas marginalizaram os direitos de pessoas transexuais na missão pela igualdade (Stone, 2009). As pessoas *trans* eram discriminadas por serem consideradas demasiado distantes da norma (Piontek, 2006), e muito distante do binário de gênero. “Muitas vezes, os médicos aderiram às normas culturais de gênero para diagnosticar alguém como transgênero³²” (Piontek, 2006, p. 22). Neste sentido, é necessário “abordar a relação entre os direitos das mulheres e os movimentos de direitos dos transgêneros, porque ambos são semelhantes desafiam a ideologia machista, bem como a inflexível estrutura de gênero” (Cooper, 2015, p.25).³³

Em 2018, a transexualidade deixou de ser considerada uma doença mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas passou a ser entendida como “incongruência de gênero” na categoria “saúde sexual”:

Gender incongruence, meanwhile, has also been moved out of mental disorders in the ICD, into sexual health conditions. The rationale being that while evidence is now clear that it is not a mental disorder, and indeed classifying it in this can cause enormous stigma for people who are transgender. (World Health Organization, 2018)

Hoje em dia, este movimento social procura estabelecer igualdade para todas as identidades sexuais, terminado com o machismo e a misoginia. A maioria das pessoas que não se sente marginalizada acredita que as marchas pelos direitos da comunidade LGBTI+ não passa de uma forma de vitimização e que deveria ser oculta. Afinal, há mais para além do binómio *hétero-homo*.

³² Tradução livre do autor. No original, “Often, doctors adhered to cultural gender norms to diagnose someone as transgender” (Piontek, 2006, p. 22).

³³ Tradução livre do autor. No original, “there is need to address the relationship between the women’s rights and transgender rights movements because both are similar in challenging sexist ideologies as well as the rigid structure of gender” (Cooper, 2015, p.25).

1.2. Pluralismo e diversidade sexual: Identidade «desviante» da norma

In itself, homosexuality is as limiting as heterosexuality: the ideal should be to be capable of loving a woman or a man; either, a human being, without feeling fear, restraint, or obligation.

(Simone de Beauvoir)

A sexualidade e as identidades de gênero são complexas e baseadas num processo de constante negociação. Vários investigadores afirmam a existência de diferença entre sexo – critério biológico – e gênero – construção social. Michel Foucault (1988) documenta como a sexualidade é uma construção que mantém no poder uma sociedade de normalização. Assim sendo, o discurso público é um instrumento de poder.

A emergência do movimento feminista nos anos 60, além de questionar a distinção entre público e privado também teve impacto nas questões de gênero e raça, questionando a ideia de que a identidade era essencialista. Uma das personalidades mais proeminentes da teoria *queer*, Judith Butler, estende esta linha de pensamento, afirmando que o sexo, o gênero e o corpo são processos em continua construção:

Gender roles are maintained by being continually performed; heterosexuality is not normal by right or nature, rather it is promoted within hetero-normative social regimes. (Butler, 1999, p. 340)

Segundo este pensamento, não existe apenas uma definição universal para a identidade feminina ou masculina. As práticas sociais suplantam as oposições binárias como homem/mulher ou hétero/homo. Neste sentido, os papéis de gênero são mantidos por serem continuamente apresentados e representados. Butler (2003), citando Simone de Beauvoir (“one is not born a woman, but, rather, becomes one”), critica também a utilização de oposições binárias e a noção essencialista de que as pessoas têm dois gêneros disponíveis. Para a autora, o gênero é construído, não implicando, assim, na sua formulação um agente. Além disso, também os indivíduos interseco alteram a construção social dos papéis de gênero:

These intersex individuals (...) are legally operated on by pediatricians who force traditional norms of genital appearance on newborn infants, often rendering them incapable of experiencing sexual pleasure later in life. The physical reality of intersex people calls into question the fixed notions we are taught to accept about men and women. Intersex people challenge not only society's construction of gender roles but compel us to examine the concept that sex itself is constructed, confined, and forced to fit into a tidy male/female binary. (Wolf, 2009, p. 25)

Como resultado, a heterossexualidade não é normal, mas sim promovida como parte da ideologia ou doutrina dos regimes sociais que a favorecem como norma. A noção da homossexualidade e variação de género como um desvio em relação à normalidade têm como base a heteronormatividade, conceito definido por Berlant e Warner (1998) como:

By heteronormativity we mean the institutions, structures of understanding, and practical orientations that make heterosexuality seem not only coherent—that is, organized as a sexuality—but also privileged. Its coherence is always provisional, and its privilege can take several (sometimes contradictory) forms: unmarked, as the basic idiom of the personal and the social; or marked as a natural state; or projected as an ideal or moral accomplishment (p. 548).

A heteronormatividade tem como ideologia o heterossexismo e o machismo. Embora a maior parte das pessoas conservadoras não tenha intenções de prejudicar ou ofender as pessoas devido à sua sexualidade, consideram-nas “*menos normais*” e acabam por tratá-las de maneira diferente (Seif, 2017). De modo a garantir segurança pessoal e bem-estar e garantir acesso a recursos e apoio, muitos indivíduos não heterossexuais e transexuais tem diariamente de gerir o estigma ³⁴(Goffman, 1963). Além disso, a falta de apoio a comunidade LGBTI+, especialmente a camada mais jovem, pode levar a que muitos indivíduos recorram a atividades criminosas para sobreviver, como a prostituição. Como consequência, estão expostos a um elevado risco de doenças, principalmente HIV/SIDA.

³⁴ Goffman (1963) cunhou o conceito “stigma management”.

1.3. Revindicação pela cidadania sexual

[W]hen we struggle for rights we are not simply struggling for rights that attach to my person, but we are struggling to be conceived as persons.

(Judith Butler)

Os conceitos de sexo, género e sexualidade são muitas vezes problemáticos, na medida em que tentam desafiar a separação entre esfera pública e esfera privada. Muitas pessoas têm a percepção de que o sexo e o corpo pertencem apenas à esfera privada, indicando que este “desvio” deve manter-se privado, na medida em que foge da ideologia heteronormativa.

A repressão e o controlo do comportamento sexual ao redor do globo crescem a partir das necessidades da classe no poder. A opressão das minorias sexuais relaciona-se com as mudanças no conceito de família nuclear e o desafio às noções de normas de género. A ideologia capitalista, juntamente com o sistema patriarcal, é muitas vezes indicada como responsável como Wolf (2009) observa:

The oppression of all sexual minorities is one of modern capitalism’s myriad contradictions. Capitalism creates the material conditions for men and women to lead autonomous sexual lives, yet it simultaneously seeks to impose heterosexual norms on society to secure the maintenance of the economic, social, and sexual order (p. 19).

Neste sentido, a emergência do movimento LGBT significa “um momento de cidadania” (Weeks, 1998) para as pessoas não-heterossexuais e transgénero na sociedade. Através dos movimentos de libertação:

A homossexualidade não é um mero aspeto privado do indivíduo, relevante apenas para amigos e colegas. Em vez disso, é uma identidade potencialmente transformativa que deve ser mostrada publicamente até deixar de ser um segredo vergonhoso, mas sim um modo legítimo de estar no mundo (Vale de Almeida, 2004).

Na esfera pública, a identificação como LGBTI, quer como individual ou comunidade, facilita a entrada num discurso global sobre os direitos LGBT como parte

integral dos Direitos Humanos (Wilkinson e Kirey, 2010). Esta entrada na esfera pública destrói a divisão construída tradicionalmente entre a esfera pública e privada. Para uma parte da sociedade, as pessoas não-heterossexuais e transgênero devem manter a sua “*perversão*” privada e conformarem-se com as normas da sociedade heteronormativa, incluindo as vidas privadas, como ter filhos e casar (Wilkinson, Kirey, 2010). No entanto, a igualdade sexual é um princípio fundamental para o funcionamento da democracia e para a exaltação dos Direitos Humanos.

Transformações no meio social

No livro *O mundo na era da globalização*, Anthony Giddens (2010) destaca que no decurso das décadas mais recentes os principais elementos da vida sexual dos povos do Ocidente sofreram modificações, nomeadamente na noção de família tradicional. Neste sentido, o autor realça a mesma ideia de uma separação entre sexualidade e reprodução. “Pela primeira vez, a sexualidade é algo que se pode descobrir, moldar e alterar. A vida sexual, que costuma ser relacionada de modo absoluto com a vida matrimonial e a legitimidade, tem agora poucas, ou nenhuma, relações com elas” (Giddens, 2010, p. 61). Neste sentido, “uma vida sexual sem a finalidade reprodutora já não é, por definição, dominada pelas relações heterossexuais” (Giddens, 2010, p. 61)

A legalização do casamento inter-racial, o divórcio, a monoparentalidade e a co-adoção abriram caminho para que a noção de família se alterasse. Nos últimos anos, casais do mesmo sexo têm lutado pelo reconhecimento social e legal das suas uniões, desafiando a definição e os limites do casamento tradicional. O casamento é uma das instituições centrais da vida moderna, sendo considerado como um local de contestação, ao invés de um consenso (Hull, 2006). Todavia, as pessoas LGBT são oprimidas, na medida em que as suas identidades sexuais e de género desafiam a família tradicional, cujo o capitalismo continua a depender (Wolf, 2009). De acordo com ensaio “Capitalism and Gay Identity ” de John D'Emilio (1992):

On the one hand, capitalism continually weakens the material foundation of family life, making it possible for individuals to live outside the family, and for a lesbian and *gay* male identity to develop. On the other, it needs to push men and women

into families, at least long enough to reproduce the next generation of workers. The elevation of the family to ideological preeminence guarantees that a capitalist society will reproduce not just children, but heterosexism and homophobia. In the most profound sense, capitalism is the problem (D'Emilio, p. 13)

Em muitos locais, os casais LGBTI+ são marginalizados e não têm o direito de casar, enquanto os casais heterossexuais são legalmente reconhecidos como um casal. Muitas vezes, o estigma social adicionado à comunidade LGBTI+ é marcado promiscuidade e pela variabilidade de parceiros. Para Giddens (1992), a emergência da “sexualidade plástica” (p. 2) libertou o sexo da ideia de reprodução, tornando-se um pré-requisito fundamental desta transformação. Neste sentido, devido à chegada de métodos contraceptivos eficientes na prevenção de doenças e gravidez, as mulheres ganharam autonomia sexual, podendo alcançar, após muitos séculos, igualdade emocional e sexual dentro do casamento. Desta forma, através do surgimento da “sexualidade plástica”, os indivíduos passaram a ganhar um sentido de identidade própria.

O reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo é fundamental para a construção de uma sociedade igualitária. O direito de casar deveria estar disponível para todos os cidadãos – binários e não-binários. Em relação aos argumentos a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, muitos ativistas referem que o reconhecimento legal pode permitir que pessoas LGBTI+ tenham benefícios fiscais e proteção legal. Porém, o casamento entre pessoas do mesmo sexo pode não ser uma boa meta para o movimento, na medida em que não poderá trazer igualdade para todas as pessoas desta comunidade (Warner, 1999). Em contrapartida, Ettelbrick (1992, através de Hull, 2006) destaca que a luta pela legalização de casamentos entre pessoas homossexuais pode forçar os casais a se conformarem e assimilarem a cultura heterossexual dominante. Desta forma, alguns dos principais apelos da liberação *gay*, como o respeito às diversas formas familiares e relacionamento íntimo, não fariam sentido.

Até 2018, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal em mais de 20 países. Em 2000, a Holanda foi o primeiro país a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo

sexo. Em Portugal, a Assembleia da República aprovou com 126 votos a favor, 97 contra e 7 abstenções no dia 8 de janeiro de 2010.

A realidade portuguesa: lutas e avanços

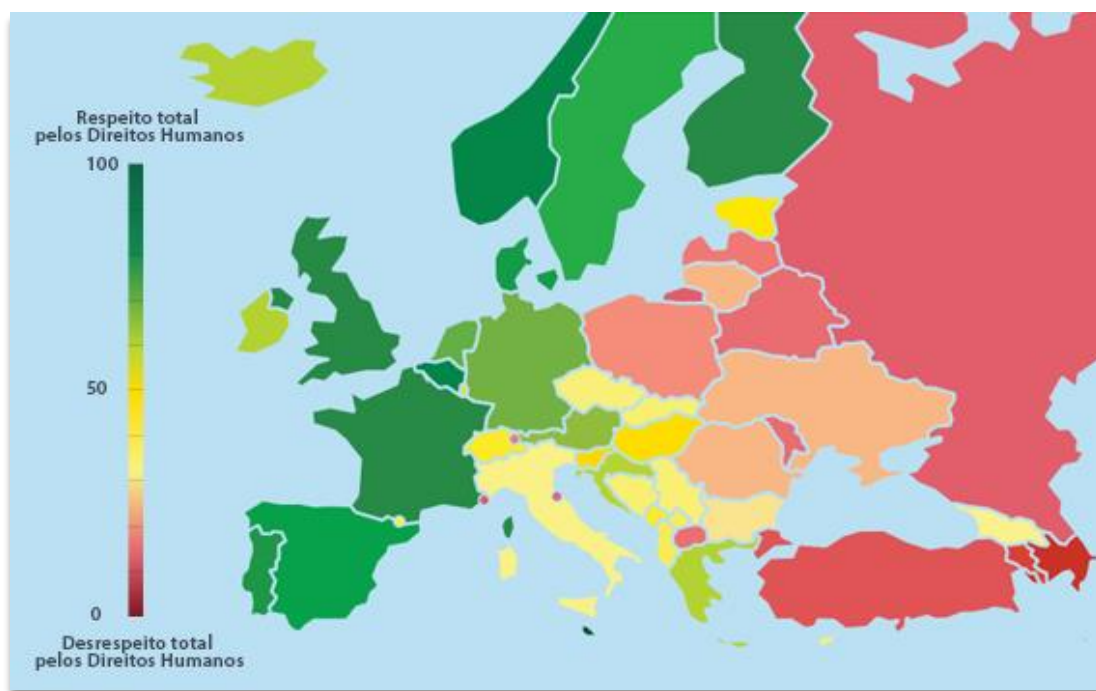


Figura 3. Mapa Arco-Íris da Europa (2018) (Fonte: Rainbow Europe/ILGA)

Em muitas sociedades, ao longo dos últimos cinquenta anos, as atitudes em relação a pessoas LGBTI+ têm vindo a mudar e o preconceito e discriminação têm vindo a diminuir. *O Rainbow Map* (Mapa Arco-Íris) da ILGA-Europe (Figura 4), que tem como objetivo verificar quais dos 49 países europeus mais protegem os direitos da comunidade LGBTI. O *ranking* baseia-se na atribuição de uma percentagem de acordo com as leis e políticas implementadas, a liberdade de expressão, o direito ou não a asilo e a presença de discurso de ódio. A escala varia entre os 0%, que corresponde a graves violações dos Direitos Humanos e forte discriminação, e 100%, que indica respeito pelos Direitos Humanos e total igualdade. Conforme os dados de 2018, Portugal encontra-se no 7º lugar da lista com 69,16%.

Segundo a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2018), a legislação portuguesa relacionada com pessoas LGBTI+ é progressista:

As pessoas homossexuais e bissexuais podem entrar nas forças armadas desde 1999, a união civil para os casais homossexuais foi introduzida em 2001 e a orientação sexual foi introduzida no artigo 13.º da Constituição em 2004. A discriminação com base na orientação sexual é crime desde 2007 e a Lei n.º 9/2010 de 31 de maio de 2010 introduziu o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A Lei n.º 7/2011 de 15 de março de 2011 estabeleceu um quadro para o reconhecimento do verdadeiro género e para alterar o nome próprio das pessoas transgénero. A Lei n.º 1/2016 de 29 de fevereiro de 2016 abriu a adoção conjunta e a reprodução assistida aos casais do mesmo sexo. Em 2017, foi apresentado um projeto de lei ao Parlamento que tem por objetivo facilitar ainda mais o reconhecimento do verdadeiro género das pessoas transgénero e a alteração do seu nome próprio. (...) Este projeto de lei baseia-se no princípio da autodeterminação e deixou de estipular o requisito de diagnóstico médico ou certificado médico para oficializar a transição. (p. 36).

No entanto, os portugueses ainda mantêm uma posição conservadora em relação a pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais ou transgénero, embora exista uma mudança nas últimas décadas. A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2018) declara que faltam dados sobre as condições de vida das pessoas LGBTI+, bem como uma legislação antidiscriminação que as proteja. Devido a atitudes discriminatórias, “a maioria das pessoas LGBT sentem-se forçadas a esconder a sua orientação sexual e identidade de género, por exemplo na escola, no local de trabalho e mesmo perante o pessoal de saúde” (ECRI, 2019, p.10)

O relatório “Homofobia e Transfobia: dados da discriminação em Portugal 2017” da ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, *Gay*, Bissexual, Trans e Intersexo) (2018) conclui que ainda se registam casos de violência em Portugal. Em 2017, foram registadas 188 queixas por atos de discriminação em função da orientação sexual, identidade e expressão de género ou características sexuais (mais 9 do que em 2016). Destes casos, 39,3% envolveram insultos ou ameaças, 15,6% violência doméstica e 10,9% bullying. A

maior parte das denúncias (32,27%) foi registada pelos serviços e projetos da ILGA Portugal, enquanto 26,98% das vítimas denunciaram as situações discriminatórias.

2. A representação mediática da comunidade LGBTI+

A cultura mediática transporta até às audiências realidades socialmente distintas e escondidas, moldando a realidade social consciente ou inconscientemente, através do discurso verbal e visual. Segundo Clara Caldeira (2011), “a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade inserem-se certamente no tipo de realidade com que a grande maioria das pessoas nunca chegaria a contactar se não existisse comunicação mediatizada” (p. 2).

Os movimentos sociais, como o LGBTI+, ou até mesmo o movimento feminista, precisam dos *media* para ajudar a “mobilizar membros, construir uma identidade pública viável ou construir uma agenda política pública” (Barker-Plummer, 1995, p. 307)³⁵. Em compensação, os *media* precisam da comunidade para ter material que permita divulgar histórias interessantes e reais.

A importância na mediação de movimentos sociais é sublinhada por Gitlin (2003) na seguinte citação:

Mass media define the public significance of movement events or, by blanking them out, actively deprive them of larger significance. *Media* images also become implicated in a movement's self-image (...). The forms of coverage accrete into systematic framing, and this framing, much amplified, helps determine the movement's fate. (p. 3)

Muitas vezes as posições das pessoas em relação a um movimento social são construídas após as imagens e textos *mediados* pelos meios de comunicação e do enquadramento utilizado.

³⁵ Tradução livre do autor. No original, “mobilize members, construct a viable public identity, or to build a public policy agenda” (Barker-Plummer, 1995, p. 307).

2.1. Desvio, invisibilidade ou estereótipo

People can tolerate two homosexuals they see leaving together, but the next day they're smiling, holding hands, tenderly embracing one another, then they cannot be forgiven. It is not the departure for pleasure that is unacceptable, it is waking up happy.

(Michel Foucault)

A cultura mediática pode ser um indicador do nível de aceitação social de grupos marginalizados como os LGBTI+. No entanto, muitas vezes, os meios de comunicação podem contribuir para a falta de visibilidade social e processo de exclusão social (Sahin, 2018). Deste modo, através das fontes e ângulo de abordagem, mostram muitas vezes uma realidade distorcida e contribuem para a homofobia, como indica a seguinte citação:

Media products were often seen as distorting reality by spreading stereotypes (frequently in a sensationalist manner), contributing to the maintenance of heteronormativity and the spread of homophobia by being the mouth piece of homophobic politicians, priests and other “celebrities”. (Takács, 2006, p.70)³⁶

Na década de 1960, durante o movimento de libertação homossexual, a cobertura dos mediática reforçava os estereótipos anti-homossexuais (Bennett, 1998). Muitas vezes, o discurso mediático ainda reforça estereótipos e caricaturas de “gay afeminado” e “lésbica masculina”, de modo a reforçar a ideologia tóxica e machista. Contudo, desde essa década, o grupo minoritário tem lutado para ganhar espaço na sociedade e diminuir a discriminação e o preconceito.

Nos últimos anos, imagens e textos sobre indivíduos LGBTI+ têm tido uma presença acentuada nos meios de comunicação *mainstream*. Apesar de os *media* abordarem, cada vez mais, assuntos ligados à comunidade LGBTI+, muitas vezes, existem dois extremos na representação desta comunidade: silêncio ou estereotipo. Neste sentido, os meios de comunicação devem desafiar o *status quo* heteronormativo

³⁶ Conclusões de um relatório sobre a exclusão social de LGBT's na Europa pela ILGA-Europa e IGLYO. Três quartos (75%) dos entrevistados descobriram que os *media* dos seus países difundiam preconceitos ou incluiu elementos discriminativos destinados a pessoas LGBT.

na sociedade. Larry Gross (1991) utiliza o termo "aniquilação simbólica" ("symbolic annihilation") para se referir às desigualdades das representações das minorias nos *media*. O autor afirma que quando os grupos ou perspectivas ganham visibilidade, as representações ainda "refletem os principais preconceitos e interesses das elites que definem a agenda pública, e essas elites são (principalmente) brancas, (principalmente) de meia-idade, (principalmente) homens, (principalmente) classes médias e médias altas, e inteiramente heterossexual" (Gross, 1991, p. 21).³⁷

Existe uma supremacia de representação de homens *gays* nos *media* em comparação com outros indivíduos da comunidade LGBTI+. Suzanna Walters (2001) repara que "a relação das lésbicas com os media foi sempre complexa e mais profundamente codificada pela invisibilidade do que a dos homens *gays*" (p. 176)³⁸. Além da invisibilidade, estas pessoas também sofrem com estereótipos. Embora as categorizações de lésbicas como invertidas sexuais tenham surgido na literatura médica, os estereótipos de lésbicas como mentalmente e fisicamente anormais foram reforçadas e divulgadas pelos *media*:

The assumption was that lesbians were inverted in their identities and desires; because they desired women, they were likened to men in both their gender identity and their sexual orientation. The model had a difficult time accounting for feminine lesbians who dressed and acted in many ways like "normal" women but desired women sexually. Instead, it tended to assume that all lesbians were essentially masculine. (Litterer, 2017, p.2)

Além disso, algumas representações no discurso jornalístico ainda sustentam a ideia de uma situação de conflito entre a comunidade LGBTI+ e a igreja. A interseção entre este movimento social e a religião têm sido investigadas, na medida em que os *media* continuam a perpetuar estereótipos negativos, apresentado os dois polos numa situação de conflito. A GLAAD *Media Reference Guide* (2010) sublinha que "a cobertura mediática posiciona falsamente a igualdade e a inclusão LGBT como uma questão de

³⁷ Tradução livre do autor. No original, "Third, when groups or perspectives attain visibility, the manner of that representation will itself reflect the biases and interests of those elites who define the public agenda, and these elites are (mostly) White, (mostly) middle-aged, (mostly) male, (mostly) middle and upper middle classes, and entirely heterosexual" (Gross, 1991, p. 21).

³⁸ Tradução livre do autor. No original, "the relationship of lesbians to the media has always been complex and more deeply coded by invisibility than that of gay men" (Walters, 2001, p. 176).

gays versus religião” (p. 30). ³⁹Consequentemente, contribui negativamente para a opinião pública. O discurso jornalístico, ao definir os sujeitos LGBTI+ em oposição à igreja, faz com que as pessoas LGBTI+ religiosas se tornem invisíveis.

A comunidade transgênero também não tem tido visibilidade suficiente e rigorosa nos meios de comunicação e precisa de promover as suas reivindicações no espaço político. Neste sentido, “as notícias têm influência primária no campo político e servem como o principal agente de legitimação das comunidades e dos seus problemas” (Billard, 2016, p. 3462).⁴⁰ No entanto, a cultura mediática tem marginalizado, utilizado estereótipos e apresentado representações falsas de pessoas *trans* (Barker-Plummer, 2013).

News *media* coverage of transgender issues and individuals frequently sexualizes the transgender body, primarily through a focus on sexual organs as the source of gender identity (Cram, 2012; Landau, 2012; Meyerowitz, 1998; Ryan, 2009; Schilt & Westbrook, 2009; Sloop, 2000; Squires & Brouwer, 2002) as well as through the portrayal of transgender women in particular as hypersexual (MacKenzie & Marcel, 2009) (Billard, 2016, p. 4198)

Billard (2016) surge quatro padrões quem contribuem para a deslegitimação dos indivíduos transgênero nos *media*: (1) termos inapropriados e falta de interpretação, (2) falsas representações da identidade transgênero, (3) representação de pessoas transgênero como “trapaceiras”⁴¹ e (4) sexualização do corpo transgênero (p. 3464). Ademais, muitas vezes os *media* deturpam a identidade transgênero, ao equacionar a feminilidade transgênero com o travestismo e *drag performance* (Billard, 2016). A representações de pessoas intersexo ou outras identidades e expressões de gênero também continuam a ser colocadas em segundo plano ou a não ser legitimadas.

Também é importante que os *media* entendam como a sexualidade interage com outras categorias sociais. O foco das análises de conteúdo existentes sobre sexualidade

³⁹ Tradução livre do autor. No original, “*media* coverage (...) falsely positions LGBT equality and inclusion as a matter of ‘*gays* vs. religion’”.

⁴⁰ Tradução livre do autor. No original, “*news media* have primary influence in the political realm and serve as the primary agent of legitimization for communities and their issues” (Billard, 2016, p. 3462).

⁴¹ Billard (2016) aponta que retratam indivíduos transgêneros como “*tricksters*” que utilizam o seu gênero para seduzir heterossexuais. Segundo o Merriam-webster, um *trickster* é “alguém que engana ou ilude as pessoas, especialmente, a fim de obter algo”.

como o único ponto de identidade oferece representações simplificadas da comunidade LGBT, negligenciando as preocupações de como a sexualidade se cruza com outras categorias sociais como: raça, classe, idade, etnia ou religião (Nölke, 2017). De acordo com Davis (2008), a o conceito de interseccionalidade corresponde à “à intersecção entre género, raça e outras categorias de diferença, vidas individuais, práticas sociais, arranjos institucionais e ideologias culturais e os resultados destas interações em termos de poder” (p. 68).⁴² Kimberly Crenshaw (1989) introduziu este conceito à escola feminista como parte de uma crítica das feministas negras ao feminismo branco. Desde então, tem sido utilizado por investigadores de todas as ciências sociais.

Neste seguimento, a falta de diversidade racial entre as identidades sexuais minoritárias é motivo de preocupação. Frequentemente, as pessoas LGBTI+ não-brancas têm sido associadas a opressão tripla: opressão pela sociedade em geral, pela respetiva comunidade étnica e pelo racismo proveniente da comunidade LGBTI+ branca (Nölke, 2017). Além disso, a ausência de diversidade racial, baseada em classes e idade, reforça a marginalização de pessoas LGBT não-brancas e mais velhas. A representação de pessoas LGBTI+ adultas continua a ser invisível, mas essa mudança precisa de ser urgente. É preciso prestar mais atenção às múltiplas realidades que existem entre LGBTI+ mais velhos, caso contrário corremos o risco de materializar a divisão socialmente construída hétero/homo (Cronin e King, 2010, p. 882).

2.2. Representação no discurso jornalístico

Várias plataformas da cultura mediática produzem conteúdo sobre a comunidade LGBTI+, todavia existem diferenças de género em relação aos *media* noticiosos e *media* de entretenimento, como descreve a seguinte citação da investigação de Gonta, *et al.* (2017):

Still, overall, entertainment *media* represents homosexuals in a more integrated way in relation to the rest of society by putting them in positive situations on screen

⁴² Tradução livre do autor. No original, “the intersection between gender, race, and other categories of difference, individual lives, social practices, institutional arrangements, and cultural ideologies and the outcomes of these interactions in terms of power” (Davis, 2008, p. 68).

that depict integration, acceptance and love of other characters interacting with them (Bond & Compton, 2015). Whereas in news *media*, content is restricted to unbiased, factual events that are often conflict-driven and rarely showcase a homosexual individual's day to day lifestyle (Gibson, 2003) (p.24).

Inicialmente, as minorias sexuais eram vítimas de estigma mais acentuado do que existe hoje em dia, influenciando os *media*, em particular, a cultura jornalística:

When journalists first came to the story of homosexuality at the end of World War II, the stigma surrounding the subject was far greater than anything that exists today. All the major religions condemned it as a sin against God and nature. Psychiatrists treated it as a serious mental disorder. Almost every state in the nation had a law against it, with many calling for a prison term for convicted homosexuals. (Bennet, 1998, p. 1-2)

Todavia, ao longo dos últimos anos a cobertura jornalística relativamente a esta comunidade tem mudado em muitas sociedades, devido ao avanço de novos direitos. Neste seguimento, as notícias têm o papel de influenciar o domínio político e servir como o agente de legitimação para as comunidades, como descreve Billard (2016) na seguinte citação:

While entertainment *media* contribute immensely to the formation of cultural attitudes and can greatly contribute to acceptance of the LGBT community, news *media* have primary influence in the political realm and serve as the primary agent of legitimization for communities and their issues. (p. 4194)

Qual é a importância da visibilidade desta comunidade no discurso jornalístico num período de mudanças sociais? O género jornalístico pode contribuir para o reconhecimento de grupos marginalizados como os LGBTI+, desafiar os estereótipos e dar voz e visibilidade aos grupos marginalizados em vez de excluí-los (Sahin, 2018). A discussão sobre opressão e subordinação de pessoas LGBTI+ não deve ser ignorada, mas sim modificada.

Neste seguimento, os *media* têm a capacidade de influenciar a importância dos tópicos na agenda pública. Quando os jornais fazem a cobertura de um determinado

tema importante, o público também o considerará de destaque e digno de notícia, como é o caso da cobertura do casamento homossexual:

For example, when marriage equality was examined in a 2013 cover of the New York Times, the issue was perceived by readers as important and notable to a greater degree than before the publication of that news article (Rodriguez & Blumell, 2014). So, the more the topic of homosexuality is covered in news *media*, the more an audience will regard it as prominent, news worthy and applicable to others' lives as well as their own (Gonta, Hansen, Fagin & Fong, 2017, p. 24).

A cobertura jornalística das minorias sexuais deve ter em atenção o tom dado às narrativas, os protagonistas das fotografias e as fontes consultadas. A falta de informação que os jornalistas têm sobre pessoas LGBTI+ faz com que sejam criadas representações não autênticas. Todos os todos os indivíduos – independente da orientação sexual, identidade ou expressão de género - são consumidores mediáticos. Se os jornalistas acreditarem que o ativismo político *gay* alcançou todos os objetivos, então não estão a considerar adequadamente as questões e identidades da comunidade LGBTI+ (Nettleton, 2015).

Ao não questionar as normas sexuais dominantes nos *media*, os jornalistas podem contribuir para a condenação e ignorância que o público tem sobre esta comunidade. Em termos de representação da comunidade, grande parte das notícias sobre a comunidade apenas destaca o homem branco caucasiano e *gay*, ignorando a voz e existência de outras etnias e identidades. A falta de representação de todo o espectro LGBTI+: pessoas lésbicas, *trans* ou outras identidades e expressões de género continuam a difundir o domínio do patriarcado e a continuar uma longa história de invisibilidade.

Outra questão prende-se com a terminologia utilizada. Na sociedade em que vivemos, a linguagem está constantemente a evoluir. O jornalista deve ter a função de desafiar o pensamento comum e não recorrer a pensamentos maioritários. Contudo, os "jornalistas carregam interpretações do mundo que são machistas, racistas e discriminadoras com pessoas LGBT da mesma forma que outros sujeitos sociais o fazem" (Gonçalves, 2017, p. 23).

Nas décadas de 40 e 50, quando os homossexuais foram pela primeira vez abordados nas revistas a *Time* e a *Newsweek* eram descritos como "anormais", "abomináveis", "corruptos", "degenerados", "degradados", "depravados", "repugnantes", "sujos", "imorais", "indecentes", "psicopatas", "antinaturais", entre outros (Bennet, 1998, p. 3). "Por vezes, essas palavras saíam da boca das fontes - normalmente, funcionários do governo e psiquiatras. Mas, muitas vezes, eram utilizadas pelos próprios jornalistas" (Bennet, 1998, p.3).⁴³

Assim, ainda na última década, em muitos meios de comunicação portugueses e internacionais, revelam que é necessária uma reeducação jornalística em relação à terminologia LGBTI+. Vários problemas de linguagem, conceitos pouco definidos e vagos podem ser associados a estereótipos negativos, induzindo as audiências apoiarem a homofobia ou transfobia. Além disso, a associação ao entretenimento, sensacionalismo e indecência continuam a estar presentes no discurso noticioso. Muitas vezes as pessoas transexuais não têm um nome ou um rosto associado. Além disso, por vezes, são utilizados pronomes errados.

Por exemplo, em setembro de 2018, o *Diário de Notícias* publicou um artigo "*O romance do traveca assassinado por gunas desalmados*"⁴⁴ em que o termo *traveca* foi utilizado no título de forma descontextualizada. O uso da expressão "*o traveca*" foi a última expressão usada pelo grupo de 14 jovens que matou Gisberta⁴⁵, enquanto a espancavam e violavam. A sua utilização no título do artigo dá força ao grupo e valida a palavra como um insulto, retirando a seriedade do acontecimento.

Um outro artigo de opinião com o título "*Homossexuais contestatários*"⁴⁶, publicado no seminário *Sol*, em abril de 2012, utiliza em abundância estereótipos, concedendo voz ao machismo, homofobia e ignorado a pluralidade. No texto do artigo é utilizada a expressão "*fenómeno de moda*", associado a homossexualidade ou

⁴³ Estudo referente às revistas *Time* e *Newsweek* nas décadas de 40 e 50. The research is based on a qualitative analysis of the 356 stories about *gays* and *lesbians* which appeared in the nation's major newsweeklies, *Time* and *Newsweek*, from 1947 to 1997.

⁴⁴ Disponível em <http://www.dn.pt/cultura/interior/o-romance-do-traveca-assassinado-por-gunas-desalmados-9911454.html> [Consultado: 10/03/2019]

⁴⁵ Gisberta Salce Junior foi uma mulher transsexual brasileira assassinada brutalmente na cidade do Porto a 22 de fevereiro de 2006.

⁴⁶ Disponível em <http://sol.sapo.pt/artigo/46207/homossexuais-contestatarios> [Consultado: 10/03/2019]

bissexualidade a uma fase passageira. Outro termo é “assumindo tão evidentemente a homossexualidade” como se existisse um conjunto de características exclusivas deste grupo, bem como “opção *gay*” em vez de orientação sexual.

2.3. Expressão da identidade em ambiente digital

Um dos *media* mais influentes, e principal fonte de notícias, continua ainda a ser televisão⁴⁷. Através da representação, este meio pode ajudar as pessoas com a sua própria identidade. A representação em televisão, ainda hoje em dia, baseia-se muitas vezes na heteronormatividade, o que pode ter consequências perigosas. Além disso, tem o poder de estereotipar idosos, grupos étnicos, *gays* e lésbicas e os institucionalizados e, assim, contribuir para a auto-imagem de muitos espectadores (Rothenberg, 2007)⁴⁸. Neste sentido, muitas vezes, as representações de *gays* e lésbicas na televisão tendem a ser tendenciosos e sofrem com uma perspectiva unilateral da sociedade (Rothenberg, 2007).

Embora esta comunidade tenha hoje em dia uma maior representação e diversidade em vários domínios públicos devido à maior respeitabilidade, muitas vezes a comunidade ainda se encontra vulnerável (Gross, 2007). Todavia, nas últimas décadas, assim com Ken Plummer (2003) aponta: “Cada vez mais, as pessoas passaram a exprimir as suas sexualidades através da ajuda da televisão, imprensa, cinema e, muito recentemente, ciberespaço” (p. 275).⁴⁹

O meio digital permite uma circulação instantânea e um maior consumo pelas audiências do que o jornalismo impresso ou televisivo. O ciberespaço possibilitou a expressão da identidade sexual, ativismo e construção de problemas sociais. Antes da criação de comunidades virtuais, muitos indivíduos LGBTI+ sofriam em silêncio e sem apoio.

⁴⁷ Segundo o *Digital News Report* da Reuters Institute (2018), em Portugal, a principal fonte de notícias continua a ser a televisão.

⁴⁸ No original, “the power to stereotype the elderly, ethnic groups, *gays* and lesbians and the institutionalized and, thus, in contributing to the self-image of many viewers”.

⁴⁹ Tradução livre do autor. No original, “People increasingly have come to live their sexualities through, and with the aid of television, press, film and most recently, cyberspace” (Ken Plummer, 2003, p. 275).

Cada vez mais, a autorrevelação da identidade sexual é feita na adolescência e na idade adulta jovem (Cooper, 2015). Neste seguimento, o sucesso de redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* ou *Youtube* entre jovens e jovens adultos possibilitou uma nova arena para a legitimação da sexualidade, construído “uma família alternativa, uma rede de amizade e uma comunidade” (Cooper, 2015, p. 76).

Em termos de movimentos sociais, a internet tornou-se uma tática e ferramenta para o ativismo (Shapiro, 2004). Afinal, o ativismo neste meio direciona-se para o foco principal: a potencial audiência, neste caso, a comunidade LGBTI+. No entanto, o ciberespaço abala-nos numa falsa sensação de segurança, porque, neste contexto, as pessoas LGBTI+ não correm o risco de serem maltratadas fisicamente por lutarem pelos seus direitos como acontece fora da rede (Shernoff, 2006). Seguindo esta linha de pensamento, o ativismo na internet é individualista e não une os indivíduos a um sentido de coletividade como acontece fora do contexto digital.

2.4. Impacto da representação mediática na sociedade

Muitas vezes, pessoas LGBTI+ enfrentarem discriminação, rejeição e violência no local de trabalho e dentro do contexto familiar (Ryan, 2009). Os *media* influenciam as atitudes e crenças das audiências sobre a sexualidade. Neste sentido, a representação mediática pode ter um efeito positivo ou negativo nos indivíduos desta comunidade, particularmente na saúde mental e física, uma vez que muitos jovens citam os *mass media* como principal fonte de informação sexual:

The strong relationship between *media* and adolescents’ sexual expression may be due to the media’s role as an important source of sexual socialization for teenagers. (...) Media may serve as a kind of sexual “super peer” for adolescents seeking information about sexuality because sexual content in the *media* is ubiquitous and easily accessible, and sexual messages are delivered by familiar and attractive models (Brown, Halpern, & L’Engle, 2006, p. 191).

Hammack (2005) também reforça que os fatores culturais como os *media* podem influenciar os domínios psicológicos, incluindo a percepção que os indivíduos têm de si mesmos. Também Taylor (1998) reforça que “a projeção de uma imagem do outro como

ser inferior e desprezível pode, realmente, ter um efeito de distorção e de opressão, ao ponto de essa imagem ser interiorizada” (p. 57). A exposição mediática pode levar ao rompimento de sentimentos de tristeza e solidão, por exemplo. Os adolescentes LGBTI+ são mais propensos a cometer suicídio do que jovens heterossexuais, devido à prevalência de sentimentos de desânimo e tristeza que podem levar à depressão (Russell & Joyner, 2001; Caputi, Smith & Ayers, 2017).

Para além dos jovens, é ainda importante para as gerações LGBTI+ mais velhas. Afinal, um indivíduo LGBTI+ mais velho adulto “pode experimentar uma desigualdade dupla ou tripla relacionada com a idade, heterossexismo e, no caso de mulheres lésbicas e bissexuais, o sexismo” (Cronin e King, 2010, p. 879)⁵⁰. Devido a uma luta interna com a sexualidade e identidade de género, as gerações mais velhas - que cresceram em ambientes com menos aceitação e respeito – não estão tão propensos a fazer parte da comunidade e têm tendência a desenvolver dependências (Cronin e King, 2010).

Neste sentido, uma representação positiva da comunidade LGBTI pode garantir um sentido de comunidade (Gomillion). Para Ochman (1996), as exposições a representações positivas podem ter um impacto positivo na perceção que o indivíduo tem de si mesmo. Neste seguimento, a comunidade pode desenvolver uma alta autoestima se as representações forem positivas. Além disso, estes veículos de informação podem ainda dar voz a identidades e expressões de género que muitas vezes são silenciadas.

A representação mediática deste grupo minoritário é também importante para a população heterossexual. A representação pode ajudar no decréscimo da fobia contra as minorias sexuais e não na sua propagação. A homofobia pode manifestar-se através de piadas, ataques físicos, discriminação e representação negativa dos *media*. E pode acontecer dentro da própria comunidade como por pessoas heterossexuais.

Calzo e Ward (2009) concluíram que “atitudes em relação à homossexualidade não são inatas, mas são socializadas” (p. 280). O grau em que essa socialização ocorre é o

⁵⁰ Tradução livre do autor. No original, “for example, an additive approach would posit that an individual older LGB adult could experience a double or triple inequality related to ageism, heterosexism and in the case of lesbian and bisexual women, sexism” (Cronin e King, 2010, p. 879).

resultado dos *media* e de nossas variáveis predispostas, melhor descritas nas teorias da comunicação comportamental. Desta forma, os efeitos da exposição mediática nas atitudes dos consumidores, em relação à homossexualidade, provavelmente dependerão de múltiplas características do consumidor como: gênero, etnia e crenças religiosas existentes (Calzo e Ward, 2009, p. 284)

A exposição de pessoas da comunidade LGBTI nos meios de comunicação pode afetar como a população heterossexual no geral vê a comunidade LGBTI e as questões públicas políticas (Cook, 2018). Deste modo, afeta questões como o casamento homossexual, a adoção, a questão do uso das casas de banho públicas, proteção sem discriminação e a proibição de pessoas *trans* no serviço militar, por exemplo.

As atitudes da opinião pública em relação à homossexualidade variam conforme diferentes dimensões como o gênero ou a orientação política (Herek, 2002). Segundo Herek, “as atitudes em relação a homens *gays* tendem a ser mais negativas do que as atitudes em relação às lésbicas” (p. 42).⁵¹ As atitudes de hostilidade estão mais presentes em homens heterossexuais em relação a homens *gays* em comparação com mulheres heterossexuais (Herek, 2002). Além disso, várias investigações sugerem a população heterossexual vê as pessoas bissexuais mais severamente do que homossexuais. Além disso, a população bissexual enfrenta discriminação adicional dentro da própria comunidade (Cook, 2018, p.14).

No entanto, estas atitudes de discriminação não nascem com os indivíduos, mas são a consequência de um processo de socialização através dos *media*, instituições religiosas, amigos ou familiares, por exemplo. Muitas vezes estas atitudes refletem como os indivíduos se sentem relação à sua própria sexualidade, como sublinha Herek (2002) na seguinte citação:

“Some individuals may feel a particular need to distance themselves from *gay* people because they have experienced homosexual desires or engaged in same-sex behaviors, which they regard as extremely unacceptable and inconsistent with their self-concept (p. 43).

⁵¹ Tradução livre do autor. No original, “attitudes toward gay men tend to be more negative than attitudes toward lesbians” (Herek, 2002, p.42).

CAPÍTULO V - A COBERTURA JORNALÍSTICA DA COMUNIDADE LGBTI+ NA RTP

1. Objetivos e pertinência do tema

Ao longo das duas últimas décadas, o movimento LGBTI+ tem evoluído a passos largos. Os meios de comunicação social têm uma grande influência no modo como os indivíduos são expostos a problemas sociais, uma vez que as instituições mediáticas surgem como divulgadores e moldadores de ideias.

Em primeiro lugar, o presente estudo distingue-se por analisar a representação de uma minoria específica - a comunidade LGBTI+ - na cultura jornalística. Devido à sensibilidade do tema, os *media*, através da representação desta comunidade, podem abrir portas para que a tolerância faça frente à noção que a sexualidade ou género devem continuar na esfera privada. Com o aumento de notícias positivas relacionadas com as minorias sexuais, poderá existir uma maior aceitação na opinião pública.

Em segundo lugar, por investigar e refletir sobre a representação das minorias sexuais na RTP (Rádio e Televisão de Portugal), enquanto serviço público de Portugal. Muitos estudos analisam os meios de comunicação e a sua ligação com a comunidade. Todavia, na maior parte dos casos focam-se nos *media* enquanto entretenimento e não tanto como informação. No entanto, ainda existem poucos trabalhos sobre a importância do jornalismo do serviço público na representação da comunidade LGBTI+. Caldeira (2006) investigou a representação das minorias sexuais na informação televisiva portuguesa, contribuindo bastante para esta matéria em Portugal. No entanto, a sua tese de doutoramento apenas se focou na informação televisiva da SIC (Sociedade Independente de Comunicação) como estudo de caso.

Durante o período de estágio integrado na equipa da multimédia – RTP Notícias, foram realizadas algumas peças com a temática LGBTI+. Por exemplo, a peça “*Malásia. Ministro ordena que retratos LGBT sejam removidos de exposição*”, que curiosamente é o primeiro artigo que aparece quando se pesquisa “RTP e LGBT” no *Google*. Foi nesta altura que começaram a surgir algumas questões sobre a relação entre minorias e

informação do serviço público de rádio e televisão português. Verifiquei que existe uma grande falta de conteúdos referente a este movimento social e quis questionar o porquê e analisar a forma como a cobertura noticiosa por esta instituição tem sido feita.

A visibilidade da RTP, enquanto estação de rádio e televisão do serviço público, pode ter impacto no poder político e na igualdade de Direitos Humanos. O serviço público de rádio e televisão deve ajudar na expansão da democracia, bem como ter uma ligação direta nas vidas e consciências de milhões de pessoas. Além disso, pode criar mudanças na ideologia do sistema, ao dar cobertura à grande diversidade de identidades. Muitos membros da comunidade LGBTI+ são expostos a um ambiente de violência, discriminação e assédio. Deste modo, as pessoas não heterossexuais podem descobrir ou fortalecer as suas identidades, percebendo que não estão sozinhas e que têm acesso à informação. O serviço público é também importante para a população que não se identifica com a comunidade LGBTI+. Muitas vezes, os *media* são a principal fonte de informação sobre minorias sexuais.

1.1. Questões de investigação

Com base na literatura anteriormente mencionada, o objetivo deste relatório é analisar a cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ na RTP - Rádio e Televisão de Portugal. Neste seguimento, foram propostas respostas às seguintes questões:

Q1. *Quais são as características editoriais da cobertura da comunidade LGBTI+ na RTP, enquanto serviço público?*

Q2. *Quais as representações sociais da comunidade LGBTI+ construídas pela RTP?*

2. Metodologia

De modo a encontrar resposta às questões previamente definidas, criou-se uma metodologia constituída por três métodos: análise de dados, entrevistas e observação participante do estagiário ao longo dos três meses de estágio.

Análise de dados

Neste trabalho de investigação foi feita uma **análise de forma e conteúdo**, através de **métodos quantitativos** (recolha e criação de uma base de dados, criação de tabelas e gráficos) e **qualitativos** (interpretação da base de dados obtida e das entrevistas para cruzar toda a informação e dados). O objetivo desta investigação foi entender de que modo é que a RTP Notícias representa e apresenta a comunidade LGBTI+.

Foi possível verificar que existe um grande problema no desempenho do motor de pesquisa do site, bem como *bugs* no arquivo (que muitas vezes apresenta notícias antigas com data recente).

Para legitimar os dados, os conteúdos jornalísticos foram limitados de acordo com as contribuições que se focassem no interesse específico deste estudo. Foram pesquisados artigos publicados utilizando as seguintes palavras-chave: *gay, homossexual, lésbica, transgénero, bissexual, intersexo, travesti, assexual, cisgénero, orientação sexual, homofobia, expressão de género, identidade sexual, minorias sexuais*. A introdução destas palavras permitiu encontrar todos os conteúdos jornalísticos que utilizassem estes vocábulos.

Entrevistas

As entrevistas tiveram como objetivo permitir que os participantes articulassem as suas perspetivas pessoais e profissionais sobre o papel dos *media* na representação da comunidade LGBTI +. A análise pretende fazer **o contraste entre representantes dos dois polos distintos: os jornalistas e as associações LGBTI+**. As entrevistas foram realizadas via e-mail e pessoalmente.

Relativamente à RTP foram entrevistados Catarina Marques Rodrigues, jornalista com especialização em Direitos Humanos, e Alexandre Brito, responsável pela secção multimédia da RTP. Neste âmbito, os jornalistas e da redação multimédia da RTP foram questionados para refletirem sobre as suas práticas profissionais relativamente à cobertura deste grupo minoritário.

Relativamente às associações foram entrevistados Marta Ramos, diretora executiva da ILGA Portugal, e António Serzedelo, presidente da Opus Gay. Os diretores das associações que avocam publicamente pelos direitos à comunidade LGBTI refletiram sobre a representação deste grupo nos *media* portugueses, em particular no serviço público de rádio televisão nacional.

2.1. Corpus

Relativamente à sistematização dos dados, a análise da redação multimédia foi realizada durante 12 meses, num período compreendido entre janeiro e dezembro de 2018. **No total foram recolhidos 105 conteúdos jornalísticos publicados na RTP Notícias** durante o período anteriormente assinalado. No entanto, **podem existir mais conteúdos**⁵². O total de 105 conteúdos indica que, em média, no ano de 2018, foram publicadas cerca de oito peças por mês sobre a comunidade LGBTI+.

A escolha de um *corpus* de análise que englobasse um ano completo resultou da falta de artigos sobre o tema da investigação em questão numa primeira instância, o que poderia resultar numa amostra pouco representativa da realidade. Além disso, durante os três meses de estágio, foi possível verificar que muito raramente eram publicados artigos sobre a comunidade LGBTI+. Embora o número de conteúdos recolhidos ainda apresente um valor baixo, um ano completo permite uma investigação mais próxima da realidade e mais material para analisar.

Fazem parte dos conteúdos jornalísticos publicados no site da RTP Notícias peças de televisão (referentes aos noticiários *Bom dia Portugal*, *Jornal da Tarde* e *Telejornal*) peças de rádio (provenientes da estação *Antena 1*) e digital (artigos publicados pela equipa multimédia). Não foram considerados conteúdos associados ao entretenimento nesta análise.

⁵² Foi utilizado o motor de pesquisa do site www.rtp.pt/noticias para recolher os artigos publicados ao longo de 2018. Devido ao funcionamento disfuncional desta ferramenta, algumas notícias podem não ter sido arquivadas ou organizadas corretamente durante o período em análise.

2.2. Variáveis de Análise

A base de dados foi contruída com **14 variáveis**, agrupadas em duas categorias:

Forma e Conteúdo.

A **análise da forma** é constituída pelas seguintes variáveis:

- *Data* (entender quais os meses de 2018 que tiveram um abrangente número de notícias);
- *Dia da semana* (perceber quais os dias da semana que têm mais notícias sobre a comunidade);
- *Género jornalístico ou digital* (caracteriza o género – notícia, imagem do dia, galeria de imagens, reportagem, perfil, etc. – mais utilizado);
- *Autoria* (identifica se existem mais artigos assinados pela agência LUSA ou pela própria RTP);
- *Secção* (identifica a secção onde foi destinada a peça).

Os parâmetros que integram a **análise de conteúdo** são:

- *Foco geográfico* (Identifica geograficamente a origem da peça: nacional ou internacional);
- *Multimodalidade* (Verificar se a peça engloba vídeo, imagem ou áudio);
- *Tom* (Atribuição de um tom dominante aos artigos - positivo, negativo ou neutro)⁵³;
- *Temática* (Identifica o tema principal da peça);
- *Relevância conferida à comunidade* (Identifica se as minorias sexuais aparecem como foco principal ou secundário na peça);
- *Fontes de informação LGBTI+* (Perceber se a comunidade LGBTI+ é fonte dos artigos);
- *Utilização da sigla da comunidade* (Verificar se é utilizada alguma sigla da comunidade, LGBT, LGBTI ou LGBTI+, e respetiva definição);

⁵³ A questão do tom utilizado (positivo, negativo ou neutro) é subjetiva, uma vez que depende sempre do leitor. Nesta investigação, o tom das notícias tem como base a temática, as fontes e o enquadramento.

- *Performatividade* (Perceber se a peça explica ou esclarece, informa ou contextualiza);
- *Representação Social* (Identificação de categorias através de palavras associadas à comunidade).

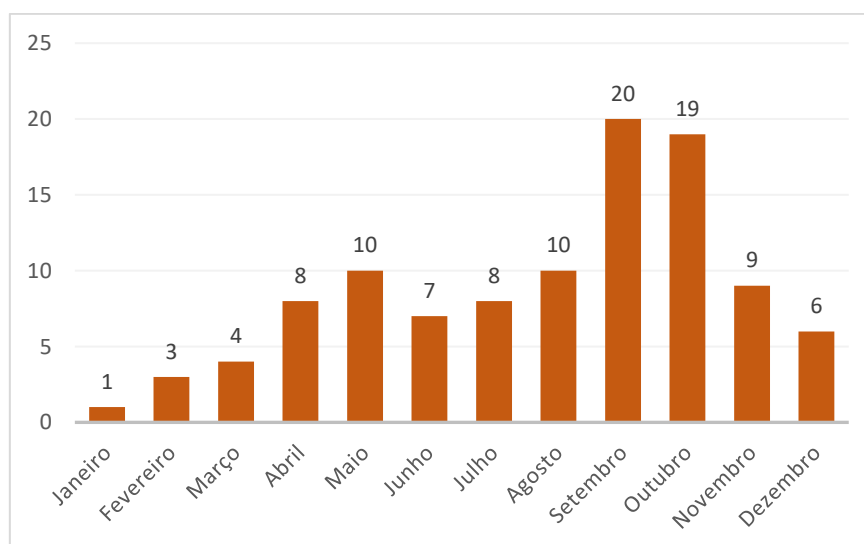
3. Análise e discussão dos resultados

3.1. Análise referente à forma

Variação ao longo de 2018

Do *corpus* de análise fazem parte **105 conteúdos jornalísticos** sobre a comunidade LGBTI+, publicados em 2018 pela RTP Notícias. De acordo com o Presidente da Opus Diversidades, António Serzedelo, quando questionado “como avalia a cobertura mediática de temáticas LGBTI+ pela RTP?”, afirma que “fala-se muito pouco sobre o assunto”. Também Marta Ramos, diretora executiva da ILGA Portugal, afirma que a cobertura “está em processo de melhoria, daí o prémio, mas ainda aquém do desejável e adequado”.

Gráfico 2. Variação ao longo do ano



Com base no **Gráfico 2**, ao longo do ano de 2018, o número de notícias foi subindo ligeiramente. Os meses **setembro e outubro** tiveram o **maior número de**

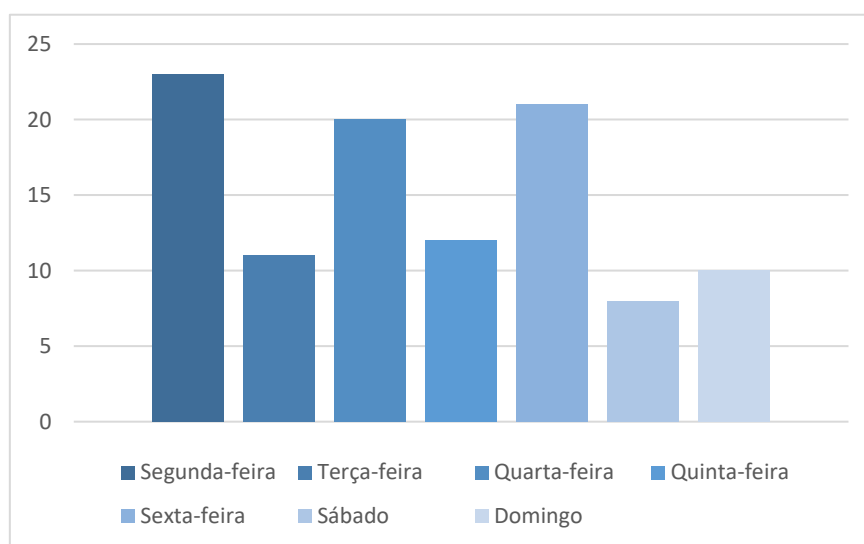
publicações com 20 e 19 conteúdos jornalísticos, respetivamente. O mês de **janeiro** teve **o menor número de peças** com apenas uma publicação.

Durante o período com mais notícias, o crescente número é justificado pelas eleições do Brasil e comentários homofóbicos de Jair Bolsonaro. Existiu uma grande publicação de peças que mencionavam a comunidade LGBTI+ durante os meses de verão devido às declarações do representante máximo da Igreja Católica, Papa Francisco, e também devido à lei da autodeterminação da identidade de género em Portugal.

Para Catarina Marques Rodrigues, jornalista especializada em Direitos Humanos da RTP que venceu o Prémio Arco-Íris da ILGA Portugal (em 2016), a cobertura de acontecimentos ligados à comunidade LGBTI+ na RTP não é suficiente:

Acho que nunca é suficiente, tendo em conta que é uma comunidade, que sofre discriminação e que tem muitos casos que merecem ser conhecidos. O que falta muitas vezes é ter pessoas que possam ter tempo para procurar essas histórias. Numa televisão, neste caso a RTP, a atualidade noticiosa tem sempre primazia.

Gráfico 3. Variação ao longo da semana

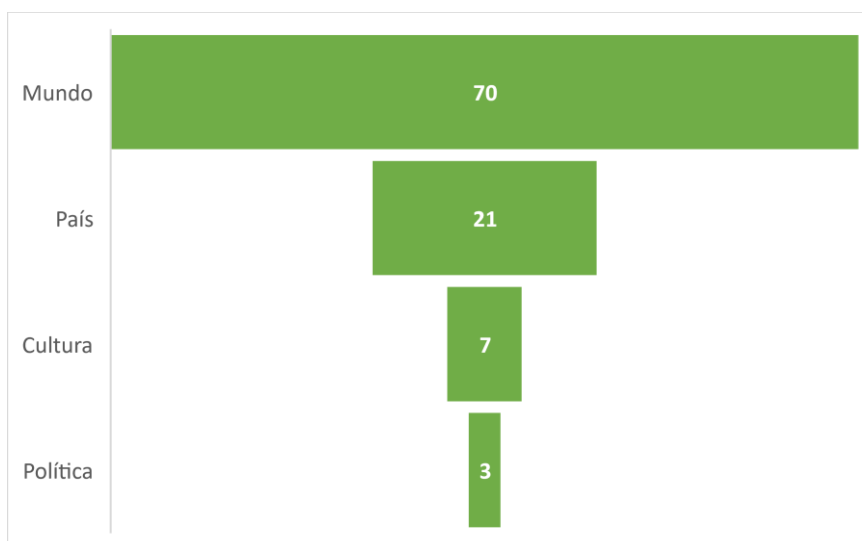


De acordo com o **Gráfico 3**, durante 2018, os **dias da semana com mais artigos** foram Segunda-feira (23 artigos), Sexta-feira (21 artigos) e Quarta-feira (20 artigos). Com menos publicações os restantes: Quinta-feira (12 artigos), Domingo (10 artigos) e, por último, Sábado (8 artigos).

“Mundo” é a secção com mais artigos

Segundo a distribuição da plataforma da RTP Notícias, os conteúdos jornalísticos publicados são divididos em seis categorias principais: mundo, país, desporto, cultura, economia e política.

Gráfico 4. Artigos por secção



Através desta investigação, como demonstra o **Gráfico 4**, pode concluir-se que a categoria **Mundo (70 artigos)** engloba a maior parte do *corpus* em análise. Em seguida, a categoria **País (21 artigos)**, **Cultura (7 artigos)** e, por último, a categoria **Política (3 artigos)**. Não foram encontrados artigos sobre a comunidade LGBTI+ na secção Economia ou Desporto.⁵⁴

LUSA assina mais de 60% das peças

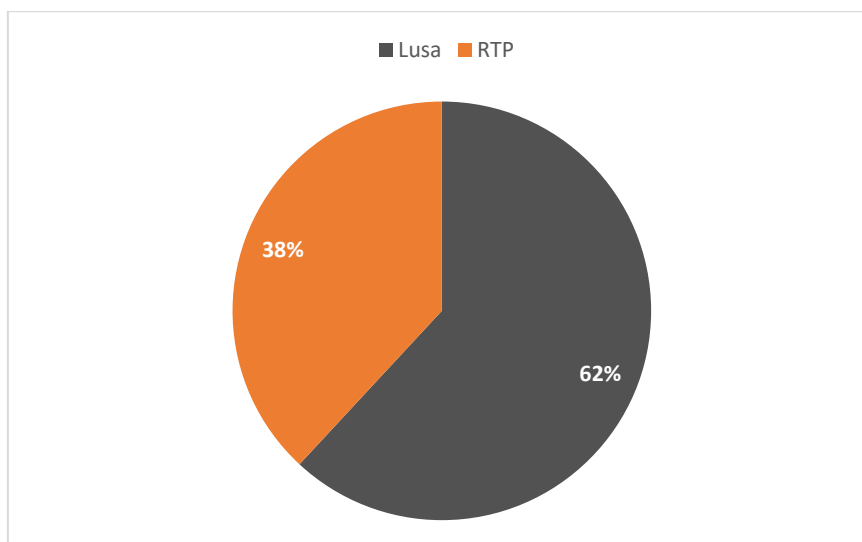
As peças presentes no site da RTP Notícias são assinadas pela LUSA e pela redação multimédia da estação de serviço público.

De acordo com o **Gráfico 5**, relativamente à assinatura, **62% das peças** (65 artigos) são assinadas pela agência **LUSA** em comparação com **38%** (40 artigos) assinados pela **RTP**. Algumas das peças assinadas pela RTP sobre esta comunidade, entre

⁵⁴ Os restantes quatro conteúdos jornalísticos do *corpus* desta investigação correspondem a Galerias e Imagem do Dia.

junho a agosto 2018, foram escritas por estagiários. Em contraste com as peças da RTP, os artigos escritos pelos jornalistas da agência LUSA e publicados no site, muitas vezes, não têm fotografia principal.

Gráfico 5. Autoria dos artigos



Quando questionado sobre o facto da agência LUSA assinar mais de 60% dos artigos, Alexandre Brito, responsável pela redação digital da RTP, considera o seguinte:

Vejo esse serviço da LUSA, e no caso específico da área LGBT, como um acréscimo muito positivo, no sentido de conseguirmos acompanhar os mais variados temas. Devido ao número reduzido de pessoas que nós temos, muitas vezes não conseguimos chegar a todo o lado.

É também notório que **menos de cinco peças sobre a comunidade LGBTI+**, publicadas em 2018 no site da RTP Notícias, foram **assinadas pelos jornalistas**. Destas peças, a comunidade LGBT+ (ou questões ligadas à comunidade como a homofobia, por exemplo) apenas aparece mencionada. Isto significa o movimento minoritário não é o foco principal do artigo. Os restantes artigos são firmados com a menção genérica RTP⁵⁵. Neste seguimento, podem concluir-se três hipóteses:

- Possível desinteresse do jornalismo de serviço público relativamente a temáticas associadas às minorias sexuais, ao utilizar a assinatura genérica

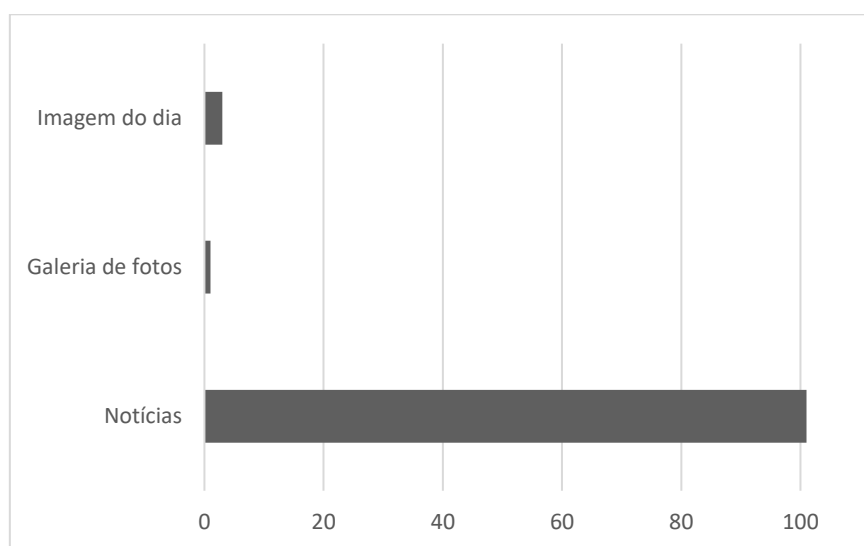
⁵⁵ Antena 1 em alguns casos.

RTP, e pela existência de mais de 60% de artigos escritos pela agência LUSA;

- Número reduzido de profissionais, recursos e tempo para que possam investigar mais sobre assuntos relacionados com este grupo minoritário;
- Falta de jornalistas especializados em temas relacionados com minorias. Os jornalistas não querem ser identificados por não escreverem habitualmente sobre esta temática. Ao utilizarem terminologia errada, por exemplo, podem ter receio de pôr em causa a sua integridade jornalística.

Notícia é o género jornalístico dominante

Gráfico 6. Géneros jornalísticos e digitais dominantes



De acordo com o **Gráfico 6**, do total da amostra de 105 conteúdos, publicados na RTP Notícias sobre a comunidade LGBTI+, a **notícia (101 peças)** foi o género jornalístico dominante. O género notícia subdivide-se em três categorias: peças da redação multimédia, peças de televisão (referentes aos noticiários *Bom dia Portugal*, *Jornal da Tarde* e *Telejornal*) e peças de rádio (provenientes da estação *Antena 1*).

Isto significa que géneros jornalísticos como reportagem, perfil, entrevistas ou artigos de opinião sobre as minorias sexuais não foram encontrados. De acordo com Catarina Marques Rodrigues, “o espaço para reportagem, que envolve mais tempo e

investigação, nem sempre existe”. “Há milhares de casos que deveriam ser conhecidos e não são, mas isso exige tempo, investimento, recursos dos quais a RTP carece”, acrescenta.

Além da notícia, também tiveram destaque **géneros digitais** como **galeria de fotos (1 peças)** e **imagem do dia (3 peças)**. As galerias de imagens exploradas pela RTP têm a função de mostrar o objeto indicado.

Quando questionada sobre “o que falta ser feito na informação portuguesa em termos de cobertura jornalística LGBTI+?”, Marta Ramos declara que “muita coisa, mas acima de tudo celebrar e dar visibilidade aos eventos da comunidade de forma genérica (e não só as marchas do orgulho) mas também promover conteúdos positivos, na primeira pessoa e *empoderadores* de toda uma comunidade.”

Neste seguimento, durante a investigação foi encontrado um outro conteúdo exclusivamente dedicado à comunidade LGBTI+. “**Fora do Armário**”⁵⁶ é um programa da rádio Antena 1 em formato de entrevista, conduzido por Paulo Côrte-Real que dá voz a diferentes pessoas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais ou *trans*) portuguesas. Os entrevistados têm a oportunidade de se exprimir na primeira pessoa. Em 2018, foram lançados 12 programas e estão disponíveis em *podcast* no site.

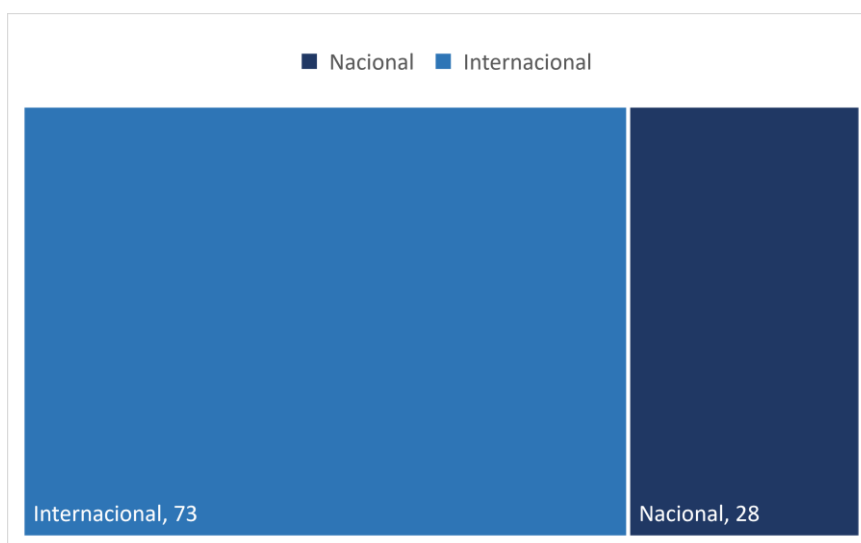
3.2. Análise referente ao conteúdo

Internacional como principal origem geográfica de informação

De acordo com o **Gráfico 7**, conclui-se que grande parte das informações são de origem **internacional (72%)**. Os restantes conteúdos que compõem a amostra têm origem **nacional (28%)**. Isto indica-nos que existe uma maior cobertura de acontecimentos internacionais do que acontecimentos nacionais (relacionados com as minorias sexuais em Portugal). Muitas das notícias sobre assuntos internacionais reproduzem textos publicados originalmente em meios de comunicação estrangeiros.

⁵⁶ Este *podcast* é importante e inspirador por ser exclusivamente dedicado à comunidade. No entanto, como não é da autoria da RTP Notícias (mas sim da Antena 1), não faz parte do *corpus* desta investigação.

Gráfico 7. Origem geográfica da informação

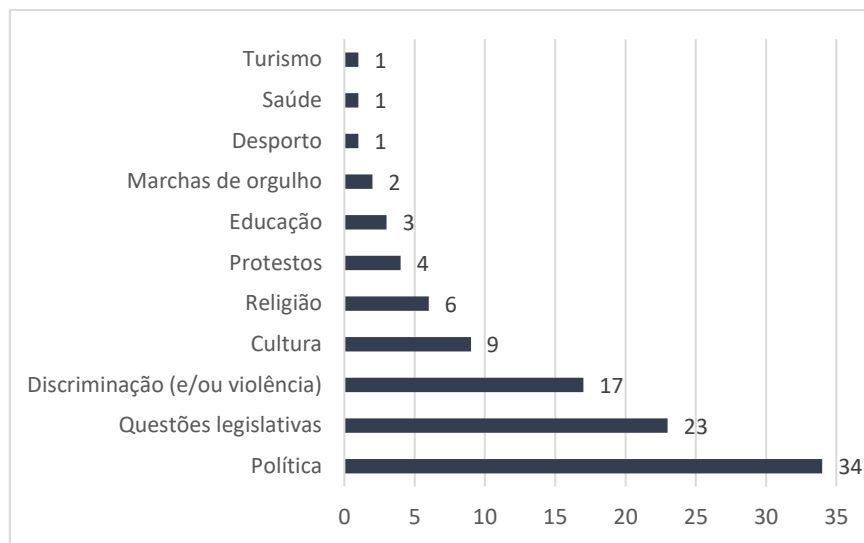


Neste seguimento, a RTP, enquanto serviço público, deve ser um meio que ajude a impedir a divisão e repressão da sociedade como um todo. Segundo Marta Ramos, “a responsabilidade, que não é exclusiva da RTP, é a de mostrar a diversidade de pessoas e das suas realidades. É fazer um retrato fiel e adequado da sociedade portuguesa”. Deste modo, deve desafiar os valores e a ideologia da parte dominante da sociedade. É necessário legitimar as minorias sexuais - particularmente no que diz respeito a acontecimentos no espaço português -, de modo a que a discussão por direitos iguais, cuidados de saúde, segurança social e outros sejam predominantes no discurso jornalístico e fora dele.

Temática política é mais frequente

Ao considerarmos o **Gráfico 8**, verificamos que as três temáticas mais frequentes foram: **Política (34 peças)**, **Questões Legislativas (23 peças)** e **Discriminação (e/ou Violência) (17 peças)**. Isto indica-nos que a RTP está mais interessada em ligar a comunidade LGBTI+ a assuntos de Política do que à **Cultura (9 peças)** ou à **Saúde (1 peças)**, por exemplo.

Gráfico 8. Temática dos artigos



O elevado número de artigos com temática política é, em grande parte, justificado pelas Eleições do Brasil. As questões legislativas devido à alteração da lei da autodeterminação da identidade de género. Já os dados de Discriminação e/ou Violência pertenceram a artigos que retratam a homofobia que ainda existe ao redor de todo o globo.

A publicação de muitos artigos sobre discriminação (e/ou violência) pode ser prejudicial para a representação da comunidade. Para Marta Ramos, da ILGA, deveriam existir mais conteúdos positivos na representação da comunidade LGBTI+ na informação:

As questões são sempre abordadas da mesma forma, pela negativa, sofrimento e peso da discriminação, esquecendo-se do potencial estigmatizante que esses conteúdos têm. Há pouco conteúdo com modelos positivos e *empoderadores*, que digam e transmitam que as pessoas são como são e têm direito a sê-lo e vivê-lo (na esfera pública e privada). Esta crítica é absolutamente transversal a todos os formatos de comunicação e para todos os públicos e faixas etárias.

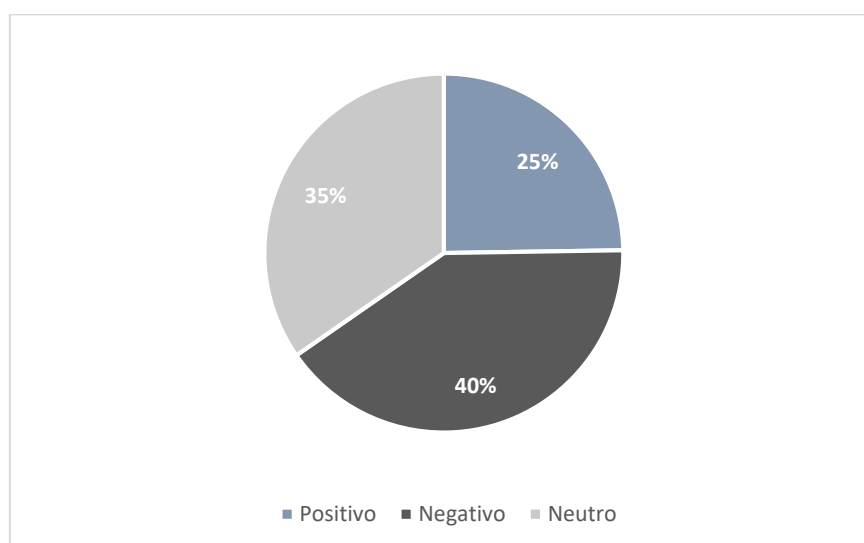
Catarina Marques Rodrigues, da RTP, em resposta à questão “Porque é que não há mais notícias sobre esta comunidade com tom mais positivo?” justifica que:

A nossa missão enquanto jornalistas é dar a conhecer o que está mal, uma injustiça, uma incompetência de alguém, uma ilegalidade. É dar voz a quem tem menos voz e dar a conhecer casos de coisas que não estão a funcionar bem para depois essas

questões serem resolvidas. No caso da comunidade LGBT, é a diferença em termos de possibilidade de vida em relação à maioria heterossexual. Se, de facto, há injustiças, discriminações, casos de inconstitucionalidade... isso tem de ser falado, senão as coisas vão continuar na penumbra e não vão ser alteradas.

Tom predominante: negativo, positivo ou neutro?

Gráfico 9. Tom predominante nas peças



A questão do tom utilizado (positivo, negativo ou neutro) ⁵⁷ é subjetiva, uma vez que depende sempre do leitor. Com base no **Gráfico 9**, é possível concluir que **40% das peças apresentam um tom negativo**. Em comparação, **35% de artigos têm neutro** e os restantes **25% salientam tom positivo**.

O tom das notícias pode ajudar as pessoas a entender determinado tema e influenciar opiniões. Neste sentido, se o tom fosse mais positivo, mais portugueses poderiam ter uma opinião positiva sobre a comunidade. O tom positivo foi encontrado em artigos como “Turismo LGBTI está a aumentar em Portugal” ou “Governo malaio reprovava castigo a lésbicas por não refletir valores do Islão”

Muitas das temáticas escolhidas para publicação apresentam uma atmosfera negativa em relação a Comunidade LGBTI+, devido ao número de notícias sobre

⁵⁷ Nesta investigação, o tom das notícias relaciona-se com os assuntos escolhidos para dar cobertura, a forma como a notícia foi escrita e aquilo que poderá despertar no leitor.

violência e discriminação. Em muitas peças, foram utilizadas citações homofóbicas ou transfobias e ideias machistas. Por exemplo, num artigo sobre o Vaticano e a Comunidade LGBTI+, o representante máximo da Igreja Católica referiu que "há muito que pode ser feito através da psiquiatria" se os pais acreditam que os filhos são homossexuais. Além disso, os artigos sobre as Eleições do Brasil utilizam muitas declarações com carga negativa, dando protagonismo a um opositor da comunidade.

Porém, isto não significa que seja a posição dos jornalistas em relação ao movimento LGBTI+. Na maior parte das vezes, apenas estão a denunciar estas ideias. Todavia, algumas vezes, neste seguimento, a atribuição de um tom negativo a muitos artigos relacionou-se com utilização de determinadas palavras do jornalista, que podem ter consequências na imagem mental que os leitores criam sobre o movimento LGBTI+. Um exemplo é a utilização de “opção sexual”, em vez do termo correto: orientação sexual. Há que indicar que as peças utilizadas nestes exemplos são da autoria da agência LUSA, mas publicadas no site da RTP Notícias. Ainda assim, pode concluir-se que esta peça foi publicada no site sem ser verificada cuidadosamente.

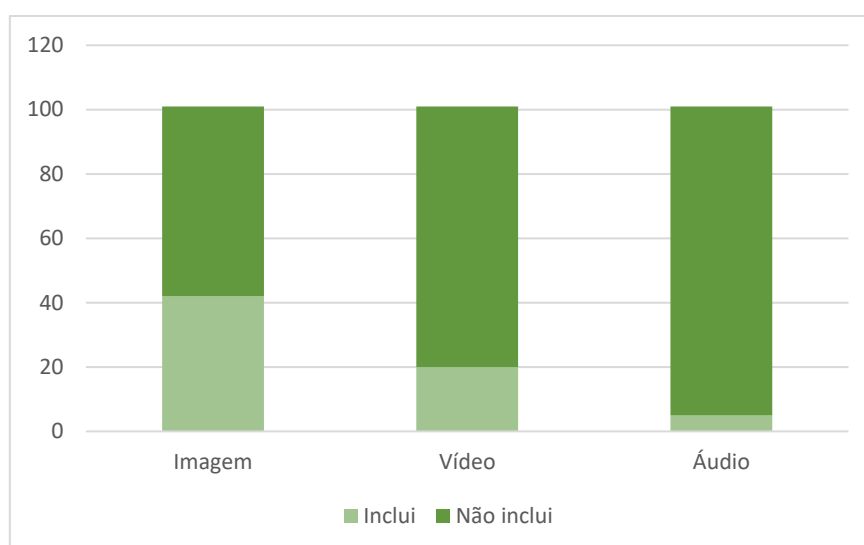
A representação da comunidade maioritariamente à luz de negatividade pode contribuir para a estigmatização e reforçar o preconceito, em vez de o contrário. Como afirma Marta Ramos, “a visibilidade é importante, mas só é produtiva se for adequada, caso contrário o impacto poderá ser desnecessariamente negativo”.

Uso de ferramentas multimédia nos artigos

A diretora executiva da IGLA Portugal defende que a cobertura jornalística no digital tem “o potencial de divulgação e de tornar viral qualquer assunto por um lado”. Além disso, destaca “a empatia que muitos conteúdos digitais, principalmente multimédia conseguem gerar”, na medida em que “permitem dar voz às próprias pessoas visadas e às suas histórias e vivências”.

Relativamente à **utilização de ferramentas multimédia dentro dos artigos**, foram analisados detalhadamente apenas **vídeo**, **áudio** e **fotografia**, como é possível verificar no **Gráfico 10**. De modo geral, na maior parte das vezes, apenas é utilizado um destes formatos dentro do artigo.

Gráfico 10. Utilização de vídeo, imagem e áudio nos artigos



No que diz respeito às fotografias – a principal ferramenta multimédia utilizada pela RTP –, apenas **42 artigos têm fotografia em comparação com os restantes 59 artigos**. No entanto, muitas das imagens utilizadas não representam propriamente o objeto em questão – a comunidade LGBTI+. Além disso, os artigos assinados pela LUSA, publicados no site da RTP Notícias, raramente contém fotografia, o que revela pouco interesse em pintar estes artigos. No entanto, nos restantes 59 artigos existem os formatos vídeo ou áudio.

Quanto ao **áudio**, apenas foi possível encontrar **em peças 5 peças do total de 101 de artigos** ⁵⁸ analisados. O áudio pertence à Antena 1.

Os vídeos são a forma multimédia mais rica para representar questões minoritárias, uma vez que conseguem englobar três informações: áudio, imagem e texto. Neste sentido, os **vídeos** inseridos nos artigos foram retirados dos noticiários televisivos da RTP ou extraídos de redes sociais – como o *Twitter*, *Facebook* e *Youtube*. Apenas **20 peças utilizam vídeo, o que significa que 81 não aproveitaram este formato**.

Alexandre Brito realça a importância do trabalho de todos os jornalistas da estação de serviço público, que permite a publicação de conteúdos televisivos e radiofónicos no site da RTP Notícias. “O que acontece com a RTP, no caso específico do

⁵⁸ Novamente, os restantes quatro conteúdos jornalísticos do *corpus* desta investigação correspondem a Galerias e Imagem do Dia.

site, é que absorve os conteúdos todos que são feitos tanto pela Antena 1 como pela televisão e também através do serviço da LUSA, que compõe, de certa forma também, essa área [da comunidade LGBTI+]”.

Através da investigação foi ainda possível entender que **existem muitos poucos exemplos de infografia ou outras ferramentas multimédia** com foco nesta comunidade, presentes no *corpus* em análise. No entanto, dentro de muitos artigos, foram utilizadas **publicações de redes sociais**, como vídeos, comunicados ou opiniões. Além disso, dentro de cada peça jornalística há ainda possibilidade de partilhar diretamente no *Facebook, Twitter, Google+ e LinkedIn*. Além disso, é possível verificar quantas partilhas já foram feitas até ao momento.

Relevância concedida à comunidade LGBTI+ na peça

É importante na análise da cobertura LGBTI+ entender qual a relevância dada à comunidade na peça. Desta forma, pretende-se verificar se a comunidade aparece como **destaque principal ou secundário** na peça. Embora os conteúdos jornalísticos do *corpus* de análise façam menção a grupos ou indivíduos da comunidade LGBTI+, muitas vezes estes são apresentados secundariamente no texto.

De acordo com o **Gráfico 11**, pouco mais da maioria, **53% dos artigos (54 peças) têm como foco principal o objeto desta investigação**: a comunidade LGBTI+. Isto significa que os restantes artigos mencionam a comunidade, mas grande desenvolvimento.

Por outro lado, em **47% dos artigos (47 peças)** a comunidade é introduzida em peças que se relacionam com questões de minorias e Direitos Humanos, mas **não como foco principal**, e em temáticas ligadas à política.

Gráfico 11. Destaque concedido à comunidade LGBTI+ na peça

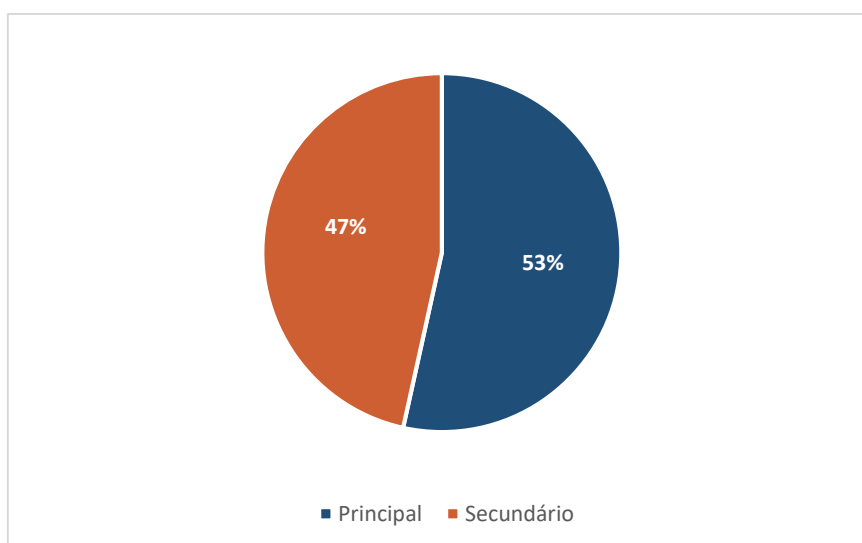
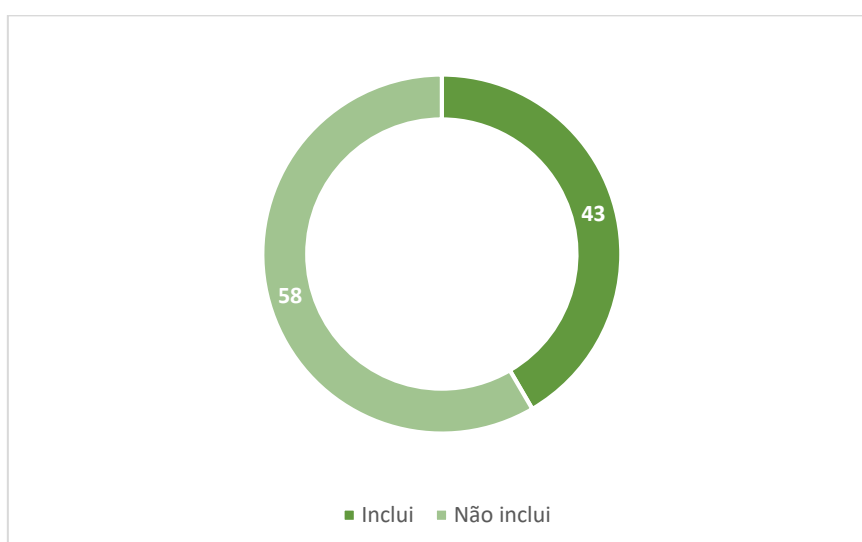


Gráfico 12. Comunidade como fonte



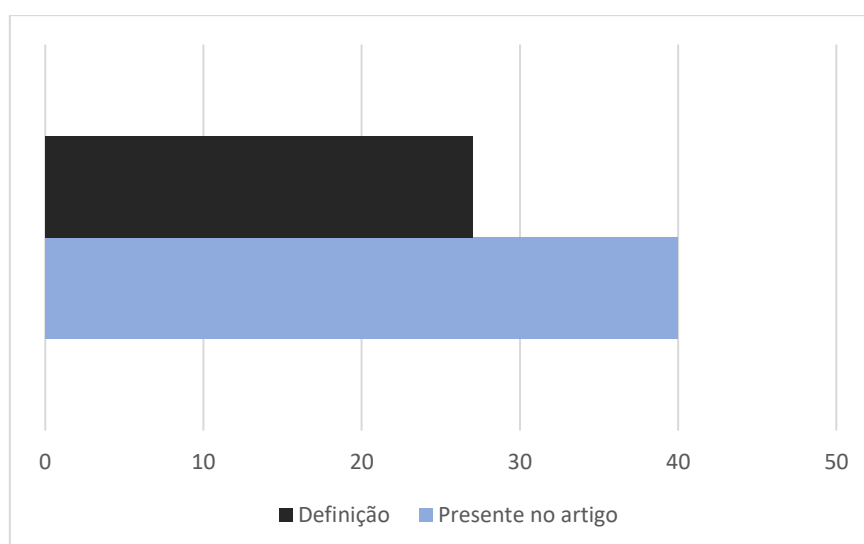
O **Gráfico 12**, relativo à voz que a comunidade LGBTI+, demonstra que do total de 101 peças que compõem o *corpus*, apenas **43 artigos incluem citações provenientes de membros da comunidade ou apoiantes como fonte de informação**. Em contraste, **as restantes 58 peças não incluem citações da comunidade**. Em contraste, muitas das peças utilizam as seguintes fontes: estatais, líderes políticos ou religiosos, manifestantes, médicos, professores, artistas, entre outros.

Segundo Marta Ramos da ILGA Portugal: “Somos regularmente *contactad@s* por jornalistas e regra geral colaboramos sempre”. Alexandre Brito confirma que “sempre que os jornalistas entram em contracto com as associações LGBT há sempre essa

abertura”. Também Catarina Marques Rodrigues confirma que existe esse diálogo. No entanto, a diretora executiva da ILGA sublinha que existem barreiras entre a comunicação dos jornalistas e a comunidade LGBTI+. “As questões mais prementes são a falta de preparação para estas temáticas e linguagem e a falácia de que temos sempre contactos de pessoas que queiram dar o seu testemunho”.

Também António Serzedelo, responsável pela associação Opus Gay, reforça a importância das fontes LGBTI+. “A importância é máxima. No nosso caso, ouvir as associações e ouvir os protagonistas, o público LGBTI”. Porém, afirma “Não há um canal [entre as associações e os órgãos de comunicação social]. Há jornalistas que conhecem algumas associações e por isto falam com elas quando julgam necessário”. Neste sentido, o presidente da Opus Gay reforça que “é necessário dar visibilidade às imensas ONGs que aparecem espalhadas pelo país todo a nível local, e até as da Lusofonia, não exclusivamente Lisboa e sempre as mesmas vozes”. O responsável pela redação multimédia da RTP acredita que “tem sido feito um trabalho até de alerta para os temas relacionados com LGBT e de tentativa de aproximação”. Faz uma comparação com “o meio científico”, na medida em que “tem tanta coisa a acontecer que muitas vezes essa comunicação não chega aos jornalistas da melhor forma”.

Gráfico 13. Sigla da comunidade e respetiva definição



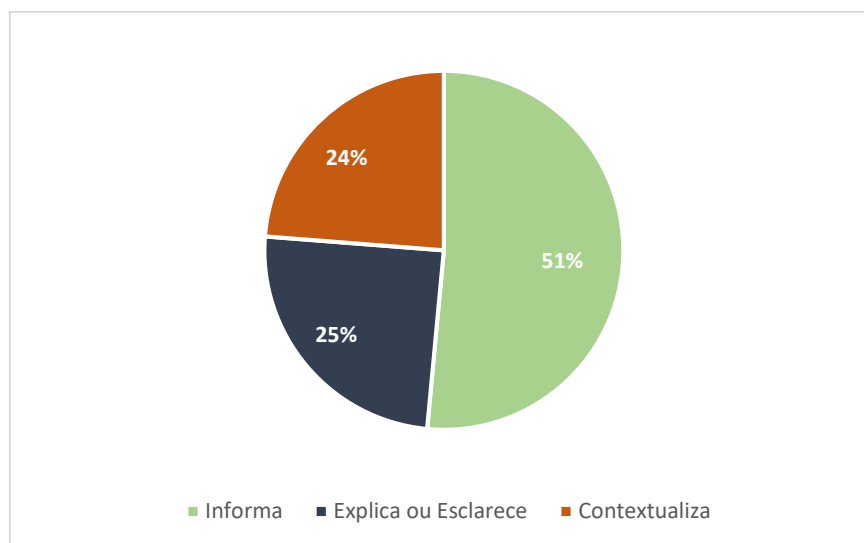
A explicação anterior remete-nos para a importância da definição da **sigla da comunidade**. De acordo com **Gráfico 13**, a **sigla LGBT** (Lésbicas, Gays, Bissexuais e

Transgénero) **ou LGBTI** (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexuais) ⁵⁹ **foi utilizada em 40 peças e definida em 27 peças**. Por vezes foi utilizada a expressão comunidade *gay* ou lésbica, que deveria ser substituída por comunidade LGBT ou LGBTI+. A não definição da sigla da comunidade pode levar a que muitas pessoas - fora do espectro LGBTI+ - não entendam o significado.

Performatividade⁶⁰

A variável *performatividade* divide-se em **três categorias**, com o objetivo de verificar se a peça (texto escrito e imagem) **explica ou esclarece, informa ou contextualiza** a comunidade LGBTI+⁶¹. Corresponde, deste modo, à capacidade de o jornalista gerar uma ação através da peça.

Gráfico 14. As peças informam, explicam ou contextualizam?



De acordo com o **Gráfico 14**, **51% dos artigos informam, 25% explicam ou esclarecem** e os restantes **24% contextualizam** os assuntos para os leitores da RTP Notícias.

⁵⁹ Siglas da comunidade mais utilizadas em Portugal.

⁶⁰ Esta variável tem como referência as variáveis *Representação Social e Relevância da comunidade na peça*.

⁶¹ Além destas categorias, um reduzido número de peças pode também ser considerado como *desinformação*, devido a expressões e termos utilizados incorretamente.

A **categoria informa** foi associada aos artigos que divulgam os acontecimentos de forma simples, sem muitas informações sobre a comunidade, e quando o movimento, muitas vezes, aparece como foco secundário. Por exemplo, a peça “Eleições intercalares nos EUA decidem futuro político de Trump” indica que alguns candidatos podem fazer história por serem “os primeiros políticos assumidamente homossexuais a exercerem cargos em determinados lugares”, mas não esclarece ou identifica quem são os candidatos ou os cargos a desempenhar. Não há um nome associados a estes candidatos. Em contraste, a peça “São Francisco elege London Breed como a primeira presidente afro-americana”, **explica ou esclarece**, na medida em que identifica a pessoa que “teria sido o primeiro presidente homossexual da cidade”, Mark Leno.

A **categoria explica ou esclarece** foi também atribuída quando as associações de defesa dos direitos LGBTI+ foram utilizadas ao longo do texto, assim como quando a sigla LGBT (ou LGBTI) ou determinados conceitos foram definidos. Neste sentido, a peça “Mudança de nome e de sexo vai passar a ser possível a partir dos 16 anos” esclarece o leitor para conceitos como sexo e género.

Relativamente à **categoria contextualiza**, pretende-se perceber se a peça contextualiza no tempo e no espaço o assunto em destaque. Neste âmbito, o artigo “ONG francesas condenam declarações do papa sobre homossexualidade” surge como exemplo, uma vez que demonstra as razões que levaram à manifestação das ONG.

Representação social⁶²

Tendo em conta os temas escolhidos para publicação, a variável *Representação Social* agrupa **cinco principais categorias** onde a comunidade pode ser associada após a leitura dos artigos: *Heterossexismo e resistência à heteronormatividade; Discriminação, intolerância e violência; Falta de direitos; Apelos à tolerância e união; Avanços de direitos e descriminalização*.

Para esta variável foram consideradas alguns exemplos de palavras ou expressões utilizadas para descrever a comunidade LGBTI+, tendo em consideração a

⁶² Esta variável tem como referência variáveis como *Tom* e *Temática* da peça.

amostra do *corpus* de análise. Na **Tabela 2** encontram-se **três exemplos para cada categoria**.

Tabela 2. Principais categorias de Representação Social

CATEGORIA	EXEMPLOS
Heterossexismo e resistência à heteronormatividade⁶³	<p>“Nas nossas sociedades até parece que a homossexualidade está na moda”</p> <p>“Casais homossexuais são “atípicos em relação às normas sociais e biológicas”.”</p> <p>“Deveriam ter sido espancados na infância para aprenderem a serem homens”</p>
Discriminação, Intolerância e violência⁶⁴	<p>“Homofobia prejudica prevenção e tratamento do VIH/Sida”</p> <p>“Violência de apoiantes de Jair Bolsonaro contra mulheres e homossexuais”</p> <p>“Um casal homossexual foi brutalmente agredido em Coimbra”</p>
Falta de direitos	<p>“Cidadãos de segunda classe”</p> <p>“Grupo católico LGBT recusado em evento”</p> <p>“Negado o direito de casarem”</p>
Apelos à tolerância e união	<p>“A votação foi aplaudida no plenário e por cidadãos presentes nas galerias”</p> <p>“Uma medida e uma mudança que depois deve ser respeitada nas escolas”</p> <p>“Pedimos a todas as partes que se expressem pacificamente, com respeito aos direitos dos outros”</p>
Avanço de direitos e descriminalização	<p>“Reino Unido anuncia proibição das terapias de reorientação sexual”</p> <p>“Vitória para a comunidade LGBT na Índia”</p> <p>“Teria sido o primeiro presidente homossexual da cidade”</p>

⁶³ Avaliação de pessoas LGBTI+ como imorais ou pervertidas por se oporem à norma heterossexual.

⁶⁴ Atitudes ou declarações negativas contra a comunidade LGBTI+.

Muitos dos artigos a comunidade é associada a sentimentos negativos, tal como a variável *Tom* também sugere. Ainda **existe uma grande falta de representação LGBTI+ positiva no serviço público de rádio e televisão de Portugal**. O estigma, a discriminação e a homo/bi/transfobia ainda predominam nas sociedades e é extremamente importante mostrar e desconstruir esse lado. Todavia, além disso, deveriam ser publicados mais artigos em que a comunidade LGBTI+ seja sinónimo de sucesso e nem sempre de vitimização. Em 2018, a transexualidade deixou de ser considerada uma doença mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, não foi encontrado no site da RTP um artigo sobre este marco importante para esta comunidade, por exemplo.

Há que ter em conta que as expressões utilizadas nesta variável englobam citações utilizadas nas peças. Neste sentido, pode não refletir a opinião dos profissionais da RTP ou LUSA. Algumas das citações utilizadas nos artigos têm carga negativa e pertencem a declarações de líderes religiosos e políticos.

Porém, relativamente ao discurso do jornalista, foi possível identificar algumas **expressões ou terminologia utilizadas incorretamente nos artigos**. Expressões como “opção sexual”, “escolher a identidade sexual”, “preferência sexual”, “comunidade homossexual” podem destacar conceitos discriminatórios e transmitem ideias equivocadas. No lugar de “opção sexual” e “preferência sexual” é mais correto utilizar “orientação sexual”, uma vez que as orientações sexuais não são escolhas. Neste seguimento, o verbo “escolher” [a identidade sexual] também é inadequado e deveria ser substituído por “alterar” ou “mudar”, por exemplo. O termo “comunidade homossexual” encontra-se desatualizado e é preferível comunidade LGBT, LGBTI, LGBTQ ou LGBTI+.

Ainda neste seguimento, para Catarina Marques Rodrigues, jornalista com especialização em Direitos Humanos na RTP, existe falta de pessoas especializadas nestas temáticas:

Acho que faz falta formação para tratar estes temas, nomeadamente o tipo de palavras que são usadas. Por exemplo, não é “direitos homossexuais” é “direitos das pessoas homossexuais”. Ou expressões como a diferença entre transgénero e transexual, opção gay... Isso são formas de proceder, que só quem trabalha na área,

ou teve formação na área e está sensibilizado para o assunto, consegue fazer. Só as pessoas que, à partida conhecem muito do tema, é que têm esse tipo de cuidado. Quem não conhece (...) não tem um conhecimento pormenorizado sobre este tipo de expressões, que algumas delas revelam algum tipo de preconceito ou falta de conhecimento. Mas como não há especialização, tempo e recursos, também não há forma para se ter esse tipo cuidado.

António Serzedelo também afirma que deveriam existir mais profissionais especializados em temáticas LGBTI+ na informação, uma ideia que Marta Ramos concorda totalmente. A Diretora Executiva da ILGA Portugal reforça que deveria existir uma maior especialização deste tema nos *media*, de modo a “utilizar a terminologia específica e linguagem adequada e para não perpetuarem estereótipos em relação à comunidade LGBTI”.

CONCLUSÕES

A democracia deve ser um espaço de coexistência da liberdade individual e de igualdade. Existe ainda um elevado grau de generalização de culturas e identidades que fogem ao *status quo*, criando, como consequência, efeitos de desconfiança e estigmatização. No entanto, a tolerância numa sociedade pós-globalização cada vez mais ligada pelos meios digitais propõe o acolhimento do outro não como um estranho, mas como um par igual. Os meios de comunicação são centrais na criação da opinião pública e na forma como grupos sociais se veem e como veem diferentes grupos.

Neste sentido, a citação “vai até onde o silêncio está e diz alguma coisa”⁶⁵ da jornalista americana Amy Goodman relaciona-se com aquele que deve ser o principal papel dos jornalistas: emprestar a voz a quem se encontra silenciado. O jornalista tem uma posição fundamental na cobertura de acontecimentos que estão fora do alcance de uma grande parte das pessoas, como é o caso das minorias sexuais.

Por vezes, a cobertura jornalística ainda enaltece uma matriz heteronormativa de sexualidade. Tradicionalmente, a comunidade LGBTI+ tem sido remetida para “um estatuto desviante, que tem condicionado a sua sociabilidade e a aceitação dos seus modos de vida, verificando-se a persistência, mesmo nas sociedades democráticas, de noções e comportamentos discriminatórios” (Caldeira, 2011, p. 87) relativamente a orientações sexuais, identidades e expressões de género diferentes da norma da heterossexualidade. De modo a legitimar as práticas heterossexuais, muitas vezes a cobertura deste grupo minoritário nas notícias reforça estereótipos ou discursos negativos.

O preconceito e a discriminação existam na sociedade contemporânea, mas estão cada vez mais camuflados. Muitos jornalistas, assim como muitos cidadãos, propagam discursos machistas e homofóbicos. Por isso mesmo, faz parte da tarefa do jornalista educar e ver a diversidade como um valor e não como uma adversidade. A representação mediática deste grupo minoritário é importante para a própria comunidade, como também para a população heterossexual. Afinal, os conteúdos

⁶⁵ Tradução livre do autor. No original, “go to where the silence is and say something” (Amy Goodman).

informativos transportam conjuntos de significados e representações da realidade social. Deste modo, contribuem para as ideias que os cidadãos têm na esfera pública.

Esta investigação teve como objetivo perceber como é que as minorias estão a ser representadas nos *media*, particularmente a comunidade LGBTI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero, intersexo e outras orientações sexuais, identidades e expressões de género) no serviço público de rádio e televisão português, Rádio e Televisão de Portugal (RTP). A estação de serviço público tem na revolução do digital uma nova forma de chegar às pessoas. Mas será que a forma como chega à comunidade LGBTI+ precisa de alterações?

Para perceber isso, a temática da representação da comunidade LGBTI+ na RTP requereu fazer uma análise de forma e conteúdo. Além disso, foi também necessário entrevistar pessoas essenciais para desenvolver a problemática desta investigação e contrastar as associações de defesa dos direitos LGBTI+ com os jornalistas da RTP. Neste seguimento, foi entrevistado Marta Ramos (**Diretora Executiva da IGLA Portugal**), António Serzedelo (**Presidente da Opus Gay**), Alexandre Brito (**Responsável pela redação multimédia da RTP**), e Catarina Marques Rodrigues (**Jornalista especializada em Direitos Humanos da RTP**). Após as entrevistas foi possível chegar a algumas conclusões importantes:

- As associações destacam que, embora existam cada vez mais avanços na representação da comunidade na RTP, ainda existe um longo caminho a percorrer. Neste sentido, concordam que deveriam existir mais cuidado na escrita dos artigos e mais profissionais especializados na cobertura noticiosa de temáticas LGBTI+.
- Os jornalistas e editores concordam que deveria mais informação dedicada às minorias, mas devido ao reduzido número de jornalistas especializados nestas temáticas, falta de recursos e tempo não é possível fazer uma cobertura mais atenciosa.

Para a maior parte dos cidadãos portugueses, a informação da RTP deve retratar todos os aspetos da sociedade portuguesa com a maior credibilidade possível. A aposta na pluralidade e diversidade é uma obrigação do serviço público. É notório que RTP se

preocupa com estas matérias e tenta mostrar os vários estratos da realidade portuguesa. Porém, no geral, a emissora pública portuguesa ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de representação de questões minoritárias, tolerância e inclusão social, particularmente da comunidade LGBTI+. Em termos da redação digital, devido ao número reduzido de jornalistas e pouca especialização na área, é compreensível que não seja possível dar tanta atenção a este tema.

Com esta dissertação, pretende-se criar um caminho para que mais questões sejam feitas e mais respostas sejam encontradas, de modo a que a incrementação da diversidade seja persistente na realidade social. Os parâmetros de análise utilizados pareceram os mais apropriados para esta investigação. No entanto, existe ainda muito trabalho de investigação sobre esta problemática que poderá ser feito.

Seguidamente, serão respondidas as questões de investigação:

1. Quais são as características editoriais da cobertura da comunidade LGBTI+ na RTP, enquanto serviço público?

A Rádio e Televisão de Portugal (RTP) tem demonstrado um avanço positivo na cobertura desta comunidade ao longo dos anos. No entanto, ainda está em processo de melhoria. O número de conteúdos informativos na RTP ainda se encontra longe do adequado para um serviço público de rádio e televisão.

Em relação aos 105 conteúdos analisados, mais de 53% dos artigos têm como foco principal o objeto desta investigação. No entanto, a maior parte dos artigos publicados na RTP Notícias (60% total) são da agência LUSA. A RTP, enquanto serviço público de rádio e televisão, deveria estar preparada com mais recursos para fazer cobertura de mais temáticas LGBTI+ (entre outras questões relacionadas com grupos minoritários) e apostar mais na criação de conteúdo exclusivo. São necessários mais jornalistas com formação em Direitos Humanos e questões minoritárias, uma vez que estão mais esclarecidos e têm mais sensibilidade para este tipo de temas.

Em comparação com anos anteriores, em 2018, existe falta de outros géneros jornalísticos, como a reportagem, sobre esta temática na RTP. Um género necessário,

principalmente no serviço público de rádio e televisão, para mostrar outro tipo de histórias e realidades, principalmente portuguesas. Além disso, deveriam existir mais conteúdos informativos digitais. Existe falta de atenção em “pintar” os artigos sobre esta comunidade ao nível da utilização de ferramentas multimédia como fotografias, vídeo ou áudio. É notório que mais de 50 artigos (do *corpus* em análise) sobre esta comunidade não têm foto principal no artigo. Por outro lado, as “galerias de imagem” e “imagem do dia publicadas” no site devem ser vistas como um ponto muito positivo.

Um outro aspeto positivo relaciona-se com o facto de a comunidade ter voz presente em grande parte dos artigos (43 artigos). Muitas vezes, foram utilizadas como fontes líderes políticos e religioso, que proferiram comentários perigosos e homofóbicos. Neste contexto, é extremamente necessário contrastar estas informações com a posição da própria comunidade sobre o assunto, de modo a se defenderem. Isto é algo que a RTP fez, em 2018, em muitos dos artigos publicados, através da utilização de associações de defesa dos direitos LGBTI+ como fonte.

2. Quais as representações sociais da comunidade LGBTI+ construídas pela RTP?

Os *media* contrastam a realidade e a realidade portuguesa ainda se encontra em evolução sobre a comunidade LGBTI+. Muitas das publicações da RTP Notícias reforçam um tom negativo. É extremamente necessário denunciar casos de discriminação, violência, intolerância e heterossexismo, de modo a alertar as pessoas e tentar mudar estas realidades. Afinal, todas as mudanças sociais requerem tempo, uma vez que não é possível alterar a realidade social de um momento para o outro.

Todavia, por outro lado, também são necessárias mais peças que reforcem que os membros desta comunidade têm competências como qualquer outra pessoa e não são sempre vítimas. E, neste âmbito, a reportagem, enquanto género jornalístico, pode ter um papel fundamental.

É essencial que num serviço público de rádio e televisão, tanto a informação como o entretenimento eduquem as pessoas para a pluralidade e diversidade. Embora a maior parte das peças seja escrito de forma cautelosa, inofensiva e sem estereótipos, algumas apresentam falta de cuidado, credibilidade e rigor em termos de terminologia

e expressões erradas, principalmente as da autoria da agência LUSA. Palavras como “opção sexual” são extramente perigosas e ofensivas para esta comunidade, pois notificam as pessoas que a orientação sexual é uma escolha. Por esse motivo, podem ser consideradas como desinformação.

Além disso, algumas peças jornalísticas, através de citações utilizadas, podem exaltar o heterossexismo e o modelo heteronormativo dominante, contribuindo para a avaliação de pessoas LGBTI+ como imorais ou pervertidas. Neste sentido, é necessário que informações perigosas provenientes de citações sejam contrastadas com argumentos da própria comunidade LGBTI+, de modo a garantir esclarecimento e eduquem o leitor.

Mais de 40% das peças do *corpus* de análise limita-se a informar o leitor. Em muitas destas peças, a comunidade é apenas mencionada. No entanto, nem todas as pessoas têm conhecimentos sobre o que representa o movimento LGBTI+ e sobre a importância dos Direitos Humanos, neste caso, dos grupos minoritários. Por isso mesmo, além da utilização das siglas LGBT, LGBTI ou LGBTI+ nas notícias, é necessária a respetiva definição.

Em relação à comunidade LGBTI+, existem mais referências a indivíduos *gays* ou *lésbicas* do que a outras orientações sexuais, identidades ou expressões de género. Por isso mesmo, a RTP precisa de ser mais inclusiva e dar mais cobertura a assuntos relacionados com indivíduos *Intersexo e trans*, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. W. (1998). On the Question: "What Is German?". Em *Critical Models: Interventions and Catchwords* (Henry W. Pickford, Trad.). New York: Columbia University Press.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Amnistia Internacional. (2018). *Os direitos humanos que ainda não se podem comemorar em Portugal*. Obtido de Amnistia Internacional Portugal: <https://www.amnistia.pt/os-direitos-humanos-que-ainda-nao-se-podem-comemorar-em-portugal/>
- Barbosa, M. (2012). Nós e eles: responsabilidade social dos média na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva. *Comunicação e Sociedade* 21, 231-240.
- Barker-Plummer, B. (1995). News as a Political Resource: Media Strategies and Political Identity in the U.S. Women's Movement, 1966-1975. *Critical Studies In Mass Communication*, 12(3), 306-324.
- Barker-Plummer, B. (2013). Fixing Gwen: News and the Mediation of (Trans)Gender Challenges. *Feminist Media Studies* 13 (4), 710–724.
- Bennett, L. (1998). *The Perpetuation of Prejudice in Reporting on Gays and Lesbians: Time and Newsweek, the First Fifty Years*. Cambridge, MA: Joan Shorenstein Center on the Press, Politics, and Public Policy, Harvard University.
- Billard, T. J. (2016). Writing in the Margins: Mainstream News Media Representations of Transgenderism. *International Journal of Communication* 10, 4193-4218.
- Bourdieu, P. (1991). *Language and Symbolic Power*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brandão, A. M. (2009). *Democracia, cidadania e direitos lgbt em Portugal : algumas questões em aberto*. Coimbra: UMAR.

- Brown, J. D., Halpern, C. T., & L'Engle, K. L. (2006). The mass media are an important context for adolescents' sexual behavior. *Journal of Adolescent Health* 38 , 186 – 192.
- Budarick, J., & Han, G.-S. (2017). *Minorities and Media: Producers, Industries, Audiences*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Butler, J. (1999). Subjects of sex, gender, desire. Em S. During, *The Cultural Studies Reader* (pp. 341-353). New York: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Renato, A. Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Obra original publicada em 1990).
- Cádima, F., & Silva, M. (2017). Media & Jornalismo nº 31, vol. 17, nº 2 (Revista completa). *Media & Jornalismo*, 17(31).
- Caldeira, C. (2006). *A Representação das Minorias Sexuais na Informação Televisiva Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Caldeira, C. (2011). A representação das minorias sexuais na informação televisiva portuguesa – uma questão «territorial». *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 0(5/6).
- Caputi, T. L., Smith, D., & Ayers, J. W. (2017). Suicide Risk Behaviors Among Sexual Minority Adolescents in the United States, 2015. *JAMA*, 318(23), 2349-2351.
- Cook, C. (2018). *A content analysis of LGBT representation on broadcast and streaming television*. University of Tennessee at Chattanooga, USA.
- Cooper, K. (2015). *Where is the T in LGBT? : exploring the links between the gay and lesbian rights movement and the transgender rights movement*. Manhattan: Kansas State University.
- Cronin, A. e King, A. (2010). Power, inequality and identification: Exploring diversity and intersectionality amongst older LGB adults. *Sociology*, 44 (5), 876–892.
- D'Emilio, J. (1992). Capitalism and Gay Identity. Em *Making Trouble: Essays on Gay History, Politics, and the University*. New York: Routledge.

- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67–85.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. (24 de 1 de 1948). *Diário da República Eletrónico*. Obtido de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Decreto-Lei nº27/2007. (2007). Lei da Televisão. Em *Diário da República* (pp. 1.ª série, nº145, 4847-4865).
- Drushel, B. E. (2010). Virtually supportive: Self-disclosure of minority sexualities through online social networking sites. In C. Pullen & M. Cooper (Eds.). *LGBT identity and online* (p. 62–72), New York: Routledge.
- Dyer, R. (1993). *The Matter of Images: Essays on Representations*. London: Routledge.
- ECRI. (2018). *Relatório da ECRI sobre Portugal*. Obtido de http://img.rtp.pt/icm/noticias/docs/a7/a77508f6f973fcdc2cf4731eeee65bb1_0a1841aef01a87d6fa28d227c219cdf1.pdf
- Elias, N., & Scotson, J. L. (1965). *The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems*. London: F. Cass.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), 51-58.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (M. T. Albuquerque & J. A. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal (Obra original publicada em 1976).
- Giddens, A. (1992). *The transformation of intimacy: Sexuality, love and intimacy in modern societies*. Cambridge: Polity.
- Giddens, A. (2010). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gitlin, T. (2003). *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. London: University of California Press.

- GLAAD. (2016). *GLAAD Media Reference Guide - 10ª Edição*. Obtido de GLAAD: <http://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>
- Goffman, E. (1963). *Stigma*. Londres: Penguin.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University.
- Gonçalves, G. O. (2017). *Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT*. (Master thesis on Communication Sciences) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- Gonta, G., Hansen, S., Fagin, C., & Fong, J. (2017). Changing Media and Changing Minds: Media Exposure and Viewer Attitudes Toward Homosexuality. *Pepperdine Journal of Communication Research*, Vol. 5 , Article 5.
- Gross, L. (1991). Out of the mainstream: Sexual minorities and the mass media. *Journal of Homosexuality*, 21:1-2, 19-46.
- Gross, L. (2007). Foreword. Em Phillip, K. O’Riordan & D. J., *Queer online: Media, technology & sexuality* (pp. vii–x). New York: Peter Lang.
- Hagendoorn, L. (1995). Intergroup biases in multiple group systems: The perception of ethnic hierarchies. *European Review of Social Psychology*, 6(1), 199–228.
- Hall, S. (1990). Cultural Identity and Diaspora. Em J. Rutherford (ed.) , *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart.
- Hammack, P. L. (2005). The Life Course Development of Human Sexual Orientation: An Integrative Paradigm. *Human Development*, 48(5), 267-290.
- Herek, G. (2002). Gender gaps in public opinion about lesbians and gay men. *Public Opinion Quarterly*, 66, 40–66.
- Horsti, K. (2016). Visibility without voice : Media witnessing irregular migrants in BBC. *African Journalism Studies*, 37 (1), 1-20.

- Hull, K. (2006). *Same-sex marriage: The cultural politics of love and law*. Cambridge University Press.
- ILGA Portugal. (2018). *Homofobia e Transfobia: dados da discriminação em Portugal 2017*. Obtido de ILGA PORTUGAL: http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/Relatorio-Discriminacao-2017_17maio2018.pdf
- Jenkins, H., Kalinke, P., & Rocha, A. (2016). Convergência e conexão são o que impulsionam a mídia agora. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(1).
- Kress, G. (2010). *Multimodality. A Social Semiotic Approach to Contemporary*. London: Routledge.
- Lay, S., & Thomas, L. (2012). Ethnic minority media in London: transition and transformation. *Media, Culture & Society*, 34(3), 369–380.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2010). *A Cultura Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- Litterer, K. (2017). “The third sex is here to stay”: Rhetorical reconstructions of lesbian sexuality in *Vice Versa*. *Journal of Lesbian Studies*.
- McLuhan, M., & Fuiere, Q. (1968). *War and Peace in the Global Village*. New York: Bantam Books.
- McQuail, D. (1994). *Mass Communication Theory: An Introduction*. 3rd ed. London: SAGE Publications.
- Nash, K. (2015). *The Political Sociology Of Human Rights*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nettleton, P. H. (2015). Stop the Press: The Future of Journalism Is Not Post-Political. *The Communication Review*, 18:2, 123-141.
- Nölke, A.-I. (2017). Making Diversity Conform? An Intersectional, Longitudinal Analysis of LGBT-Specific Mainstream Media Advertisements. *Journal of Homosexuality*, 65(2), 224–255.

- Papacharissi, Z. (2009). *Journalism and Citizenship: New Agendas in Communication*. New York: Routledge.
- Phillips, G. (2011). Reporting Diversity: The Representation of Ethnic Minorities in Australia's Television Current Affairs Programs. *Media International Australia*, 139(1), 23–31.
- Pinto, A. (2017). A diversidade e os media na obra de Godfrey Reggio. *Media & Jornalismo*, 17(31), 153-163.
- Piontek, T. (2006). *Queering Gay and Lesbian Studies*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- Plummer, K. (2003). Re-Presenting Sexualities in the Media. *Sexualities*, Special Issue 6 (3/4).
- Rádio e Televisão de Portugal (RTP). (2018). *Linhas de Orientação Estratégica 2018-2020*. Obtido de RTP: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/a74/a74cb1387698de523106816e4a5e52d51.pdf>
- Reuters Institute. (2018). *Digital News Report 2018*. Obtido de Reuters Institute: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2018/portugal-2018/>
- Rothenberg, P. S. (2007). *Race, Class, and Gender in the United States: An Integrated Study*. New York: Worth Publishers.
- RTP. (2017). *Código de Ética e Conduta da Rádio e Televisão de Portugal*. Obtido de RTP: http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/Codigo-Etica-Conduta-da-RTP_1-Fev-2017.pdf
- RTP. (2018). *Linhas de Orientação Estratégica 2018-2020*. Obtido de RTP: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/a74/a74cb1387698de523106816e4a5e52d51.pdf>
- Russell, S. T., & Joyner, K. (2001). Adolescent Sexual Orientation and Suicide Risk: Evidence From a National Study. *American journal of public health*, 91(8), 1276-81.

- Ryan, C. (2009). *Supportive families, healthy children: Helping families with lesbian, gay, bisexual and transgender children*. San Francisco, CA: Marian Wright Edelman Institute, San Francisco State University.
- Sá, A. (2002). *Media, Mass Media, Novos Media e a Crise da Cidadania*. Obtido de BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação [Online]: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-cri-se-cidadania.pdf>
- Sahin, S. (2018). Coming out: the role of journalism in social exclusion of LGB people. *Journalism*.
- Santos, A. (2009). De objecto a sujeito? Olhares mediáticos sobre o activismo LGBT português. *Media & Jornalismo*, 8(2), 69-82.
- Santos, A. (2009). Molduras públicas de performatividade queer e representação mediática em Portugal. *Ex aequo*, nº20, 97-112.
- Santos-Sainz, M. (2013). The imaginaries of the future journalists of France. *Revista Latina de Comunicación Social*, 68, 139–160.
- Seif, R. (2017). *The Media Representation of Fictional Gay and Lesbian Characters on Television*. Suécia: Jönköping University.
- Seleções. (2018). *Seleções do Reader's Digest*. Obtido de Marcas de Confiança 2018: http://www.selecoes.pt/1/2018_1356477.html
- Sena, N. M. (2011). *A televisão por dentro e por fora*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Shapiro, E. (2004). “Trans” cending Barriers. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 16(3-4), 165–179.
- Stone, A. L. (2009). More than Adding a T: American Lesbian and Gay Activists’ Attitudes towards Transgender Inclusion. *Sexualities*, 12(3), 334–354.
- Takács, J. (2006). *Social exclusion of young lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) people in Europe*. ILGA-Europe and IGLYO.
- Traquina, N. (2014). *Questões críticas do jornalismo contemporâneo - Os papéis pulverizados do capitalismo*. Lisboa: Alêtheia Editores.

- Vale de Almeida, M. (2004). Teoria Queer e a Contestação da Categoria «Género». Em Cascais, Fernando (org), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gay, Lésbicos e Queer* (pp. 91-98). Lisboa: Fenda.
- Walters, S. (2001). *All the Rage: The Story of Gay Visibility*. Chicago: University of Chicago Press.
- Wangenhuf, G. (2013). Postmodernity, the phenomenal mistake: sacred, myth and environment. Em Jeronimo, H.M. et al, *Jacques Ellul and the technological society in the*. Dordrecht: Springer Media.
- Warner, M. (1999). *The trouble with normal: Sex, politics, and the ethics of queer life*. New York: Free Press.
- Weiss, T. G., Forsythe, D. P., & Coate, R. A. (1994). *The United Nations and changing world politics*. Westview Press: Oxford.
- Wolf, S. (2009). *Sexuality and Socialism: History, Politics, and Theory of LGBT Liberation*. Chicago: Haymarket Books.
- Wolton, D. (2004). *A Outra Globalização*. Miraflores: Difel.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em Silva, T (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.
- World Health Organization. (2018). *International Classification of Diseases*. Obtido de World Health Organization: <https://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>

ANEXO A: TABELAS DE ANÁLISE DE DADOS

TABELA 1 - VARIÁVEIS DA FORMA

ID	Dia da semana	Data	Género Jornalístico Ou digital	Autoria	Secção	Título
				RTP/LUSA		
1	Sexta-feira	07-12-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Agentes de segurança pública brasileiros denunciam homofobia no local de trabalho
2	Sábado	08-12-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Bolsonaro já escolheu a futura ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
3	Sexta-feira	07-12-2018	Notícia	Lusa	Cultura	Kevin Hart desiste de apresentar Óscares após críticas da comunidade LGBT
4	Sexta-feira	30-03-2018	Notícia (Rádio)	RTP	País	Mudança de nome e de sexo vai passar a ser possível a partir dos 16 anos
5	Segunda-Feira	29-10-2018	Notícia	RTP	Mundo	Bolsonaro quer mudar o destino do Brasil
6	Segunda-Feira	29-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Apoiantes de Bolsonaro querem fim da "cartilha gay" sem ameaçar homossexuais
7	Quarta-feira	17-10-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Brasil é o país do mundo onde são assassinadas mais pessoas transgénero
8	Sábado	06-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Roménia inicia hoje referendo para proibir casamentos gay na Constituição
9	Terça-feira	02-10-2018	Notícia	RTP	País	Organismo europeu acusa PSP e IGAI de tolerância ao racismo
10	Domingo	30-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Milhares protestaram contra Bolsonaro nas maiores cidades do Brasil
11	Domingo	30-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Comunidade homossexual diz que Bolsonaro tirou a homofobia do armário
12	Sábado	29-09-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Madonna entra na guerra contra Bolsonaro
13	Sábado	29-09-2018	Notícia	Lusa	País	Cerca de 300 pessoas em Lisboa dizem "não" ao candidato Bolsonaro
14	Quarta-feira	19-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Guionista da "Rua Sésamo" confirma que Egas e Becas são um casal gay

15	Sexta-feira	14-09-2018	Notícia	RTP	Mundo	Nova Iorque: Atriz Cynthia Nixon derrotada pelo governador
16	Sexta-feira	07-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	ONU elogia decisão da Índia de despenalizar homossexualidade
17	Quarta-feira	06-09-2018	Imagem do dia	RTP	/	Vitória para a comunidade LGBT na Índia
18	Terça-feira	28-08-2018	Notícia	RTP	Mundo	Vaticano corrige declaração do Papa sobre homossexualidade
19	Segunda-Feira	27-08-2018	Notícia	Lusa	Mundo	ONG francesas condenam declarações do papa sobre homossexualidade
20	Quinta-feira	16-08-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Presidente da Indonésia apela à tolerância e união
21	Segunda-Feira	13-08-2018	Notícia	RTP	Mundo	Grupo católico LGBT recusado em evento com o Papa na Irlanda
22	Segunda-Feira	13-08-2018	Imagem do dia	RTP	/	Air Otic
23	Quinta-feira	09-08-2018	Notícia	RTP	Mundo	Malásia. Ministro ordena que retratos LGBT sejam removidos de exposição
24	Segunda-Feira	16-07-2018	Notícia (Televisão)	RTP	País	Casal gay agredido em Coimbra
25	Terça-feira	03-07-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Reino Unido anuncia proibição das terapias de reorientação sexual
26	Terça-feira	03-07-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Universidade para mulheres no Japão vai aceitar transexuais em 2020
27	Segunda-Feira	02-07-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Homofobia prejudica prevenção e tratamento do VIH/Sida na Indonésia
28	Quarta-feira	20-06-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Supremo Tribunal das Filipinas começa a apreciar lei que proíbe casamento 'gay'
29	Sábado	16-06-2018	Notícia (Televisão)	RTP	País	Milhares de pessoas manifestaram-se em Lisboa em marcha LGBTI
30	Domingo	10-06-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Comunidade russa LGBT queixa-se de discriminação sob a lei de Putin
31	Sexta-feira	04-05-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Oklahoma aprova projeto-lei que permite às agências não entregar crianças a famílias LGBT
32	Domingo	04-02-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Pastor conservador Pat Robertson em recuperação de depois de sofrer AVC
33	Domingo	21-01-2018	Notícia (Televisão)	RTP	País	Turismo LGBTI está a aumentar em Portugal
34	Quarta-feira	19-12-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Cuba desiste de inscrever casamento gay no texto da nova Constituição
35	Sábado	01-12-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Papa Francisco "preocupado com a homossexualidade no clero"
36	Domingo	25-11-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Taiwaneses dizem não ao casamento gay em referendo

37	Quinta-feira	22-11-2018	Notícia	Lusa	Cultura	Jorge Pelicano estreia filme sobre relação de mãe conservadora com filho ator 'porno gay'
38	Segunda-Feira	19-11-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Escritora de romance erótico 'gay' condenada a mais de 10 anos de prisão na China
39	Quinta-feira	15-11-2018	Notícia	RTP	Cultura	Quando os soldados nazis se travestiam de mulheres
40	Quarta-feira	10-10-2018	Notícia (Televisão)	RTP	País	Ministério da Educação investiga inquérito polémico a alunos do 5.º ano
41	Domingo	07-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Fracassou referendo na Roménia para vetar casamento gay devido a baixa participação
42	Sexta-feira	08-06-2018	Notícia	Lusa	Cultura	Livros de junho com inédito de Domenico Starnone e romance do autor de "Gomorra"
43	Quinta-feira	04-10-2018	Notícia	Lusa	País	Marcha pelos direitos da comunidade LGBTI realiza-se no domingo em Viseu
44	Quarta-feira	08-08-2018	Notícia	Lusa	País	Governo diz que Jogos Gay contribuem para desporto para todos e sociedade inclusiva
45	Terça-feira	07-08-2018	Imagem do dia	RTP	/	Sereias Subversivas
46	Segunda-Feira	16-07-2018	Notícia (Televisão)	RTP	País	Casal homossexual agredido em Coimbra
47	Terça-feira	22-05-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Francisco mostra abertura da Igreja Católica à comunidade homossexual
48	Quinta-feira	22-02-2018	Notícia	RTP	Mundo	Amnistia Internacional lamenta falha de Portugal no apoio a refugiados
49	Segunda-Feira	10-12-2018	Notícia	Lusa	País	Problemas de direitos humanos persistem em Portugal apesar de progressos, diz Amnistia Internacional
50	Quarta-feira	07-11-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Democratas fazem história como primeiras mulheres indígenas no Congresso
51	Sexta-feira	21-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Bolsonaro no poder seria uma "tragédia", diz viúva de Marielle Franco
52	Quinta-feira	06-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Governo malaio reprova castigo a lésbicas por não refletir valores do Islão
53	Segunda-Feira	03-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Tribunal da Malásia ordenou espancamento de mulheres por terem relações homossexuais
54	Segunda-Feira	03-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Leandro Pereira, uma mulher num corpo de homem, numa Bissau que ainda discrimina
55	Sexta-feira	13-04-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Amnistia pede prioridade para investigação ao assassinio de brasileira Marielle Franco

56	Segunda-Feira	24-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Seis aspetos a saber sobre a Assembleia-Geral das Nações Unidas
57	Sexta-feira	18-05-2018	Notícia	Lusa	País	Dezenas de jovens exigem frente ao Parlamento que deputados mantenham lei da identidade do género
58	Quarta-feira	10-05-2018	Notícia	RTP	País	Veto à mudança de género: Esquerda e direita divididas na reação
59	Sexta-feira	30-03-2018	Notícia (Televisão)	RTP	País	Nova lei vai permitir a mudança de nome e de sexo aos 16 anos
60	Quarta-feira	09-05-2018	Notícia	RTP	País	Presidente da República veta mudança de género aos 16 anos
61	Sexta-feira	13-04-2018	Notícia	Lusa	País	Parlamento aprova mudança de género no registo civil aos 16 anos
62	Quinta-feira	12-04-2018	Notícia	Lusa	País	PSD confirma disciplina de voto contra mudança de género sem relatório médico
63	Terça-feira	03-04-2018	Notícia	Lusa	País	CDS vota contra alteração legislativa que possibilita mudança de género aos 16 anos
64	Segunda-Feira	03-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Homossexualidade ainda é mal vista na Guiné-Bissau - ONG
65	Sexta-feira	27-07-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Cuba constitucionaliza propriedade privada e casamento homossexual
66	Quarta-feira	20-06-2018	Notícia	RTP	Mundo	Funcionária francesa suspensa por sugerir entrega de crianças "atípicas" a homossexuais
67	Quarta-feira	10-10-2018	Notícia	Lusa	País	Ministério pede esclarecimentos a inquérito sobre orientação sexual de alunos do Porto
68	Quarta-feira	04-04-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Nova Zelândia aprova retirada das condenações de homossexuais anteriores a 1986
69	Quarta-feira	10-10-2018	Notícia (Rádio)	RTP	País	Escola no Porto questionou alunos sobre orientação sexual
70	Segunda-Feira	15-11-2018	Galeria de imagens	RTP	/	Exército nazi: recordista mundial do travestismo
71	Segunda-Feira	29-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Brasil perderá com saída da ONU e de compromissos internacionais, avisa Ramos-Horta
72	Sexta-feira	26-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	ONU pede moderação e condenação da violência a atores políticos
73	Segunda-Feira	10-09-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Terminaram audições de Brett Kavanaugh
74	Segunda-Feira	20-08-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Trudeau anuncia que será candidato nas legislativas de 2019
75	Segunda-Feira	14-05-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Jerusalém: orador da inauguração da Embaixada acusado de antisemitismo

76	Quarta-feira	07-11-2018	Notícia	RTP x	Mundo	Estados Unidos. Democratas e republicanos repartem Congresso
77	Segunda-Feira	05-11-2018	Notícia	RTP	Mundo	Intercalares EUA. Democratas podem reconquistar o Congresso
78	Sábado	03-11-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Eleições intercalares nos EUA decidem futuro político de Trump
79	Terça-feira	30-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Passado histórico alemão terá influenciado votação de Berlim em Haddad - investigador
80	Sexta-feira	26-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Analistas destacam importância das notícias falsas no resultado final
81	Quarta-feira	24-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Divididos entre Haddad e Bolsonaro, emigrantes portugueses sofrem com criminalidade
82	Sexta-feira	12-10-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Eleições. Agressões físicas aumentam no Brasil
83	Sábado	20-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Passaporte português é plano de fuga para brasileiros após eleições
84	Segunda-Feira	08-10-2018	Notícia	Lusa	Cultura	Quase 90 países candidataram filmes ao Óscar de Melhor Filme Estrangeiro
85	Quarta-feira	03-10-2018	Notícia	Lusa	Mundo	No centro do poder, eleitores querem mudança
86	Domingo	23-09-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Campanha para as eleições presidenciais indonésias arrancou com apelos à paz
87	Domingo	23-09-2018	Notícia	Lusa	País	Autarca André Ventura está a recolher assinaturas para congresso extraordinário do PSD
88	Sexta-feira	21-09-2018	Notícia	RTP x	Mundo	Dezenas de movimentos de mulheres lutam contra eleição de Bolsonaro
89	Sexta-feira	07-09-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Jair Bolsonaro foi entrevistado pela RTP em dezembro último
90	Sexta-feira	10-08-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Cubanos votam projeto da nova Constituição em Fevereiro de 2019
91	Quinta-feira	14-06-2018	Notícia	RTP	Mundo	São Francisco elege London Breed como a primeira presidente afro-americana
92	Terça-feira	24-04-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Diretor da CIA evita à justa reprovação de nomeação para secretário de Estado
93	Segunda-Feira	02-04-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Carlos Alvarado vence segunda volta das presidenciais na Costa Rica
94	Domingo	18-03-2018	Notícia	RTP x	Mundo	Eleições na Rússia. Os desafios do derradeiro mandato de Putin
95	Segunda-Feira	05-02-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Presidenciais na Costa Rica vão para segunda volta com evangélico como favorito
96	Quarta-feira	09-05-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Veto do PR não põe em causa autodeterminação de género aos 18 anos - Amplos
97	Sexta-feira	07-09-2018	Notícia (Televisão)	RTP	Mundo	Bolsonaro, uma carreira marcada por declarações polémicas

98	Quinta-feira	12-07-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Investigadora sul-africana lamenta que país esqueça ideias de Mandela
99	Sexta-feira	11-05-2018	Notícia	Lusa	Mundo	Polícia brasileira faz reconstituição do assassinio de vereadora Marielle Franco
100	Terça-feira	31-07-2018	Notícia	Lusa	Política	Marcelo promulga lei da autodeterminação da identidade de género
101	Quinta-feira	07-06-2018	Notícia	Lusa	Cultura	"As lindas bocas" em cena a partir de hoje no Clube Estefânia
102	Quinta-feira	10-05-2018	Notícia (Antena 1)	RTP	Política	Partidos dividem-se na reação ao veto de Belém à lei da identidade de género
103	Quarta-feira	09-05-2018	Notícia (Antena 1)	RTP	Política	Marcelo sugere parecer clínico para mudança de género no caso dos menores
104	Quarta-feira	25-04-2018	Notícia	Lusa	Mundo	UE pede a Macau reforço de proteção dos direitos humanos
105	Terça-feira	27-03-2018	Notícia	Lusa	Cultura	Teatro Experimental de Cascais estreia hoje "Como vos aprouver" de William Shakespeare

TABELA 2 – VARIÁVEIS DE CONTEÚDO

ID	Multimodalidade			Tom	Sigla (LGBT ou LGBTI)		Origem geográfica da informação	Temática	Representação social	Voz: Comunidade e como fonte	Relevância da comunidade	Performatividade
	Vídeo	Image m	Áudio	Positivo / Negativo / Neutro	Sim/ Não	Definição	Nacional / Internacional		Palavras utilizadas para descrever a comunidade	Sim/Não	Principal ou Secundária	
1	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Discriminação	"preconceito" "preferência sexual" "roupas masculinas"	Sim	Principal	Contextualiza
2	Sim	Não	Não	Negativo	Sim	Não	Internacional	Política	/	Não	Secundária	Informa
3	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Cultura	/	Sim	Principal	Explica ou esclarece

4	Não	Sim	Sim	Positivo	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas	"Uma medida e uma mudança que depois deve ser respeitada nas escolas"	Não	Principal	Explica ou esclarece
5	Sim (NR)	Sim (NR)	Não	Neutro	Sim	Sim	Internacional	Política	"direitos não abordados" "declarações de cariz homofóbico"	Não	Secundária	Informa
6	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Política	"cartilha gay" "As ameaças à comunidade LGBT" "Não é porque o cidadão escolhe ser homossexual que ele deve ter privilégios"	Não	Principal	Informa
7	Sim (Telejornal)			Negativo	Sim	Não	Internacional	Discriminação	"vítimas de assassinato" "violência acrescida sobre a comunidade"	Sim	Principal	Contextualiza
8	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Questões legislativas	"cidadãos de segunda classe"	Sim	Principal	Explica ou esclarece
9	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Sim	Sim	Nacional	Discriminação	"faltam dados sobre as condições de vida e uma legislação antidiscriminação"	Não	Secundária	Explica ou esclarece
10	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Sim	Sim	Internacional	Protestos	"manifestantes"	Não	Secundária	Contextualiza
11	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Discriminação	"comunidade homossexual " "manifestantes" "deveriam ter sido espancados na infância para	Sim	Principal	Contextualiza

									aprenderem a serem homens"			
12	Sim (Telejornal)			Neutro	Sim	Não	Internacional	Protestos	/	Sim	Secundária	Informa
13	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Sim	Não	Nacional	Protestos	/	Sim	Secundária	Explica ou esclarece
14	Não	Não	Não	Neutro	Sim	Não	Internacional	Cultura	"casal gay"	Sim	Principal	Informa
15	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Sim	Não	Internacional	Política	/	Sim	Secundária	Informa
16	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Questões Legislativas	"prática da homossexualidade", "atos homossexuais", "estigma"	Sim	Principal	Explica ou esclarece
17				/					/	/		/
18	Sim (NR)	Sim (NR)	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Religião	"há muito que pode ser feito através da psiquiatria" "risco de suicídio"	Sim	Principal	Contextualiza
19	Não	Sim (NR)	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Religião	"Ons condenam"	Sim	Principal	Contextualiza
20	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Política	"múltiplos ataques"	Não	Secundária	Informa
21	Não	Sim	Não	Negativo	Sim	Não	Internacional	Religião	"proibida de participar [num evento]" "grupo católico lgbt recusado"	Sim	Principal	Contextualiza
22			/						/	/		/
23	Não	Sim	Não	Negativo	Sim	Não	Internacional	Cultura	"intolerância", "bandeira de orgulho", "censura"	Sim	Principal	Contextualiza

24	Sim (Telejornal)			Negativo	Não	Não	Nacional	Discriminação	"num claro caso de homofobia" "um casal homossexual foi brutalmente agredido"	Sim	Principal	Contextualiza
25	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Questões Legislativas	"reorientação sexual", "medo", "reação menos positiva"	Não	Principal	Explica ou esclarece
26	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Educação	"direitos a quem"	Não	Principal	Contextualiza
27	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Saúde	"Homofobia prejudica prevenção e tratamento do VIH/Sida" " penalização do sexo entre homossexuais no Código Penal"	Não	Principal	Explica ou esclarece
28	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Questões Legislativas	"negado o direito de casarem" "Eu sou a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo"	Sim	Principal	Contextualiza
29	Sim (Telejornal)			Neutro	Sim	Sim	Nacional	Marchas de Orgulho		Sim	Principal	Contextualiza
30	Sim (Telejornal)			Negativo	Sim	Não	Internacional	Discriminação		Sim	Principal	Explica ou esclarece
31	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Não	Internacional	Questões Legislativas	/	Sim	Principal	Informa
32	Não	Não	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Religião	""distinção óbvia" entre homossexuais e heterossexuais",	Não	Principal	Informa

									"Robertson tem-se distinguido pelos ataques muito violentos à comunidade LGBT"			
33	Sim (Telejornal)			Positivo	Sim	Sim	Nacional	Turismo		Sim	Principal	Contextualiza
34	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Questões Legislativas	"atitudes anti-homossexuais"	Sim	Principal	Explica ou esclarece
35	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Religião	"atividade homossexual", "nas nossas sociedades até parece que a homossexualidade está na moda""	Não	Principal	Informa
36	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Questões Legislativas	"um passo atrás"	Não	Principal	Contextualiza
37	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Cultura		Sim	Principal	Informa
38	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Discriminação	"uma pesada sentença"	Sim	Principal	Explica ou esclarece
39	Não	Sim	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Cultura		Não	Principal	Contextualiza
40	Sim (Telejornal)	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Educação		Não	Principal	Informa
41	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Questões Legislativas		Sim	Principal	Explica ou esclarece
42	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Cultura	"choque cultural"	Não	Secundária	Informa
43	Não	Sim	Não	Positivo	Sim	Sim	Nacional	Marchas de Orgulho	"descontentamento", "manifestantes"	Sim	Principal	Informa
44	Não	Sim	Não	Positivo	Não	Não	Nacional	Desporto	"sinónimo de marginalização"	Sim	Principal	Contextualiza

45			/	/						/		/
46	Sim (Telejornal)		Não	Negativo	Não	Não	Nacional	Discriminação		Sim	Principal	Explica ou esclarece
47	Sim (Telejornal)		Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Religião		Sim	Principal	Informa
48	Sim (NR)	Sim (NR)	Não	Positivo	Sim	Não	Internacional	Discriminação	/	Não	Secundária	Informa
49	Não	Sim	Não	Negativo	Sim	Sim	Nacional	Discriminação	"continuam a enfrentar diferentes formas de discriminação"	Não	Secundária	Explica ou esclarece
50	Não	Sim	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Política	/	Não	Secundária	Informa
51	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política	/	Sim	Secundária	Informa
52	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Política	"punição", "espancadas"	Não	Principal	Explica ou esclarece
53	Não	Sim	Não	Negativo	Sim	Sim	Internacional	Discriminação		Sim	Principal	Explica ou esclarece
54	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Discriminação	"vontade de ser mulher", "uma mulher num corpo de homem", "uma mulher num corpo de homem", "é que além de desejar ser mulher", "comunidade (gay, lésbica, transexual)"	Sim	Principal	Explica ou esclarece
55	Não	Sim	Não	Neutro	Sim	Não	Internacional	Discriminação	"luta dos direitos LGBTI"	Sim	Principal	Contextualiza

56	Não	Não	Não	Neutro	Sim	Sim	Internacion al	Política	"violência"	Não	Secundária	Informa
57	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas/P ro	"mudança da menção do sexo", "fazer essa alteração", "manifestantes"	Sim	Principal	Explica ou esclarece
58	Não	Sim	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas/P o		Sim	Principal	Informa
59	Sim (Telejorn al)		Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas		Sim	Principal	Informa
60	Não	Sim (NR)	Sim	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas		Não	Principal	Informa
61	Não	Sim (NR)	Não	Positiva	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas	"A votação foi aplaudida no plenário e por cidadãos presentes nas galerias"	Não	Principal	Explica ou esclarece
62	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas		Não	Principal	Informa
63	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas	"prevê a mudança de gênero aos 16 anos, considerando que aquela não vai "num bom sentido"	Não	Principal	Explica ou esclarece
64	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacion al	Discriminaçã o	"comunidade, que ainda é "invisível"	Sim	Principal	Contextualiza
65	Sim (Telejorn al)		Não	Positivo	Não	Não	Internacion al	Questões Legislativas		Sim	Principal	Informa
66	Não	Sim	Não	Negativo	Não	Não	Internacion al	Discriminaçã o	"casais homossexuais são	Não	Principal	Informa

									"atípicos em relação às normas sociais e biológicas".			
67	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Nacional	Discriminação	"opção sexual"	Não	Principal	Desinforma
68	Não	Não	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Questões Legislativas		Não	Principal	Contextualiza
69	Não	Sim	Sim	Negativo	Não	Não	Nacional	Educação	"inclinação sexual" "questionário polêmico"	Não	Principal	Informa
70				/						/		/
71	Não	Não	Não	Neutro	Sim	Sim	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
72	Não	Não	Não	Positivo	Sim	Sim	Internacional	Política		Sim	Secundária	Explica ou esclarece
73	Sim (Telejornal)			Negativo	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
74	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
75	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Religião		Não	Secundária	Informa
76	Não	Sim (NR)	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Política	"tornou-se a primeira nativa norte-americana a ser eleita para o Congresso, mas também a primeira homossexual"	Não	Secundária	Informa
77	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política	"os indivíduos lésbicos, homossexuais, bissexuais e transgênero estão	Não	Secundária	Informa

									ainda muito pouco representados na política americana."			
78	Não	Não	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Política	"candidatos que podem fazer história (...) os primeiros políticos assumidamente homossexuais a exercerem cargos em determinados lugares"	Não	Secundária	Informa
79	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política	"Sempre afirmou palavras discriminatórias contra negros, mulheres, homossexuais"	Não	Secundária	Informa
80	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política	"notícias falsas que acusavam Haddad de incentivar a homossexualidade entre crianças"	Não	Secundária	Informa
81	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política	"Sou a favor da inclusão dos negros, dos homossexuais, das mulheres", "Bolsonaro é "um cidadão comum" e recusa as acusações de que é um candidato racista e homofóbico"	Sim	Secundária	Contextualiza

82	Sim (Telejornal)			Negativo	Não	Não	Internacional	Política	"Violência de apoiantes de Jair Bolsonaro contra mulheres e homossexuais"	Não	Secundária	Contextualiza
83	Não	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política	"Tenho medo de viver no Brasil porque sou mulher, gay" "plano de fuga"	Sim	Principal	Contextualiza
84	Não	Não	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Cultura	"uma decisão judicial revelada a 21 de setembro suspendeu a proibição por sete dias"	Não	Secundária	Explica ou esclarece
85	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política	"não quer que a sua filha cresça a pensar "que é certo um homem casar com outro homem, ou uma mulher casar com outra mulher"	Não	Secundária	Informa
86	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política	"opositor do casamento homossexual"	Não	Secundária	Informa
87	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Nacional	Política	"chega de neutralidade ideológica em temas fundamentais como as minorias, o casamento homossexual "	Não	Secundária	Informa
88	Sim	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Protestos		Sim	Secundária	Contextualiza

89	Sim (Telejornal)	Não	Não	Negativo	Sim	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
90	Não	Sim (NR)	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Questões Legislativas	"abertura ao casamento entre homossexuais"	Não	Secundária	Informa
91	Não	Sim (NR)	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Política	"teria sido o primeiro presidente homossexual da cidade"	Não	Secundária	Explica ou esclarece
92	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política	"as posições ultraconservadoras em temas como o casamento homossexual"	Não	Secundária	Informa
93	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
94	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
95	Não	Sim (NR)	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
96	Não	Não	Não	Positivo	Não	Não	Internacional	Política		Não	Principal	Explica ou esclarece
97	Sim (Telejornal)	Não	Não	Negativo	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
98	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Informa
99	Não	Sim	Não	Neutro	Não	Não	Internacional	Política		Não	Secundária	Contextualiza
100	Não	Sim (NR)	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas		Não	Secundária	Informa
101	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Cultura		Sim	Secundária	Informa

10 2	Não	Sim	Sim	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas		Sim	Secundária	Explica ou esclarece
10 3	Não	Sim	Sim	Neutro	Não	Não	Nacional	Questões Legislativas		Não	Secundária	Informa
10 4	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Internacion al	Discriminaçã o		Não	Secundária	Informa
10 5	Não	Não	Não	Neutro	Não	Não	Nacional	Cultura		Não	Secundária	Informa

ANEXO B: ENTREVISTAS

ILGA PORTUGAL – DIRECTORA EXECUTIVA – MARTA RAMOS⁶⁶

1. De que modo é que os media condicionam ou alteram a visibilidade da comunidade LGBTI+?

Como em qualquer área, a comunicação social tem o enorme poder de dar visibilidade, informar e/ou desinformar a população em geral. Nas questões LGBTI o que tem havido muita visibilidade – principalmente nos últimos anos – mas a questão é a falta de formação de profissionais da área para utilizar a terminologia específica e linguagem adequada e para não perpetuarem estereótipos em relação à comunidade LGBTI.

A visibilidade é importante, mas só é produtiva se for adequada, caso contrário o impacto poderá ser desnecessariamente negativo.

2. Em 2018, a ILGA premiou a RTP com o Prémio Arco-íris. O que distingue a informação da RTP de outros meios de comunicação?

A RTP distinguiu-se em 2018 pela aposta diversificada e nos seus vários formatos (tv, online, rádio etc) em conteúdos LGBTI que, em vários dos casos, são inclusivamente fruto do trabalho de pessoas que se identificam como sendo LGBTI. Logo uma dupla visibilidade positiva destas questões e numa televisão pública e portanto, que deve ser o espelho da sociedade portuguesa e, felizmente, dos avanços sociais e de igualdade existentes.

3. Qual é a responsabilidade da RTP, enquanto serviço público, na representação do movimento LGBTI+?

A responsabilidade, que não é exclusiva da RTP, é a de mostrar a diversidade de pessoas e das suas realidades. É fazer um retrato fiel e adequado da sociedade portuguesa.

4. Como avalia a cobertura mediática de temáticas LGBTI+ pela RTP?

Está em processo de melhoria, daí o prémio, mas ainda aquém do desejável e adequado.

⁶⁶ A entrevista foi realizada por e-mail dia 27 de fevereiro de 2019.

5. Quais são as principais fragilidades possíveis de apontar na cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ em Portugal? E no caso da RTP?

As questões são sempre abordadas da mesma forma, pela negativa, sofrimento e peso da discriminação, esquecendo-se do potencial estigmatizante que esses conteúdos têm. Há pouco conteúdo com modelos positivos e empoderadores, que digam e transmitam que as pessoas são como são e têm direito a sê-lo e vivê-lo (na esfera pública e privada). Esta crítica é absolutamente transversal a todos os formatos de comunicação e para todos os públicos e faixas etárias.

6. De que forma é que o meio digital condiciona e altera a visibilidade social desta comunidade?

Repito o que respondi na 1ª pergunta.

7. Quais foram as maiores mudanças que surgiram com a cobertura jornalística no digital?

O potencial de divulgação e de tornar viral qualquer assunto por um lado, mas por outro a empatia que muitos conteúdos digitais, principalmente multimédia, conseguem gerar porque permitem dar voz às próprias pessoas visadas e às suas histórias e vivências.

8. Qual é a importância de fontes LGBTI+ na informação? Há contacto entre as associações e os meios de comunicação? Existem barreiras na comunicação com os jornalistas?

Somos regularmente contactad@s por jornalistas e regra geral colaboramos sempre. As questões mais prementes são a falta de preparação para estas temáticas e linguagem e a falácia de que temos sempre contactos de pessoas que queiram dar o seu testemunho.

9. Deveriam existir mais profissionais especializados em temáticas LGBTI+ na informação?

Sem sombra de dúvida ;)

10. O que falta ser feito na informação portuguesa em termos de cobertura jornalística LGBTI+?

Muita, muita coisa, mas acima de tudo celebrar e dar visibilidade aos eventos da comunidade de forma genérica (e não só as marchas do orgulho) mas também promover conteúdos positivos, na primeira pessoa e empoderadores de toda uma comunidade.

OPUS GAY – PRESIDENTE – ANTONIO SERZEDELO⁶⁷

1. De que modo é que os media condicionam ou alteram a visibilidade da comunidade LGBTI+?

Da forma como tratam as notícias e a periodicidade como as publicam.

2. Qual é a responsabilidade da RTP, enquanto serviço público, na representação do movimento LGBTI+?

É a maior de todas as televisões, e condiciona a imagem das ONGs pela forma como apresenta as notícias que lhes dizem respeito e relativamente ao público que lhes frequenta

3. Como avalia a cobertura mediática de temáticas LGBTI+ pela RTP?

Muito modesta, fala-se muito pouco sobre o assunto.

4. Quais são as principais fragilidades possíveis de apontar na cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ em Portugal? E no caso da RTP?

Referem-se sempre às mesmas organizações conotadas com um partido, exceto no que diz respeito à Associação ILGA Portugal. Por ser portadora do nome da ILGA Europa, na altura em que isto era ainda permitido, parecendo que representa exclusivamente aquela Associação, que tem outros sócios em Portugal, em pé de igualdade.

5. De que forma é que o meio digital condiciona e altera a visibilidade social desta comunidade?

⁶⁷ A entrevista foi realizada por e-mail dia 13 de março de 2019.

De duas formas opostas e contraditórias. Ao mesmo tempo que permite que a comunidade se exponha, ela também se torna foco de ódios gratuitos.

6. Quais foram as maiores mudanças que surgiram com a cobertura jornalística no digital?

Passaram a haver mais sites, blogs, entrevistas e até páginas e perfis individuais - indivíduos LGBTT que se promovem com canais individuais e até fake news.

7. Qual é a importância de fontes LGBTI+ na informação? Há contacto entre as associações e os meios de comunicação? Existem barreiras na comunicação com os jornalistas?

A importância é máxima. Se queres falar de doença, falas com médicos ou com os doentes. No nosso caso, ouvir as associações e ouvir os protagonistas, o público LGBTTI. Não há um canal. Há jornalistas que conhecem algumas associações e por isto falam com elas quando julgam necessário.

8. Deveriam existir mais profissionais especializados em temáticas LGBTI+ na informação?

Evidentemente que sim.

9. O que falta ser feito na informação portuguesa em termos de cobertura jornalística LGBTI+?

R. Hoje as questões da diversidade fazem parte da democracia global que tentamos construir. A democracia depende da forma como são feitas estas abordagens, sem preconceitos. E que devem abordar todas as diversidades. É necessário dar visibilidade às imensas ONGs que aparecem espalhadas pelo país todo a nível local: Porto, Braga, Viseu, Bragança, Algarve, Évora, Madeira, Açores, e até as da Lusofonia, não exclusivamente Lisboa e sempre as mesmas vozes.

**RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL (RTP) – COODERNADOR DA REDAÇÃO DIGITAL –
ALEXANDRE BRITO⁶⁸**

1. Como é que a RTP, particularmente a redação multimédia, trabalha o tema da comunidade LGBTI+? Quais são os critérios de seleção de um artigo com esta temática?

Acho que há dois níveis e que não estão especificamente relacionados com esse tema. Está relacionado com todos os temas. É uma questão de seleção noticiosa, ou seja, em relação a assuntos, temas, momentos, situações que aconteçam ao longo do trabalho que fazemos aqui na RTP. E que se aplica a qualquer área da informação da RTP. No caso específico da redação digital, porque nós somos um grupo muito reduzido e muito pequeno. O que aconteceu nos últimos tempos foi que tivemos uma jornalista connosco (e ainda temos), a Catarina, que pelo trabalho que tem feito nos últimos anos tem acompanhado com alguma atenção esses temas e também temas relacionados com mulheres. O que ela tem feito nos últimos tempos é um trabalho com um pouco mais de atenção e um pouco mais alargado fora da loucura noticiosa do dia-a-dia, que muitas vezes nós nem essa conseguimos acompanhar. Eu diria que, o que acontece com a RTP, no caso específico do site, é que absorve os conteúdos todos que são feitos tanto pela Antena 1 como pela televisão e também através do serviço da LUSA, que compõe, de certa forma também, essa área.

2. Em 2018, a agência LUSA assinou mais de 60% dos artigos. Qual é a justificação para esta disparidade?

Isso tem uma razão muito lógica. É uma parceria que a RTP tem com a LUSA, porque sabe que para nós é impossível conseguirmos chegar a todos os pontos. Eu vejo esse serviço da LUSA, e no caso específico da área LGBT, como um acréscimo muito positivo, no sentido de conseguirmos acompanhar os mais variados temas. Devido ao número reduzido de pessoas que nós temos, muitas vezes não conseguimos chegar a todo o lado.

⁶⁸ Entrevista realizada dia 14 de março de 2019.

3. Na sua opinião, a cobertura de acontecimentos ligados à comunidade LGBTI+ são suficientes? Porquê?

Sou muito honesto. Não consigo ter uma visão global, não consigo dizer se é suficiente ou insuficiente porque não tenho noção da totalidade dos acontecimentos relacionados com a comunidade LGBT como não tenho de várias áreas de acontecimentos do país. Teria de fazer um trabalho mais preparado antes de tentar perceber se realmente estamos a fazer esse acompanhamento de forma devida ou não. Nós temos atenção a isso e temos sempre tentando fazer trabalhos (muitas vezes com a catarina) que dessem um olhar mais próximo e mais cuidado fora da loucura do dia-a-dia.

4. De que modo é que notícias sobre questões minoritárias, especialmente do serviço público de rádio e televisão, podem influenciar a opinião pública?

Acho que as notícias - sejam de que área for - podem sempre influenciar a opinião pública. É normal que assim seja. Um meio de comunicação atinge massas e chega a muitas pessoas. Se calhar invertia a situação. O cuidado que temos de ter com trabalhos relacionados com LGBTI ou de qualquer área de forma a que represente o mais próximo possível a realidade da nossa sociedade e país. E isso tentamos sempre fazer diariamente.

5. A discriminação, violência e sofrimento fazem parte das temáticas predominantes. Porque não mais há notícias sobre esta comunidade com tom mais positivo?

Estás a dizer-me que não há. Eu não sei se há ou se não há. Não consigo por isso dar uma resposta muito exata em relação a isso. Imagino que até por uma - aqui é um pouco a minha opinião pessoal - questão da própria sociedade portuguesa, que está numa evolução constante. E, neste tema específico, estamos a falar de temas que para a nossa sociedade, e um pouco para o mundo, coisas ainda muito recentes e que está a criar ainda, por vezes, alguns conflitos que têm de ser resolvidos. Isto em relação ao LGBT. Mas, por exemplo, ainda há pouco tempo muito se fala sobre os direitos das mulheres e as diferenças que existem a nível salarial e não só. Portanto, são temas que na sociedade portuguesa ainda estão muito em ebulição e que, de certa forma, não terão ainda estabilizado. Por esse motivo, eventualmente, teremos a tendência como

sociedade a olhar para as situações que saem um pouco fora do “normal”. E não tanto as situações mais comuns, ou seja, da vivência que nós temos como sociedade.

6. As associações LGBTI+ estão geralmente dispostas a colaborar com os jornalistas?

Da minha perceção, sempre que os jornalistas entram em contacto com as associações LGBT há sempre essa abertura. Do processo inverso, não consigo dar essa resposta. Acho que tem sido feito um trabalho até de alerta para os temas relacionados com LGBT. De tentativa de aproximação. Diria que até certa forma está relacionado com o meio científico, que tem tanta coisa a acontecer que muitas vezes essa comunicação não chega aos jornalistas da melhor forma. Eventualmente, aqui também poderá ser um caso. Mas é como digo: são temas tão recentes e fortes na sociedade que, por vezes, originam que estas situações ainda não estejam compostas ou estruturadas de forma a facilitar esse processo.

7. De que modo é que a imposição do digital pode ou não ajudar na representação das minorias? Neste seguimento, na RTP, de que forma é que a informação televisiva difere da informação digital, em termos de representação das minorias?

O digital tem uma vantagem em relação aos meios tradicionais que existiam até há alguns anos. Os jornais, as rádios ou eventualmente até das televisões. Muitas vezes estão limitados a nível de tempo ou de espaço. O que acontece com o digital é que não estamos limitados, nem a nível de tempo nem de espaço. Por isso temos, temos tempo e espaço para mostrar e fazer mais coisas das mais variadas áreas. Por isso, acho que é uma grande mais valia que existe. Há outro passo depois: Temos forma, tempo e pessoas para ter um olhar mais cuidado em relação a esses vários temas - como em relação ao caso LGBT - aí talvez ainda não. Mas isso tem a ver com os meios de comunicação social, que sofreram nos últimos anos e ainda continuam a sofrer, problemas de conseguir sobreviver a esta nova realidade. As redações estão, muitas vezes, a ser reduzidas. O que acontece é que por vezes não é uma questão de espaço ou de tempo, mas uma questão de não conseguir chegar a todos os temas.

8. O que falta ser feito pela informação da RTP em termos de cobertura de acontecimentos relacionados com este grupo minoritário?

Aquilo que é feito em todas as áreas. Não sou muito adepto e não gosto de separar as coisas em caixas, porque acho que isso já é um mau caminho. Quando estamos a colocar as coisas em caixas, pode haver caixas mais pequenitas, outras um pouco maiores. Acho que deve estar tudo ao mesmo nível. Tendo aqui também aquela plataforma também do trabalho jornalístico. O nosso objetivo como jornalistas não é falar de tudo o que está a acontecer no país. É falar dos temas que são noticiosos, relevantes, motivo de reportagem, que destaquem muitas vezes histórias que as pessoas desconhecem ou que não conhecem tão bem. Acho que esse é o objetivo principal que nos RTP temos de fazer e acho que temos feito. Se compararmos com outros meios de comunicação social, acho que a RTP está bem à frente nesse acompanhamento em relação aos outros meios. Temos de continuar com este trabalho de aproximar, conhecer e contar as histórias. Todas elas, sejam histórias positivas, sejam histórias negativas. Isso é um esforço que temos de fazer diariamente.

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL (RTP) – JORNALISTA ESPECIALIZADA EM DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES MINORITÁRIAS – CATARINA MARQUES RODRIGUES⁶⁹

1. Como é que a RTP, particularmente a redação multimédia, trabalha o tema da comunidade LGBTI+ e de que forma é que contribui para a promoção da igualdade e da pluralidade?

Acho que a cobertura que é feita na RTP tem muito como base o dia-a-dia, a atualidade. A cobertura de temas LGBT é feita da mesma maneira que é feita a cobertura de outros temas. É muito à base da notícia. Acho que o tema é tratado de forma justa e honesta, não discriminatória, mas é muito com base naquilo que acontece.

⁶⁹ Entrevista realizada dia 18 de março de 2019.

2. Na sua opinião, a cobertura de acontecimentos ligados à comunidade LGBTI+ são suficientes? Porquê?

Acho que nunca é suficiente, tendo em conta que é uma comunidade, que sofre discriminação e que tem muitos casos que merecem ser conhecidos. O que falta muitas vezes é ter pessoas que possam ter tempo para procurar essas histórias. E, tendo em conta a crise do jornalismo que vivemos hoje em dia, que também afeta a RTP, como a falta de meios humanos (pessoas focadas em determinados temas), faz com que haja alguma ausência de reportagem, ou seja, histórias que mereciam ser contadas. Numa televisão, neste caso a RTP, a atualidade noticiosa tem sempre primazia. E o espaço para reportagem, que envolve mais tempo e investigação, nem sempre existe. Acho que não é suficiente, porque há milhares de casos que deveriam ser conhecidos e não são. Mas isso exige tempo, investimento, recursos dos quais a RTP carece.

3. Em 2018, a agência LUSA assinou mais de 60% dos artigos no site da RTP Notícias. Achas que os jornalistas estão preparados para escrever sobre esta temática, na RTP e no geral?

No caso da RTP e da redação multimédia, acho que no geral são pessoas não preconceituosas, não discriminatórias, etc. Agora acho que faz falta formação para tratar estes temas, nomeadamente o tipo de palavras que são usadas. Por exemplo, não é direitos homossexuais é direitos das pessoas homossexuais. Ou expressões como a diferença entre transgénero e transexual, opção gay... A questão da opção sexual, escolha, do sexo e do género que são coisas diferentes. Isso são formas de proceder, que só quem trabalha na área, ou teve formação na área e está sensibilizado para o assunto, consegue fazer. Só as pessoas que, à partida conhecem muito do tema, é que têm esse tipo de cuidado. Quem não conhece, e escreve um artigo sobre pessoas LGBT como as cheias em Moçambique, não tem um conhecimento pormenorizado sobre este tipo de expressões, que algumas delas revelam algum tipo de preconceito ou falta de conhecimento. Mas como não há especialização, tempo e recursos, também não há forma para se ter esse tipo cuidado.

4. Segundo a minha investigação, além das questões legislativas e ligadas à política, a discriminação, violência e sofrimento fazem parte das temáticas predominantes. Porque é que não mais há notícias sobre esta comunidade com tom mais positivo?

Eu não diria que é um tema negativo. É a realidade. A nossa missão enquanto jornalistas é dar a conhecer o que está mal, uma injustiça, uma incompetência de alguém, uma ilegalidade. É dar voz a quem tem menos voz e dar a conhecer casos de coisas que não estão a funcionar bem para depois essas questões serem resolvidas. No caso da comunidade LGBT é a diferença em termos de possibilidade de vida em relação à maioria heterossexual. E também da discriminação. O nosso papel é ser uma espécie de polícias do que está a correr mal. Se tudo correr bem não há notícias. Eu não digo que... No dia dos namorados, às podia-se pensar mais nos casos das pessoas LGBT e fazer estórias ditas comuns come essas pessoas. Acho que isso falta. Concentrar as pessoas LGBT para as estórias mais *mainstream*. Imagina que vamos fazer uma estória sobre o aumento do preço das casas em Lisboa, por exemplo, será muito mais fácil para mim se não tive pessoas LGBT no círculo de amigos ou contacto, fazer logo a estória com um casal heterossexual. Mas se me esforçar mais um pouco, consigo fazer a estória com um casal homossexual. Mas como temos pouco tempo, muitas vezes abtemo-nos de fazer esse esforço e vamos ao que é mais fácil. E isso é que falta. Agora se de facto há injustiças, discriminações, casos de inconstitucionalidade isso tem de ser falado. Senão as coisas vão continuar na penumbra e não vão ser alteradas.

5. Uma grande parte dos artigos, cerca de 70% relaciona-se com acontecimentos internacionais. Porque é que não há mais cobertura de acontecimentos nacionais. Relaciona-se com o que estavas a dizer há pouco?

Acho que sim, porque se calhar a cobertura de casos internacionais que encontre são coisas de agências. Ou seja, o trabalho já vem quase feito para nós. As estórias em Portugal, aquelas que a LUSA faz nós tempos. E aquelas com mais impacto a nível de parlamento, etc nos vamos tendo. Falta é estórias e reportagens e isso tem a ver com o que referi.

6. As associações LGBTI+ estão geralmente dispostas a colaborar com os jornalistas? E quando colaboram há alguma barreira na comunicação?

Acho que as associações estão sempre dispostas. às vezes as associações podem, sendo elas grupos que trabalham com as pessoas, pode haver alguma dificuldade em tornar o discurso mais simples. Mas acho que, hoje em dia, têm feito esse percurso cada vez melhor.

7. De que modo é que a imposição do digital pode ou não ajudar na representação das minorias e dos Direitos Humanos?

Acho que sim. O digital faz com que todos nós possamos ter uma voz. E todos nos podemos ser ouvidos de forma mais fácil. O digital tem esses dois lados que é, por um lado, acho que sim já vi grupos ou pessoas que utilizam o Instagram para afirmar a sua imagem, para afirmarem a sua orientação sexual. No fundo, já não têm tanto medo porque as redes ajudam. E também o lado da ligação com as pessoas. Quem está nas redes, somos todos nós, temos muito mais expostos e mais permeáveis à crítica ou ao gozo fácil. Comentários absurdos.

8. De que forma é que o jornalismo pode ajudar nesse aspeto?

Acho que o jornalismo pode ajudar a esclarecer as pessoas. Tratando os temas da mesma forma que trata os outros, ou seja, sem ser também demasiado... tentar alterar as coisas. Mas trata-lo como outro caso qualquer. Pode por cá fora mais casos e exemplos e as pessoas vão-se familiarizando com outras realidades que podem não ser as delas. O jornalismo ajuda a tornar as minorias parte da maioria. No fundo, a trata-las como outra pessoa qualquer.

9. Neste seguimento, na RTP, de que forma é que a informação televisiva difere da informação digital, em termos de representação das minorias?

É mais ou menos a mesma coisa.

10. O que falta ser feito pela informação da RTP em termos de cobertura de acontecimentos relacionados com este grupo minoritário e direitos humanos?

Acho que se pode fazer muita coisa. Acho que se pode explorar mais histórias que não é preciso sair de Lisboa sequer, porque a RTP tem correspondentes no país todo e em muitos países lá fora. Se houver esta preocupação com estes temas, há histórias inacreditáveis que se podem contar dos Estados Unidos, de França, de Moçambique, de Angola. Acho que o que falta é sensibilização. É a preocupação e interesse em contar mais. E motivação para fazer mais. As histórias das minorias são sempre brutais no sentido em que nunca são histórias fáceis. Agora depende de tempo e vontade para fazer isso.